



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TÁVINA ROMÃO SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE AUTISTA E NEURODIVERGENTE:
CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-CRÍTICAS À LUZ DA TEORIA PSICANALÍTICA**

FORTALEZA

2024

TÁVINA ROMÃO SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE AUTISTA E NEURODIVERGENTE:
CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-CRÍTICAS À LUZ DA TEORIA PSICANALÍTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Departamento de Psicologia, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia

Linha de pesquisa: Teorias e Práticas da Psicanálise

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vlândia Jamile dos Santos Jucá

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S584c Silva, Távina Romão.
A construção da identidade autista e neurodivergente : considerações teórico-críticas à luz da teoria psicanalítica / Távina Romão Silva. – 2024.
150 f. : il.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2024.
Orientação: Profa. Dra. Vlândia Jamile dos Santos Jucá.
1. Identidade. 2. Autismo. 3. Psicanálise. 4. Neurodiversidade. 5. Narrativas. I. Título.
CDD 150
-

TÁVINA ROMÃO SILVA

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE AUTISTA E NEURODIVERGENTE:
CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-CRÍTICAS À LUZ DA TEORIA PSICANALÍTICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Departamento de Psicologia, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia.

Linha de pesquisa: Teorias e Práticas da Psicanálise.

Aprovada em: 19/02/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Vlândia Jamile dos Santos Jucá (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Beatriz Alves Viana
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Rossano Cabral Lima
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Aos meus pais, Ana e Tadeu; às minhas irmãs,
Tayana e Tanna.

Agradecimentos

Aos meus pais, Ana e Tadeu, pelo amor construído, pelo apoio incondicional e por acreditarem na educação como via possível para nós.

Às minhas irmãs, Tayana e Tanna, por tudo. Nosso amor me sustenta e me impulsiona.

À Gabrielle por trazer a calma e o aconchego, e por acreditar que eu poderia concluir este trabalho mesmo quando eu mesma não acreditava.

Às amigas, Bruna, Emylle, Mayara e Rodrigo, pelos bons momentos.

À professora Vlória Jucá pelo apoio e incentivo em todo o meu processo de escrita, e por me mostrar que é possível haver docência gentil, rigorosa e acolhedora.

Aos integrantes da banca avaliadora, professora Beatriz Alves e professor Rossano Cabral, pela gentileza e pelas contribuições valiosas desde a qualificação.

À Alana e à Kemyllie por acreditarem no potencial do meu projeto de pesquisa desde a seleção de mestrado.

À Instituição CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Um dia, tudo isso foi um sonho. Aos que sonharam comigo, muito obrigada!

Resumo

O autismo é um tema gerador de divergências e disputas em vários campos que pretendem estudá-lo. Atualmente, é possível notar um fenômeno bastante intrigante: o autismo constituído como questão de identidade, relacionada à perspectiva e ao Movimento pela Neurodiversidade. Tal perspectiva argumenta em prol do reconhecimento da diversidade cerebral humana e posiciona o autismo enquanto uma diferença cerebral; ademais, preconiza a existência de uma “identidade autista e neurodivergente”. Neste contexto, foi realizado um estudo sobre a construção de identidade de pessoas que se reconhecem como autistas e entendem-se como neurodivergentes. O *corpus* da pesquisa foi composto por narrativas em primeira pessoa, as quais foram analisadas a partir de uma reflexão teórico-crítica apoiada em contribuições da psicanálise de Freud e de Lacan. Como objetivos específicos, buscou-se: a) investigar, a partir da noção de identidade e do conceito de identificação, em Freud e Lacan, como se constitui a identidade autista; b) mapear, nas narrativas, os momentos decisivos referentes a reconhecer-se como autista; c) analisar, através das narrativas em primeira pessoa, como acontece a articulação da “identidade autista” com a perspectiva da neurodiversidade; d) refletir sobre como, a partir do reconhecimento de si como autista e neurodivergente, são construídas narrativas que ressignificam a história de vida das pessoas e projetam um futuro pautado na “identidade autista”. Para isso, em um primeiro momento, realizou-se um resgate histórico sobre o autismo, com vistas a demarcar transformações pelas quais a temática passou desde a descrição clínica publicada por Leo Kanner até chegar ao momento atual em que se percebe a emergência da perspectiva da neurodiversidade; em seguida, construiu-se um estudo teórico acerca do conceito de identificação, da constituição do Eu e da noção de identidade a partir da teoria psicanalítica, considerando, sobretudo, as indicações freudianas, lacanianas e de comentadores sobre as temáticas. Além disso, realizou-se uma análise de narrativas em primeira pessoa, selecionadas a partir de três obras

publicadas, com vistas a traçar um percurso de compreensão acerca da construção identitária citada. Nesses momentos, a teoria psicanalítica foi um guia para o trabalho realizado, considerando seu uso enquanto teoria crítica do social, interessada no enredamento do sujeito aos fenômenos sociais e políticos. A análise realizada a partir das narrativas revela a forte presença das identificações imaginárias, não obstante a neurodiversidade se produza discursivamente como articulação de significantes presentes na cultura contemporânea. A primazia das identificações imaginárias aparece, sobretudo, no sentido reconstruído para as trajetórias vividas e como determinante das possibilidades futuras de existência. Dessa forma, esta dissertação almejou valer-se de contribuições psicanalíticas, no que lhe cabe, para delinear possibilidades de investigação acerca do contexto mencionado, bem como para proporcionar reflexões teórico-críticas sobre o tema.

Palavras-chave: identidade, autismo, psicanálise, neurodiversidade, narrativas

Abstract

Autism is a topic that generates divergences and a reason for dispute in several fields that intend to study it. Currently, it is possible to notice a very intriguing phenomenon: autism constituted as a question of identity, related to the perspective and the Movement for Neurodiversity. This perspective argues for the recognition of human brain diversity and positions autism as a brain difference. Furthermore, it advocates the existence of an “autistic and neurodivergent identity”. In this context, a study was carried out on the construction of identity of people who recognize themselves as autistic and understand themselves as neurodivergent. The research corpus was composed of first-person narratives, which were analyzed based on a theoretical-critical reflection supported by contributions from the psychoanalysis of Freud and Lacan. As specific objectives, we sought: a) investigate, based on the notion of identity and the concept of identification, in Freud and Lacan, how autistic identity is constituted; b) map, in the narratives, the decisive moments relating to recognizing oneself as autistic; c) analyze, through first-person narratives, how the “autistic identity” is articulated with the perspective of neurodiversity; d) reflect on how, based on the recognition of oneself as autistic and neurodivergent, narratives are constructed that give new meaning to people’s life stories and project a future based on “autistic identity”. To this end, initially, a historical review of autism was carried out, with a view to demarcating the transformations through which the topic has gone since the clinical description published by Leo Kanner to the current moment in which the emergence of the neurodiversity perspective is perceived. Then, a theoretical study was constructed on the concept of identification, the constitution of the Eu and the notion of identity based on psychoanalytic theory, considering, above all, Freudian, Lacanian and commentators’ indications on the subject. Furthermore, an analysis of first-person narratives was carried out, selected from three published works, with a view to tracing a path of understanding regarding the aforementioned identity construction. At these

moments, psychoanalytic theory was a guide for the work carried out, considering its use as a critical social theory, interested in the subject's entanglement with social and political phenomena. The analysis carried out based on the narratives reveals the strong presence of imaginary identifications, despite neurodiversity being produced discursively as an articulation of signifiers present in contemporary culture. In this way, this dissertation aimed to make use of psychoanalytic contributions, as far as it is appropriate, to outline research possibilities regarding the mentioned context, as well as to provide theoretical-critical reflections on the topic.

Keywords: identity, autism, psychoanalysis, neurodiversity, narratives

Lista de Figuras

Figura 1

O experimento do Buquê Invertido 87

Sumário

Introdução.....	13
O Movimento pela Neurodiversidade: condições de emergência e a formação de um discurso.....	24
Do autismo como psicopatologia à perspectiva da neurodiversidade	26
Do autismo ao ativismo.....	38
Neurodiversidade: conceito e movimento	42
Neurodiversidade e formação discursiva: apontamentos iniciais.....	57
Identidade e Psicanálise: um diálogo possível?	61
Situando a identidade.....	62
O conceito de identificação em Freud.....	67
Contribuições lacanianas para a discussão sobre as construções identitárias	81
Narrativas em primeira pessoa: a construção da identidade autista e neurodivergente .	99
A experiência de desencaixe e a busca por respostas.....	106
O diagnóstico de autismo: reconhecimento de si e construção identitária	112
Identidade autista e neurodivergente: ficções do Eu e a possibilidade de resignificação	126
Considerações Finais	138
Referências.....	141

Introdução

Esta dissertação é produto de uma trajetória de pesquisa iniciada durante a graduação em Psicologia, situação em que foi escrito um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no qual se traçou um percurso teórico introdutório, fundamentado na psicanálise, referente ao que, no contexto, chamou-se de movimentações identitárias em torno do diagnóstico do autismo. Antes da escrita do referido TCC, foram trilhados um caminho de pesquisa, em caráter de iniciação científica, e uma experiência de extensão universitária, os quais suscitaram perguntas quanto às possíveis reverberações de um diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) (American Psychiatric Association [APA], 2014), sobretudo, na infância.

Essas dúvidas e conseqüentes reflexões aconteciam de forma recorrente, haja vista o trabalho realizado com crianças em grave sofrimento psíquico. O referido trabalho estava vinculado ao Projeto Água de Chocalho, realizado tanto no Serviço de Psicologia Aplicada (S.P.A.) da Universidade Federal do Ceará (UFC) – *campus* Sobral, quanto no Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II) Damião Ximenes Lopes, na mesma cidade (Barroso et al., 2022), e era orientado pela teoria psicanalítica. Muitas crianças participantes do projeto tinham recebido o diagnóstico de TEA.

Os questionamentos mencionados impulsionaram transformações e descobertas durante a prática de extensão e durante o exercício da pesquisa. E, aqui, destacamos a importância da insistência em tais indagações, o que possibilitou traçar um percurso de estudos referente aos temas de interesse e, também, um delineamento mais preciso acerca do objeto de pesquisa investigado durante o curso de Mestrado em Psicologia.

Entre avanços e retornos intrínsecos ao ato de pesquisar, pôde-se construir esta dissertação, na qual apresentaremos nossos achados derivados do trabalho realizado ao longo

dos dois anos de curso de pós-graduação. Esta pesquisa propôs a investigação acerca da construção de identidade de pessoas que se reconhecem como autistas e entendem-se como neurodivergentes, a partir da análise de trajetórias apresentadas em narrativas em primeira pessoa, considerando, para isso, uma reflexão teórico-crítica apoiada em contribuições da teoria psicanalítica.

Sabe-se que o autismo é um tema gerador de divergências em vários campos que se propõem a estudá-lo. As discordâncias em torno desse assunto existem desde a criação do termo, atribuída a Bleuler, em 1911, situação na qual o psiquiatra posicionava o autismo como um sintoma da esquizofrenia. Freud, contemporâneo ao psiquiatra, teceu críticas direcionadas ao uso dessa expressão em alguns momentos de sua obra (Furtado, 2012).

A temática é atravessada por diversas querelas teóricas, clínicas e políticas, além de ser constantemente tensionada e disputada por vários campos de saber. De acordo com Barroso (2019), é de fundamental importância considerar as controvérsias e as diversidades epistemológicas que orientam as discussões sobre o assunto, além de fatores históricos e políticos que afetam tais debates, para que os lugares conferidos ao autismo no contexto contemporâneo sejam compreendidos. Por essas razões, é relevante demarcar os dissensos presentes desde as primeiras formulações sobre o autismo, marcado por disputas e conflitos até hoje.

Na atualidade, notamos um cenário bastante intrigante e que nos interessou sobremaneira durante o percurso de pesquisa: o autismo constituído como questão de identidade, relacionada à perspectiva e ao Movimento pela Neurodiversidade — doravante, também apresentado como “Movimento” (Ortega, 2009; Furtado, 2011; Singer, 2017; Vidal & Ortega, 2019). A perspectiva da neurodiversidade, cuja formalização conceitual é atribuída à socióloga australiana Judy Singer (2017), versa sobre a existência de conexões cerebrais que podem ser consideradas *diferentes*, mas não *anormais*, para explicar algumas condições

humanas, tais como o TEA, o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a dislexia, por exemplo (Vidal & Ortega, 2019).

Embora as neurodivergências, isto é, as conexões cerebrais destoantes do “padrão de funcionamento cerebral” socialmente esperado (Singer, 2017) sejam consideradas, a partir de tal prisma, a explicação das condições citadas, vale ressaltar que o autismo é o tema de destaque do Movimento ao qual estamos nos referindo, e que pessoas as quais receberam o diagnóstico de autismo são as propulsoras desse Movimento (Abreu, 2022). Por esse motivo e pelo trajeto realizado em nossas experiências anteriores, nos deteremos, precisamente, na relação entre a neurodiversidade e o autismo ao longo de nossas elaborações.

Ademais, o Movimento pela Neurodiversidade posiciona-se de forma a resistir e a contestar concepções patologizantes e negativas acerca do autismo, e objetiva, entre outros aspectos, contrapor-se às explicações biomédicas e psicanalíticas acerca do tema (Abreu, 2022). Aqui, é preciso destacar que o diagnóstico de autismo é estritamente clínico e, preferencialmente, multiprofissional. Apesar dos avanços e méritos de várias pesquisas científicas, até o momento, não há um exame cerebral que ateste, com precisão, a existência do TEA em termos unicamente neurológicos/neuronais, “o que aponta para as múltiplas e heterogêneas causalidades” (Abreu, 2017, p. 117).

Outro aspecto importante de ser destacado — e cuja consideração foi essencial para fins desta pesquisa — é o posicionamento do autismo em termos de identidade. Dito de outra forma, associada à perspectiva da neurodiversidade, preconiza-se a existência de uma identidade autista, esta que pode ser comemorada e vivenciada com orgulho (Vidal & Ortega, 2019).

O posicionamento acima mencionado merece destaque, uma vez que, ao mobilizar uma percepção positiva acerca do autismo, a perspectiva da neurodiversidade tenta destoar de uma visão até certo momento hegemônica, que tratava o autismo enquanto uma

psicopatologia. A concepção da neurodiversidade inspira-se no modelo social das deficiências, como veremos adiante no texto (Singer, 2017; Abreu, 2022). E, na esteira dessa discussão, tem-se que “a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais”, a partir do estabelecimento da Lei 12.764/12, também conhecida como Lei Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (*Lei nº 12.764, 2012*).

No que tange a nossa experiência em projeto de extensão na universidade, muito nos interessou compreender a construção da identidade autista e algumas de suas reverberações. Isso se deu uma vez que, em nosso trabalho prévio, o autismo era, frequentemente, relacionado a sofrimento e dificuldades, sobretudo por familiares e profissionais, situação a qual contrasta com o que propõe a perspectiva da neurodiversidade.

Também é digno de nota que, ao mesmo tempo em que busca desassociar o autismo da perspectiva do “transtorno mental” e da “doença mental”, a concepção da neurodiversidade recorre, prioritariamente, às características elencadas na quinta versão do *Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-V)* (American Psychiatric Association, 2014) para delinear o autismo ao qual se refere. Esse elemento é interessante de ser demarcado, haja vista que o DSM é uma emblemática referência para o campo da psicopatologia e traz o autismo em termos de transtorno e de déficits.

Em outras palavras, os aspectos elencados no DSM-V referentes ao TEA — os quais, a partir do lente do Manual, são consideradas expressões sintomatológicas, utilizadas enquanto critérios diagnósticos —, tais como questões relacionadas à interação social e à comunicação, também servem de baliza para pensar o autismo a partir da perspectiva da neurodiversidade. No entanto, o que explicaria essas características seria a existência de *diferentes conexões cerebrais humanas* (Ortega, 2009).

No Brasil, a neurodiversidade ainda pode ser considerada uma novidade no campo de estudos sobre o autismo (Abreu, 2022), muito embora tenha ganhado bastante espaço e divulgação nos últimos anos, sobretudo, através das redes sociais na *Internet* (Chimura, 2020). Uma pesquisa realizada por Sadzinski Junior et al. (2020) demonstra que pouca produção acadêmica foi encontrada no levantamento feito pelos pesquisadores sobre as produções nacionais referente à temática da neurodiversidade. Os autores destacam que a maioria das produções se concentra nos países anglo-saxões e que é necessário recorrer à literatura internacional para encontrar discussões mais aprofundadas sobre o tema (Sadzinski Junior et al., 2020).

Abreu (2022) corrobora com os achados dos pesquisadores citados acima e discorre sobre a dificuldade da formação de um pensamento latinoamericano e brasileiro sobre a neurodiversidade. Esse ponto de vista é sustentado por seu argumento de que ainda não se tem dados precisos sobre a prevalência de diagnósticos de autismo no Brasil, tampouco informações que considerem a relação entre o diagnóstico de TEA e “região, renda, classe, cor e gênero” (Abreu, 2022, p. 50). O autor menciona os anos 2010 como a década em que ocorreu a primeira onda de ativismo autista no país e tece algumas críticas sobre o uso dos mesmos argumentos e mesmas *hashtags*¹ referentes à perspectiva da neurodiversidade, sem que se considere as particularidades do contexto brasileiro (Abreu, 2022).

Esse cenário que engloba o tema autismo e traz à tona a incidência e a dimensão das questões identitárias na contemporaneidade gera pertinentes reflexões sobre os possíveis tensionamentos em relação à teoria psicanalítica. Além disso, fomenta profícuos diálogos com outras áreas de saber, como por exemplo a Psicologia e a Antropologia, proporcionando

¹ De forma simplificada, *hashtags* são expressões utilizadas no âmbito virtual, sobretudo nas redes sociais, que funcionam enquanto palavras-chave sobre um determinado assunto. Em geral, as palavras são precedidas pelo símbolo “#”.

relevantes contribuições da Psicanálise ao tema, bem como suscita novas questões ao próprio campo psicanalítico, a partir do diálogo com diferentes áreas.

Nessa direção, a interdisciplinaridade apresenta-se como uma estratégia para circunscrever o tema proposto e para traçar caminhos possíveis de compreensão do objeto estudado. Cunha (2009), inclusive, sustenta a necessidade de uma perspectiva interdisciplinar para abordar as questões de identidade. Esses aspectos demarcam razões pelas quais esta pesquisa insere-se no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, especificamente na linha de pesquisa intitulada Teorias e Práticas da Psicanálise.

No que se refere à noção de identidade para o campo da psicanálise, sabe-se que não se trata de um conceito propriamente psicanalítico (Cunha, 2000; Soler, 2018). Contudo, é possível realizar um exercício teórico de pensar essa noção com suporte em contribuições de Freud, Lacan e seus comentadores, especificamente, a partir das elaborações em torno do conceito de identificação, bastante firmado no campo da psicanálise, mas não por isso simples de ser compreendido e articulado teoricamente, e da formação do Eu.

É nesse sentido que retornamos a escritos de Freud os quais, em diversos momentos (Freud, 1912-1913/2012, 1914/2010, 1921/2011), trataram sobre os processos de identificação. Esse termo se constituiu como um conceito no campo da psicanálise, essencial no que se refere à constituição do Eu (Freud, 1914/2010, 1923/2011). Por outro lado, o autor não conceituou formalmente a noção de identidade, e, de modo geral, argumentações sobre essa temática a partir da teoria psicanalítica não são consensuais, o que demonstra divergentes posicionamentos frente ao tema (Soler, 2018). Ademais, também recorreremos à teoria lacaniana acerca das identificações e da constituição do Eu para embasarmos nossos argumentos (Lacan, 1949/1998; 1953-54/2003; 1961-62/2003).

Soler (2018) menciona que o debate sobre identidade no campo da psicanálise é heterogêneo e, muitas vezes, não é visto com muita simpatia por alguns psicanalistas. No

entanto, concordamos com a autora sobre a importância de sustentá-lo e de impulsionar o diálogo sobre as questões que permeiam a construção de identidades, bem como suas possíveis reverberações (Soler, 2018).

Esse posicionamento fundamenta-se em três considerações: 1) desde Freud, a psicanálise não se furta aos fenômenos sociais de sua época (Freud, 1921/2011); 2) é possível, tal como Soler (2018) argumenta, traçar caminhos teóricos coerentes e alinhados a conceitos psicanalíticos, especialmente o conceito de identificação, para se pensar sobre a noção de identidade e, por fim, 3) urge considerar, no atual contexto sociopolítico, a profusão de movimentações sociais que revelam e fomentam propostas identitárias, a exemplo do Movimento pela Neurodiversidade, que traz, em seu bojo, o autismo enquanto uma identidade, “a identidade autista”. A construção dessa identidade repercute nas atuais possibilidades de se apresentar no campo social e podemos ter acesso a alguns testemunhos dessas reverberações a partir de narrativas em primeira pessoa.

Nesse sentido, Soler (2018) retoma textos freudianos para tecer algumas de suas considerações acerca das identificações e da identidade. A autora pondera que, à época de Freud, havia uma preocupação com o crescimento dos coletivismos presentes no início do século XX, a exemplo do nazismo que estava em ascensão e que impulsionou uma das maiores tragédias da história, a Segunda Guerra Mundial.

Segundo a psicanalista, Freud mostrou-se preocupado, em suas elaborações, tanto com o que une as pessoas em grupos, quanto com o que gera o desmembramento, a dissolução das relações. A autora pontua ainda que o contexto histórico atual traz outros aspectos relevantes a serem considerados na leitura dos grupos formados a partir das questões identitárias, como a instabilidade do laço social (Soler, 2018), agudizada pelo individualismo neoliberal, por exemplo.

Nesse cenário de fragilização do pacto social, perguntas como “quem eu sou?” e “a qual grupo pertencço?” ganham outro lugar e intensidade (Cunha, 2005, 2009). A experiência de não pertencimento pode ser angustiante e a busca por uma nomeação que produza um lugar para si no campo social pode tornar-se fundamental para algumas pessoas, muitas das quais encontram suas respostas ancoradas no diagnóstico de TEA.

Entendido a partir da perspectiva da neurodiversidade, o diagnóstico de TEA, por seu turno, deixa de ser algo que se *tem*, para tornar-se *quem se é* (Vidal & Ortega, 2019). Nessa perspectiva, a afirmação “sou autista e sou neurodivergente” surge como possibilidade de resposta às perguntas mencionadas e, com frequência, esses novos “adjetivos”, convertem-se em explicações para dificuldades de diversas ordens experienciadas ao longo de uma história de vida.

Propusemos, nesta dissertação, ocuparmo-nos em pesquisar sobre emergência do autismo em termos de identidade, isto é, acerca da construção da identidade autista, associada à perspectiva da neurodiversidade, em um diálogo com a teoria psicanalítica, a fim de também acompanharmos o surgimento de novas formas de se apresentar no campo social. Na esteira de Rosa (2004), a psicanálise opera, nesta dissertação, enquanto uma teoria crítica do social, interessada no enredamento do sujeito nos fenômenos sociais e políticos. E, atentando-nos às mudanças mencionadas que impactam a percepção social do autismo, buscamos, em narrativas em primeira pessoa, como essa perspectiva da identidade autista aparece e se constrói para quem recebeu o diagnóstico de TEA, como são relatados os processos que envolvem o “descobrimento” do diagnóstico de autismo na vida dessas pessoas e de que forma esse diagnóstico opera em termos identitários.

O acesso a escritos em primeira pessoa impõe limites ao trabalho, no entanto, nos forneceu importantes indícios sobre a narrativa com a qual o sujeito se apresenta e se identifica como autista no cenário contemporâneo, demarcando o contexto de uma época. A

partir deles, pudemos refletir acerca de como se dá o processo de construção da identidade autista e neurodivergente, que surgiu baseada em um diagnóstico psicopatológico, mesmo que haja o esforço para afastá-la do campo da psicopatologia e das noções de doença e de transtorno.

Aqui, é relevante demarcar que não houve a intenção de deslegitimar nem a perspectiva da neurodiversidade, nem o Movimento a ela correspondente, tampouco as vivências, encontradas nas narrativas, pautadas na identidade autista. O que procuramos sustentar, portanto, foi um trabalho com a psicanálise, no que lhe cabe, atento, sensível e disponível aos acontecimentos de nossa época.

Neste momento, vale o alerta de Freud acerca da parcialidade e da ambivalência das identificações (Freud, 1921/2011). Embora possa ter funções estratégicas, políticas e agregadoras, é necessário atentar-se à possibilidade de congelamento nas identificações e, também, na identidade (Cunha, 2005). E, cientes dessa indicação freudiana, dispusemos a nossa investigação a fim de contribuir com as discussões sobre o tema.

Considerando o que foi exposto, apresentaremos, na primeira seção, um breve resgate de alguns pontos importantes na história do autismo, com o objetivo de que sejam destacadas algumas mudanças as quais atravessaram esse tema ao longo dos anos, para que se chegue ao cenário contemporâneo no qual se percebe a emergência do autismo em termos de “identidade autista”. Além disso, também se traçou um percurso teórico-crítico acerca do autismo como questão de identidade, a partir de contribuições da teoria psicanalítica, no que lhe compete, e do diálogo com outras áreas de saber que contribuem para a discussão almejada.

Diante dos debates contemporâneos sobre o autismo, esta pesquisa buscou responder a seguinte pergunta: como se constrói a identidade de pessoas que se reconhecem como autistas e neurodivergentes, através de trajetórias narradas em primeira pessoa? A partir da

pergunta mencionada, tivemos como objetivo geral: Investigar o processo de construção de identidade de pessoas que se reconhecem como autistas e neurodivergentes, através de narrativas em primeira pessoa, com uma reflexão teórico-crítica a partir da noção de identidade e do conceito de identificação na psicanálise. Como objetivos específicos, pretendemos: a) investigar, a partir da noção de identidade e do conceito de identificação, em Freud e Lacan, como se constitui a identidade autista; b) mapear, nas narrativas, os momentos decisivos referentes a reconhecer-se como autista; c) analisar, através das narrativas em primeira pessoa, como acontece a articulação da “identidade autista” com a perspectiva da neurodiversidade; d) refletir sobre como, a partir do reconhecimento de si como autista e neurodivergente, são construídas narrativas que ressignificam a história de vida das pessoas e projetam um futuro pautado na “identidade autista”.

A construção metodológica deste trabalho se deu a partir da realização de um estudo teórico, fundamentado em conceitos basilares da teoria psicanalítica, e da análise de narrativas em primeira pessoa, estas consideradas em sua construção de sentido sobre experiências vividas antes e após o recebimento do diagnóstico de autismo.

De forma bastante sucinta, as seções que compõem esta dissertação estão apresentadas da seguinte forma: na primeira seção, fizemos um resgate de alguns marcos na história do autismo até chegarmos à perspectiva da neurodiversidade e ao movimento a ela relacionado. Especificamente neste momento, inspiramo-nos na perspectiva da arqueogenealogia de Michel Foucault (2008) para historicizar a emergência da neurodiversidade como formação discursiva. A partir do resgate sobre tal perspectiva, discutimos como tem ocorrido a difusão da identidade autista. Essas reflexões deram origem a um texto primeiro que foi apresentado e submetido na forma de artigo, como pré-requisito para a realização do exame de qualificação.

Já na segunda seção, tratamos sobre as contribuições teóricas da psicanálise para refletirmos sobre as identificações e acerca da construção de identidade, a partir de Freud, Lacan e seus comentadores. O uso dos conceitos da psicanálise foi realizado com o intuito de fazermos uma análise crítica do autismo pensado como expressão de neurodiversidade, relacionado à “identidade autista”. E, na terceira seção, nos debruçamos sobre as narrativas em primeira pessoa, com o objetivo de articularmos a discussão teórica com os achados nos excertos dos livros selecionados.

Desse modo, a relevância deste estudo justifica-se a partir da atualidade dessa investigação e da pertinência política de refletir sobre as querelas que têm circundado o tema do autismo, bem como sobre as possíveis contribuições da psicanálise para a análise do contexto apresentado. Além disso, esse estudo também tem sua relevância apresentada ao considerar como a discussão sobre identidade pode movimentar o debate no campo psicanalítico tanto sobre o autismo e a neurodiversidade, quanto sobre os movimentos que pautam questões identitárias. Ressalta-se também a carência de produções acadêmicas que versem especificamente sobre o recorte de pesquisa proposto.

O Movimento pela Neurodiversidade: Condições de Emergência e a Formação de um Discurso

Muitas podem ser as formas de se contar uma história, principalmente, quando se trata de um movimento emergente e de tão rápida propagação social, como é o caso do Movimento pela Neurodiversidade. Precisamos fazer escolhas acerca do modo como narrar essa história para tentarmos abarcar, de forma geral, mas ainda consistente, o contexto em que o Movimento surgiu, quais foram suas condições de emergência e o que podemos notar como reverberação dele no cenário contemporâneo das discussões sobre o autismo.

Essa conjuntura complexifica a tentativa de apresentar um resgate histórico do autismo, bem como do Movimento pela Neurodiversidade, sendo inúmeros os caminhos que podem ser trilhados a fim de alcançar esse objetivo. E, nesse sentido, recorreremos a produções de diferentes áreas para apresentarmos nossas considerações.

Retomaremos alguns elementos considerados pertinentes para conseguirmos lançar luz sobre transformações que afetaram o debate acerca do autismo e, também, para delimitarmos o contexto de emergência da perspectiva da neurodiversidade, incluindo o movimento a ela correspondente, atentando aos seus argumentos centrais, seus paradoxos e suas reverberações na forma como, especificamente, o autismo tem sido entendido na atualidade.

Especificamente nesta seção, a proposta de historicização do referido Movimento foi inspirada na arqueogenealogia foucaultiana (Foucault, 2008), sobretudo, no que se refere a uma articulação preliminar entre a perspectiva da neurodiversidade e a noção de formação discursiva, cujas considerações iniciais foram apresentadas mais especificamente na parte final da seção. Apostamos na proposta arqueogenealógica para auxiliar neste momento da pesquisa, considerando que ela rompe com a noção de história linear e considera as

descontinuidades históricas, analisando as condições de emergência para o surgimento de novas ordens discursivas no campo social (Cunha et al., 2014).

Nesse sentido, são vários os pontos de tensionamento referentes ao autismo, tanto relativos à sua etiologia quanto às perspectivas de tratamento. E é nesse contexto em que o Movimento pela Neurodiversidade aparece como mais um aspecto que amplia a heterogeneidade das discussões sobre o designado hoje, nos manuais diagnósticos, de Transtorno do Espectro Autista (TEA) (American Psychiatric Association [APA], 2014).

Conforme citado brevemente no início do texto, ao mesmo tempo em que busca romper com discursos biomédicos que posicionam o autismo enquanto transtorno, o Movimento se vale das características elencadas nos manuais diagnósticos para delinear o autismo ao qual se refere, tais como questões relacionadas à comunicação e à interação social. E, nessa esteira, o autismo passa a ser tratado como mais uma diferença humana, relacionando-se a uma ideia de “*quem se é*” (Vidal & Ortega, 2019), a fim de fomentar a existência de uma “identidade autista e neurodivergente” e, por outro lado, contrapor perspectivas que o posicionam enquanto um transtorno a ser “portado”.

A emergência do Movimento pela Neurodiversidade, por sua vez, evidencia a busca por autorrepresentação de pessoas diagnosticadas com autismo, por reconhecimento e por lugar na esfera política. As mobilizações são impulsionadas, principalmente, por aqueles que querem e conseguem, à sua maneira, sustentar uma posição de protagonismo sociopolítico (Abreu, 2022); aspecto importante de ser destacado, haja vista que dificuldades com processos de comunicação e com interação social são, como citado acima, fatores considerados para o diagnóstico psiquiátrico/psicológico de TEA.

Isto posto, tentaremos lançar luz sobre cruzamentos de alguns elementos que subsidiam a produção de verdades acerca do autismo, tema que é objeto de disputas fervorosas e motivo de forte mobilização política por parte de ativistas pela causa. Para isso,

precisaremos de um ponto de partida. De início, faremos uma explanação sobre a temática do autismo com o objetivo de destacarmos algumas mudanças que ocorreram ao longo dos anos desde a descrição clínica elaborada e publicada por Leo Kanner, em 1943. Em seguida, abordaremos alguns aspectos que remetem à formação do conceito de neurodiversidade, bem como do Movimento correspondente.

Do Autismo como Psicopatologia à Perspectiva da Neurodiversidade

Falar em autismo é uma tarefa complexa. O assunto evidencia inúmeras querelas teóricas, clínicas e políticas, e o campo de pesquisas sobre a temática é constantemente tensionado e disputado. Multiplicam-se as hipóteses que explicariam tal condição, sejam elas de cunho genético, psicanalítico ou comportamental (Abreu, 2017), por exemplo, a partir das quais pesquisas foram e são elaboradas. Partiremos do autismo, pois, como veremos adiante, o Movimento pela Neurodiversidade organiza-se com participação predominante de pessoas que receberam o diagnóstico de TEA.

No entanto, até o momento, não há um consenso sobre a etiologia dessa condição. Tampouco há um indicador definitivo que apresente um substrato biológico causador e determinante de como o autismo se manifestará em cada pessoa (Evangelho et al., 2021), pelo contrário, argumenta-se sobre a multiplicidade de causas do TEA.

Lima et al. (2017, p. 370) posicionam o tema “como um enigma a desafiar psicanalistas, neurocientistas e outros profissionais, além dos próprios autistas e seus familiares”. Tudo isso nos coloca em um cenário no qual múltiplas perspectivas concorrem, cada uma com seus pressupostos e em busca da legitimação social para os argumentos que as fundamentam e para as implicações políticas delas derivadas.

As divergências aparecem, inclusive, nas discussões sobre quais deveriam ser as propostas de acompanhamento terapêutico e de garantia de direitos para as pessoas que

receberam o diagnóstico formal de TEA, descrito no DSM V (APA, 2014). Tal cenário se complexifica quando se fala em pessoas que se identificam com as características sintomatológicas elencadas nesses manuais diagnósticos, mas não receberam um laudo médico ou psicológico.

No contexto brasileiro, as políticas públicas que levam em consideração o autismo são formuladas e reformuladas na tentativa de atender todas as pessoas que delas necessitam, embora também apresentem controvérsias considerando a já mencionada heterogeneidade do tema. Como exemplo, uma pesquisa realizada por Oliveira et al. (2017) mostra o seguinte cenário: em cartilhas institucionais lançadas pelo Ministério da Saúde, que servem de baliza para o funcionamento de ações do Sistema Único de Saúde (SUS), podemos encontrar, no limite, a busca por um lugar para o autismo entre a atenção psicossocial e a reabilitação. Os autores apresentam:

De um lado, o documento “Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)” aborda o transtorno como pertencente ao campo das deficiências, propondo o tratamento pela via da reabilitação. De outro, o documento “Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde” reconhece o autismo como um transtorno mental, pertencente ao campo de cuidados da atenção psicossocial (Oliveira et al., 2017, p. 707).

Esses documentos citados servem de embasamento para o trabalho de profissionais brasileiros atuantes nos serviços públicos de saúde. E a disparidade na forma como o TEA é apresentado em cartilhas oficiais do Ministério da Saúde direciona nossa atenção a um ponto a ser considerado para a discussão aqui pretendida: periodicamente, altera-se a forma como o autismo é apresentado nas pesquisas científicas e nos manuais diagnósticos, o que repercute no campo das políticas públicas, das ciências e no campo social.

Embora a temática seja, como já apontado, diversificada em termos teóricos e clínicos, acreditamos ser pertinente resgatar o trabalho de Leo Kanner, a fim de apresentarmos algumas reverberações derivadas desse estudo e que são de interesse ao percurso investigativo proposto neste escrito. Retomemos, brevemente, considerações feitas pelo psiquiatra e repercussões do trabalho mencionado para elucidarmos algumas condições a partir das quais o autismo passou a ser objeto do discurso médico.

O trabalho de Kanner ao qual estamos nos referindo foi publicado em 1943 e refere-se à descrição de casos de onze crianças que apresentavam algumas características em comum, as quais foram reunidas em uma mesma categoria inaugural: o autismo precoce infantil (Garcia, 2017). O autismo, de acordo com esse trabalho, seria uma psicopatologia de início precoce, caracterizada por uma “inaptidão das crianças para estabelecer relações normais com as pessoas e a reagir normalmente desde o início da vida” (Kanner como citado em Garcia, 2017, p. 17). O escrito de Kanner, com frequência, é considerado a primeira descrição de casos de autismo infantil (Lima et al., 2017).

A publicação desse trabalho causou — e podemos dizer que, em certa medida, ainda causa — grande mobilização e contestação por parte de genitores e familiares que não concordavam com a forma como Kanner descreveu a relação entre pais e filhos em sua explicação sobre o autismo. Lima (2014) apresenta o tão polêmico trabalho de Kanner, a partir do qual se inferiu a existência do que, hoje, conhecemos como a expressão “mãe geladeira”; apesar de Kanner não ter utilizado o termo. Lima (2014, p. 115) nos auxilia a entender a raiz do mal-entendido que atribui a Kanner a expressão acima referida:

. . . os pais muitas vezes se dedicariam a estimular a memória e o vocabulário de sua criança autista, tomando o filho como objeto de “observação e experimentos”.

Mantido desde cedo em uma ‘geladeira que não degela’ (Kanner, p. 425), o autista se retrairia na tentativa de escapar de tal situação, buscando conforto no isolamento.

Nessa direção, Garcia (2017, p. 18), ao também tratar do trabalho publicado por Leo Kanner, argumenta:

Nos comentários realizados após a descrição daquilo que caracteriza o autismo precoce infantil, Kanner aponta para as características dos pais dessas crianças: pais altamente inteligentes, pouco carinhosos, que valorizam aspectos obsessivos no plano familiar. Entretanto, conclui o texto dizendo que o fato da solidão dessas crianças ocorrer desde o início da vida torna difícil atribuir a totalidade do quadro clínico aos tipos de relação precoce das crianças com os pais.

A polêmica expressão “mãe geladeira”, que foi amplamente difundida, gerou repercussão bastante negativa e, sobre isso, Magalhães et al. (2022, p. 244) ponderam:

Existiu então um percurso histórico ligado a um contexto patriarcal muito forte relacionado ao papel da mulher que foi limitando todo o processo de estudos sobre o autismo, e deixando a mãe em uma situação de extrema responsabilidade seja afetiva ou não diante do filho e da família.

Como destaca Lima (2014, p. 117), “Kanner estava em sintonia com sua época ao sugerir a ligação dos pais com o autismo de seus filhos”, e, apesar de não atribuir totalmente a sua explicação do autismo às consideradas inadequadas relações parentais, sobretudo, às relações das crianças com suas mães, são indelévels as elaborações de Kanner — e as interpretações derivadas de seu estudo — na história do autismo.

A forma como o autismo foi apresentado no estudo de Kanner e em trabalhos inspirados no artigo do psiquiatra, tal como o livro *A Fortaleza Vazia*, do psicanalista Bruno Bettelheim, na década de 60, e o modo como a relação com os pais das crianças descritas apareceram nessas produções fomentaram polêmicas que permearam — e ainda permeiam — discussões sobre o tema. As contestações referentes às leituras clínicas culpabilizantes (Furtado, 2011) propiciaram um contexto de forte organização de pais e familiares de pessoas

consideradas autistas, o que veio a transformar-se em ativismo parental pela causa do autismo, a princípio, em países anglófonos (Abreu, 2022).

A despeito de concordâncias ou discordâncias sobre os efeitos esperados e proporcionados a partir dos estudos mencionados, o que buscamos demarcar, ao trazermos reverberações da literatura da época, é uma produção discursiva que tomou o autismo como consequência de relações parentais consideradas inadequadas. E vale dizer que, entre as décadas de 40 e 60, havia forte influência da psicanálise nas elaborações sobre o autismo (Furtado, 2011), perspectiva que foi progressivamente colocada em questão, dividindo espaço com outras hipóteses para explicar a condição, sobretudo, as de cunho biológico. Alianças a alguns movimentos de familiares, as perspectivas biológicas surgem enquanto antagônicas às perspectivas psicodinâmicas (Lima, 2014).

Considerando esse contexto, Lopes (2020) aponta que os familiares, em especial as mães, são fundamentais na história do autismo, tanto pelo incentivo às pesquisas científicas e participação nelas, quanto pelo ativismo e pela luta política, “visando construir e garantir direitos básicos e políticas públicas voltados aos autistas” (Lopes, 2020, p. 512). Daremos mais ênfase ao ativismo de pais ao longo do texto, principalmente, quanto à mobilização de genitores-pesquisadores que, quando do diagnóstico de seus respectivos filhos, implicaram-se na busca por outras possibilidades de explicação para o autismo, inclusive, através de justificativas que fossem orgânicas, e não relacionais, por exemplo.

Prosseguindo em nossos comentários, e considerando que esta pesquisa em andamento propõe uma discussão articulada à teoria psicanalítica, vale mencionar o trabalho realizado pela psicanalista Melanie Klein, publicado em 1930, treze anos antes da publicação do trabalho de Kanner. Referindo-se ao trabalho de Melanie, Lima et al. (2017, p. 375) argumentam: “vale registrar que, embora a síndrome do autismo tenha sido nomeada por

Kanner, a clínica psicanalítica assinala o primeiro registro de tratamento de uma criança autista”.

Klein, à época, compartilhou suas elaborações referentes a um caso que acompanhou durante alguns anos de uma criança que recebeu o diagnóstico de demência precoce, com o qual a psicanalista não concordava. Ademais, a autora traçou possibilidades de tratamento da criança a partir da psicanálise (Lima et al., 2017).

Essa descrição clínica ficou conhecida como “caso Dick”, emblemático no campo da psicanálise, sobretudo, referente à clínica do autismo. Alguns autores (Nascimento et al., 2021) apontam que seria possível, a partir dos registros de Klein, traçar um paralelo entre características apresentadas por Dick e o que, hoje, entende-se por autismo, embora Klein não tenha nomeado a condição clínica da criança dessa forma, tampouco a categoria nosográfica de autismo existisse na época em que a descrição foi publicada.

Neste ponto, vale uma concisa e importante elucidação no que se refere ao autismo para o campo da psicanálise. Furtado (2011) menciona algumas hipóteses clínicas existentes acerca da condição, as quais variam desde um impasse no movimento de alienação fundamental ao processo de constituição subjetiva até a hipótese de uma quarta estrutura, por exemplo. No que cabe a esta dissertação, vale fazermos uma breve explanação a fim de apresentar que, na perspectiva da condução clínica, o autismo é, frequentemente, articulado a manifestações psicopatológicas na infância (Abreu, 2017). Além disso, embora existam variações no que se entende sobre o quadro clínico, não se pretende chegar a uma cura para a condição, entendendo que se tratam de manifestações legítimas de cada sujeito (Furtado, 2011). Não obstante não almeje a cura, sobretudo, entendida como um ajuste a uma suposta normalidade, o trabalho clínico tem efeitos importantes no desenvolvimento da criança e no laço com seus cuidadores e com outras pessoas.

Também é necessário que façamos um breve comentário sobre as diferenças entre as perspectivas diagnósticas de que tratam a psiquiatria e a psicanálise. A primeira “considera a fenomenologia dos sintomas e a segunda considera a posição do sujeito na linguagem, sua relação com o Outro, com a falta e com o gozo” (Nascimento et al., 2021, p. 144).

Tais discussões mencionadas, tanto sobre as hipóteses formuladas no campo psicanalítico, quanto sobre as diferentes concepções diagnósticas, escapam à proposta desta dissertação, porém são relevantes para demarcar as divergências que atravessam os debates acerca do tema autismo. Como já advertimos anteriormente, trata-se de um assunto bastante heterogêneo. E, neste contexto, nosso processo de pesquisa manteve-se atento à existência dessas complexidades inerentes à temática.

Prosseguindo com o resgate histórico proposto, em 1944, Hans Asperger publicou um estudo o qual tratava sobre o que ficou popularizado, anos depois, como “síndrome de Asperger”. Um aspecto que vale ser destacado no referido estudo é o valor social que foi atribuído às características apresentadas pelos pacientes acompanhados por Asperger, os quais apresentavam habilidades consideradas acima da média e muito específicas em áreas como a matemática, a química e a música, por exemplo (Dias, 2017).

Esse aspecto referente à inteligência foi considerado na elaboração dos critérios diagnósticos da já mencionada síndrome, enquanto diagnóstico formal presente no DSM, descrito na quarta versão do Manual (Dias, 2017). E, sobre tal condição, nos deteremos brevemente a seguir.

É importante destacar que Asperger, provavelmente, não conhecia o estudo realizado por Kanner, de 1943, apesar de ter seu trabalho publicado em 1944 (Dias, 2017). Infere-se tal informação a partir da seguinte passagem: “em nosso trabalho, nos encarregamos da tarefa de apresentar um quadro de psicopatia infantil que, até onde sabemos, ainda não foi descrito” (Asperger, 2015, p. 722).

O trabalho de Asperger ficou pouco conhecido durante alguns anos até que Lorna Wing passou a divulgá-lo, trazendo também suas próprias inferências e considerações sobre o que conhecemos hoje como “Síndrome de Asperger”. As contribuições de Wing referiram-se, sobretudo, ao argumento de que existiriam pontos de similaridade entre o trabalho de Leo Kanner e o estudo de Hans Asperger, tratando-se, possivelmente, da mesma condição (Dias, 2017). As semelhanças agrupadas por ela, referentes aos trabalhos citados, ficaram conhecidas como “tríade de Wing”, relativas a “comunicação ou linguagem, interação social, pensamentos e imaginação — tríade incluída no DSM a partir da caracterização que a psiquiatra fez do quadro clínico” (Dias, 2017, p. 390).

Sobre todo esse contexto, Lima (2014, pp. 123-124) afirma:

O início dos anos 1980 também foi marcado pelo artigo de Lorna Wing sobre a síndrome descrita pelo médico austríaco Hans Asperger em 19449 [sic]. O artigo de Wing (1981) levaria ao gradual fortalecimento da noção de continuum ou “espectro autista” nos anos e décadas seguintes, e contribuiria para que a “Síndrome de Asperger” fosse incorporada à classificação psiquiátrica nos anos 1990. Além disso, tal quadro atraiu ainda mais o interesse dos psicólogos cognitivos, que o consideraram mais útil que o autismo típico na experimentação de suas teorias, na medida em que permitia a pesquisa em torno dos déficits específicos nas habilidades sociais e imaginativas. Na realidade, Wing apresentou Asperger a um mundo já impregnado pelo cognitivismo, que se apropriou desse diagnóstico e patrocinou sua disseminação no campo médico-psicológico e na cultura geral (Nadesan, 2005).

Os estudos de Lorna reverberaram no campo científico e o reconhecimento do trabalho da autora a posicionou como uma autoridade sobre autismo (Dias, 2017). A síndrome mencionada foi relacionada ao chamado “autismo de alto funcionamento”. Neste ponto, destaca-se que, atualmente, essa síndrome não é mais um diagnóstico estabelecido

pelo Manual, e foi englobada no Transtorno do Espectro Autista (TEA) a partir da reformulação de várias categorias diagnósticas, consolidadas na publicação do DSM V, em 2013 (APA, 2014).

No entanto, algo que vale ser acrescentado enquanto desdobramento posterior à ampla divulgação do trabalho de Hans refere-se ao que Abreu (2022) indicou em seu trabalho: há indícios da participação de Asperger no Terceiro Reich, fato que, quando divulgado, causou desconforto em pessoas que tinham recebido o já mencionado diagnóstico. Algumas dessas pessoas, inclusive, argumentam em prol de evitar o uso da expressão, haja vista o contexto de extermínio ocasionado pela Guerra. Contudo, o mesmo autor pondera que é demasiado cedo para dizer que tanto o diagnóstico, quanto a expressão “síndrome de Asperger” e derivações, caíram em desuso, mesmo porque ainda há considerável circulação desses termos nos campos científico e social (Abreu, 2022).

Outro elemento a ser ressaltado é que, depois de muitas críticas, inclusive feitas por pessoas que receberam o diagnóstico de autismo, as expressões “autismo de baixo funcionamento” e “autismo de alto funcionamento” estão em progressivo desuso. Isso se dá como resultado da tentativa de desassociar o primeiro termo a concepções negativas, e o segundo a uma suposta genialidade. Tem-se tornado mais frequente, principalmente em contexto de ativismo autista, o uso de termos que se refiram ao nível de suporte que cada pessoa considerada autista precisa (Caitité, 2017). Optamos por mencioná-las por fazerem parte da forma como o autismo ainda aparece cotidianamente e por terem importância na formalização do conceito de neurodiversidade (Singer, 2017), como veremos a seguir.

Isto posto, como apresentado anteriormente, alguns genitores-pesquisadores envolveram-se em estudos sobre o autismo quando souberam do diagnóstico de seus filhos, e um dos principais exemplos é Wing, cuja filha recebeu o diagnóstico de autismo (Abreu, 2022). De acordo com Abreu (2022, p. 09), nomes como Bernard Rimland, nos Estados

Unidos, e Lorna Wing, no Reino Unido, “abriram as portas para uma comunicação efetiva entre o campo científico e a advocacia por direitos das pessoas autistas”.

Em um contexto no qual preponderava certa aversão à psicanálise e, por outro lado, uma tendência a concepções orgânicas e cognitivistas (Lima, 2014), diferentes hipóteses sobre o autismo começaram a ser traçadas. Acerca das produções de Rimland e Wing, algumas considerações são pertinentes.

Caitité (2017) destaca a repercussão das pesquisas elaboradas por Rimland, psicólogo cujo filho recebeu o diagnóstico de autismo; as movimentações de Rimland colaboraram com a criação de uma associação de pais de pessoas que receberam o referido diagnóstico.

Ademais, Lopes (2019) destaca que Bernard foi um precursor a defender a tese de que a causa do autismo teria bases orgânicas. Ortega (2009) argumenta que justificativas biológicas sobre o autismo, em detrimento de explicações psicanalíticas, tiveram o efeito de, em certa medida, afastar a culpa que recaía sobre os pais quanto aos “destinos subjetivos dos filhos” (Ortega, 2009, p. 71).

A esse respeito, os comentários feitos por Lima (2014, p. 119) complementam tais argumentos, a saber:

Em *A fortaleza vazia*, o psicólogo americano Bernard Rimland aparecia como o principal adversário intelectual de Bettelheim. Rimland e seu livro *Infantile Autism*, de 1964, talvez tenham representado a primeira reação de peso à hegemonia psicodinâmica no campo do autismo, e isso em dois registros simultâneos. O primeiro, o do discurso médico-psicológico, é o que privilegiamos neste artigo. Mas não pode ser ignorado seu papel num campo que começava a se organizar, o das associações de familiares de autistas. Rimland tinha um filho autista e foi um dos fundadores da *Autism Society of America*, em 1965 (Brown, 1971). Desde aquela época, essas entidades vêm atuando em várias frentes, reivindicando acesso à

educação e tratamentos especializados, mas também influenciando na definição de políticas públicas, na alocação de verbas para pesquisa e na própria delimitação da noção de autismo, na medida em que apoiam abertamente as concepções biológicas no transtorno.

Além das mencionadas repercussões derivadas do trabalho de Rimland, destacamos que Abreu (2022) posiciona o estudo de Lorna como um “divisor de águas” nesse cenário, dados os questionamentos relativos a algumas leituras clínicas já apresentadas, bem como sua influência no campo científico.

Ademais, o entendimento do autismo enquanto um espectro — possível de se manifestar de diversas formas, e não somente da forma “clássica”, tal como na descrição clínica de Kanner — marcou um período de mudanças importantes das formações discursivas em torno do autismo. Abreu (2022, p. 12) comenta acerca das elaborações de Wing sobre o autismo:

Wing reviveu esta descrição, em 1981, em um artigo que nomeava essas características como Síndrome de Asperger. Em 1992, o termo foi oficialmente acatado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como diagnóstico independente. Tal proposta causa um efeito imediato nas discussões sobre o autismo: pessoas que passaram despercebidas por toda uma vida começaram a se identificar com um diagnóstico que mudaria suas vidas.

Como é possível notar, classificações existentes nos manuais diagnósticos, tal como o DSM, foram atravessadas por essa discussão a respeito da existência de similaridades entre trabalhos que foram publicados na mesma época, porém, aparentemente, não dialogaram entre si. Sobre a inserção do autismo no Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais e acerca das transformações relativas a essa categoria diagnóstica, vale apresentarmos breves considerações.

São periódicas as revisões e publicações de Manuais Diagnósticos. Nesses processos, alteram-se, com frequência, a quantidade de categorias diagnósticas apresentadas e descritas. Nos momentos iniciais de catalogação do DSM, o autismo estava “subcategorizado em esquizofrenia do tipo infantil”, de acordo com as versões I e II do referido Manual (Nadesan, 2005, p. 11, tradução nossa). Essa perspectiva foi transformada a partir do DSM-III, no qual o autismo aparece pela primeira vez como categoria diagnóstica independente, incluída nos Transtornos Globais do Desenvolvimento (Lima, 2014). A orientação do DSM-IV, por sua vez, manteve-se na direção da versão anterior (Dunker, 2021).

Já no DSM-V, de 2013, o cenário transformou-se consideravelmente. Esta edição, de acordo com Klein e Lima (2020, p. 106) “embora marcada por uma série de críticas, introduziu um novo capítulo, intitulado ‘Transtornos do Neurodesenvolvimento’”. Esse novo capítulo engloba condições como o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Deficiências Intelectuais e o Transtorno do Espectro Autista (TEA) (Klein; Lima, 2020).

Na esteira dessa discussão, é digno de nota que, além da exclusão da síndrome de Asperger a partir do DSM-V, essa edição também evidencia as reverberações no campo psicopatológico da noção de “espectro”, impulsionada por pesquisadoras e pesquisadores, tal como Lorna Wing, citada anteriormente. Apresenta-se, portanto, um autismo espectral que passa a representar inúmeras possibilidades de manifestação dentro de um mesmo diagnóstico (Abreu, 2017).

Nesse sentido, Lima et al. (2017) discorrem sobre um recorte do contexto científico no qual foram estudadas as reformulações com vistas à elaboração do DSM-V, e destacam o aumento de pesquisas voltadas ao estabelecimento de correlações entre o sofrimento psíquico e alguma possível etiologia cerebral. Os autores acrescentam que, não à toa, “os anos de 1990 ficaram consagrados como a ‘década do cérebro’. . . O ‘homem neuronal’ assumiu de vez o

protagonismo nas comunicações e no imaginário científico. Em relação ao autismo, a situação foi a mesma” (Lima et al., 2017, p. 376).

Não podemos deixar de considerar e mencionar esse cenário, haja vista que é um indicativo do *zeitgeist* em que muito se evidencia o cérebro como órgão-mor da existência humana, localizando nele a humanidade, a personalidade e a identidade (Ortega, 2009). E, considerando essa conjuntura, nota-se que a busca pelas causas orgânicas do autismo mobilizou inúmeros genitores, tornando-se perceptível que essas mobilizações foram relevantes para os direcionamentos das pesquisas sobre a condição autística e na própria circunscrição da noção de autismo, tal como Lima (2014) apontou.

Do autismo ao ativismo

Como citamos pontualmente na subseção anterior, pais e familiares de pessoas consideradas autistas iniciaram movimentos os quais visavam questionar as explicações que colocavam a causa do autismo nas relações parentais. O início dessas mobilizações de pais e familiares para interrogar tais perspectivas clínicas em circulação à época é um elemento fundamental para que sejam circunscritas algumas condições de existência do Movimento pela Neurodiversidade, principal interesse desta seção. Dito isso, apresentaremos breves comentários em torno do ativismo pela causa do autismo.

A respeito da implicação de pais e familiares na pauta do autismo, sabe-se que estes tiveram papel essencial em um campo que estava em processo de organização, que seria “o das associações de familiares de autistas” (Lima, 2014, p. 119). Lima (2014, pp. 124-125) prossegue com seus comentários e analisa essa conjuntura:

. . . a militância dos familiares foi, ao nosso ver, um dos principais fatores a impulsionar abordagens que não implicassem a responsabilização dos pais na produção do quadro autista dos filhos (Silverman & Brosco, 2007). Isso fez com que

suas associações elegessem como aliados preferenciais os profissionais mais organicistas, comportamentalistas e cognitivistas. Essa aliança de familiares, psiquiatras, psicólogos cognitivistas e neurocientistas deu origem a uma nova hegemonia no campo das pesquisas sobre o autismo, com consequências práticas no tocante ao manejo e tratamento do quadro.

Nesse contexto no qual perspectivas orgânicas e cognitivas ganhavam maiores proporções, algumas associações organizadas por pais e mães, ao mesmo tempo em que demandavam por essas possíveis explicações para o autismo, também se posicionaram a favor de buscar uma cura para a condição. Articulada a alguns profissionais, uma parcela de genitores e familiares entendia o autismo enquanto uma doença e, por isso, reivindicava por fomento em pesquisas que contribuíssem na busca de uma possibilidade de cura (Caitité, 2017). Em sua tese, Caitité (2017, p. 49) cita as organizações “*Cure Autism Now*” e “*Defeat Autism Now*”² como exemplos de “grupos de pais que entendem o autismo como patologia e defendem em última instância um ideal de ‘normalidade’, um mundo onde não haja deficiência”.

Interessante notar, a partir das considerações de Caitité (2017), algumas mudanças no lugar conferido às mães e aos pais nas discussões sobre autismo e na forma como passam também a ser vistos dentro do ativismo autista. À época das publicações dos trabalhos de Kanner e Bettelheim, por exemplo, os genitores foram as figuras consideradas lesadas e culpabilizadas pelo que era colocado como causa do autismo. No entanto, o que se percebe, nos últimos anos, é que o movimento de pais e mães tem sido questionado por pessoas que receberam o diagnóstico de TEA, sendo estas as figuras que, dessa vez, sentem-se lesadas pela busca por uma cura para a condição.

² “Curar o autismo agora”; “Derrotar o autismo agora” (tradução nossa). Mesmo sendo nomes de organizações, consideramos pertinente trazer possíveis traduções para o português desses termos, haja vista a explicitação da forma como o autismo é posto enquanto algo a ser curado/vencido.

As reverberações de um “autismo espectral” geraram consequências diretas no campo social, inclusive, no que tange ao chamado ativismo autista. Ainda vale dizer que o entendimento do autismo enquanto um espectro também pode ser considerado como um elemento importante na formação do Movimento pela Neurodiversidade. Ademais, a discursivização do autismo enquanto uma condição que pode apresentar uma série de nuances abriu espaço para a formulação de novos posicionamentos frente ao tema, como já expusemos.

O cenário em que havia produção de outros discursos sobre o autismo buscou, entre outras coisas, realocar os pais e familiares de autistas nas discussões sobre o assunto e trazer à frente as próprias pessoas que receberam o diagnóstico. Os movimentos ativistas de pais passaram, então, a dividir espaço de luta política com os movimentos ativistas dos próprios autistas.

Decerto, durante alguns anos, o ativismo parental e de profissionais foi a linha de frente das movimentações em prol do autismo. Porém, a partir da década de 90, nomes como Temple Grandin e Donna Williams publicaram autobiografias nas quais narravam suas trajetórias enquanto pessoas autistas e, a partir daí, começaram a ocupar um lugar de protagonismo nas mobilizações sociais em defesa da causa autista (Abreu, 2022).

Também podemos citar que a situação na qual houve a repercussão do texto de Jim Sinclair, intitulado “*Não chore por nós*”, durante a Conferência Internacional sobre o Autismo em Toronto, no Canadá, em 1993, marca um período de mudanças no ativismo autista (Abreu, 2022). Já não mais aceitando serem constantemente falados por terceiros, sejam pais, familiares, profissionais ou cientistas, agora os próprios autistas falariam por si, iniciando um movimento de autorrepresentação e busca por espaço político na luta por direitos e inclusão.

É relevante considerarmos esses acontecimentos na tentativa de historicizar o Movimento pela Neurodiversidade, principalmente, dada a aproximação entre as pessoas consideradas autistas e os ativistas dos movimentos de pessoas com deficiência (Abreu, 2022). Essas insurgentes mobilizações propunham a ruptura tanto com as configurações dos movimentos ativistas predominantes — de pais, familiares, profissionais — quanto com o estigma que marcava a pessoa com autismo. Buscava-se, portanto, produzir certa positividade do autismo e, também, uma ruptura com relação aos processos de exclusão a ele associados.

Apresentado esse contexto que tange o ativismo autista e as transformações que o afetaram ao longo das últimas décadas, ainda nos anos 90, tem-se a formalização conceitual e a difusão do termo “neurodiversidade”, cuja criação é atribuída à socióloga australiana Judy Singer³, que foi, à época, diagnosticada com síndrome de Asperger⁴. De acordo com Vidal e Ortega (2019, p. 207), “o surgimento do termo ‘neurodiversidade’ e do movimento correspondente no final dos anos 1990 deve ser analisado em uma perspectiva mais ampla”. Os autores afirmam que é fundamental considerar dois aspectos nessa análise, quais sejam: a história do movimento ativista de pessoas com deficiência e o impacto no âmbito social do conhecimento das práticas neurocientíficas (Vidal & Ortega, 2019), aspectos sobre os quais trataremos adiante.

³ Destacamos que, no próprio trabalho de Singer (2017), podemos ver a menção a Harvey Blume, jornalista estadunidense e contemporâneo à socióloga, no que se refere à cunhagem do termo neurodiversidade. No entanto, a autora elege um tópico de seu texto para argumentar sobre os motivos pelos quais acredita que se deve considerar a expressão como criação dela. Ademais, afirma que não havia disputas entre ela e Blume, que ambos compartilhavam suas opiniões acerca do tema, que o termo “neurodiversidade” já estava presente no *zeitgeist* e só precisava de “um vetor humano que o expressasse . . . O conceito estava pronto para ser popularizado por uma miríade de narrativas e debates” (Singer, 2017, p. 23, tradução nossa). Ou seja, antes mesmo da formalização conceitual apresentada no trabalho da autora, as discussões acerca da hipótese sobre as diferenças cerebrais como explicação para algumas condições humanas já estavam em circulação. Nos deteremos mais demoradamente no trabalho de Singer (2017) em alguns momentos deste subtópico, uma vez que ele é de suma importância para que se entenda a perspectiva da neurodiversidade e as influências que a viabilizaram, e que ressoam até hoje.

⁴ Importante ressaltar que, à época, no final dos anos 90, o DSM-V não tinha sido publicado e, portanto, a Síndrome de Asperger ainda constava enquanto um diagnóstico independente, isto é, ainda não havia sido englobada no diagnóstico de TEA.

Dessa forma, como coloca Abreu (2022, p. 12), “o cenário estava então pronto para a emergência de um novo movimento social do autismo, protagonizado por pessoas autistas e, mais tarde, popularizado como ‘movimento da neurodiversidade’”. Sobre a perspectiva da neurodiversidade, bem como sobre o movimento a ela correspondente, nos deteremos a seguir.

Neurodiversidade: conceito e movimento

Em seu trabalho inicial, de 1998, intitulado *Odd People In: The Birth of Community amongst people on the Autistic Spectrum — A personal exploration of a New Social Movement based on Neurological Diversity*⁵, Singer (2017) elabora sua discussão acerca do que propõe como conceito de neurodiversidade. Tal produção foi apresentada como requisito para a conclusão de curso em Sociologia na *University of Technology*, em Sydney, na Austrália.

No referido texto, a autora argumenta sobre sua percepção acerca da emergência de um movimento social protagonizado por pessoas, em sua maioria, diagnosticadas com síndrome de Asperger e consideradas “autistas de alto funcionamento”. Além disso, Judy também inclui, em suas considerações, *nerds* e *geeks* como membros desse movimento em ascensão (Singer, 2017). Como já apresentado, tanto a manutenção da referência à síndrome, quanto o uso da expressão “autismo de alto funcionamento” estão sendo questionadas com frequência nos últimos anos, principalmente, por pessoas que compõem o ativismo autista e que receberam o diagnóstico de TEA (Caitité, 2017; Singer, 2017).

Consideramos relevante retomar elementos da história familiar de Singer (2017), trazida em seu texto, uma vez que podemos considerá-la como mais um exemplo do que

⁵ Pessoas estranhas em: o nascimento de comunidade entre pessoas no espectro autista — uma exploração pessoal de um novo movimento social baseado na diversidade neurológica (tradução nossa).

denominamos anteriormente de “genitores-pesquisadores”. Contudo, diferentemente de argumentar em prol de uma proposta de cura para o autismo, posicionamento manifesto por parte de alguns pais e familiares de pessoas consideradas autistas, a autora apresenta o entendimento de que o autismo seria mais uma expressão da diversidade humana, tal como as diversidades étnica e sexual, por exemplo. E, de acordo com a proposta apresentada pela socióloga, o autismo estaria relacionado à diversidade neurológica (neurodiversidade), argumento traçado a partir da correlação com o conceito de biodiversidade (Singer, 2017).

Nas palavras da autora:

Ambos [referindo-se a ela e a Harvey Blume] vimos que, assim como a biodiversidade era importante para a sobrevivência das espécies, a diversidade humana também deveria ser para os humanos. Nós dois sabíamos que a fé do Ocidente no modelo psicoterapêutico estava diminuindo e que os neurocientistas estavam esperando nos bastidores para assumir como um novo sacerdócio.

Começamos a falar sobre a importância da diversidade neurológica. . . (Singer, 2017, p. 21, tradução nossa).

Em sua pesquisa, Singer (2017) ocupa-se em narrar partes de sua história a fim de reconstruir os caminhos — pessoal e acadêmico — que a levaram ao conceito de neurodiversidade. Deparamo-nos, sobretudo, com comentários relativos ao seu relacionamento com sua mãe e com sua filha. A autora detém-se à relação difícil com sua mãe, que, inclusive, foi inspiração para o título de um de seus textos, publicado nos anos 90, chamado *‘Why can’t you be normal for once in your life?’ From a ‘problem with no name’ to the emergence of a new category of difference*⁶. Conforme exposto em seu livro, escrito posteriormente ao seu trabalho de conclusão de curso, a perspectiva da socióloga sobre a

⁶ Por que você não pode ser normal uma vez na sua vida? De um “problema sem nome” para a emergência de uma nova categoria de diferença (tradução nossa).

forma como sua mãe agia mudou quando sua filha começou a apresentar características semelhantes às da avó (Singer, 2017).

A partir disso, Singer interessou-se por buscar, em materiais referentes à psiquiatria, possíveis explicações para as características percebidas tanto em sua mãe, quanto em sua filha e, em certo momento, deparou-se com a descrição do que seria autismo. Apesar de resistir a essa possibilidade, depois de ter acesso ao livro intitulado *Um antropólogo em Marte*, de Oliver Sacks, Singer passou a considerar a hipótese do autismo, que, segundo ela, procurou durante toda a sua vida. Depois de um tempo, sua filha foi formalmente diagnosticada. E, posteriormente, a socióloga passou a suspeitar que ela mesma e sua mãe também estivessem “no espectro” (Singer, 2017). De acordo com Singer (2017, pp. 11-12, tradução nossa):

Percebi no início do primeiro ano de minha filha que ela não estava se desenvolvendo da mesma forma que seus colegas. Enquanto eu procurava respostas nos tomos psiquiátricos de nossa biblioteca pública, meu sangue congelou quando li uma descrição da então temida condição, o autismo. Eu soube então que, finalmente, estava na trilha. Mas, para meu grande alívio, meu alarme foi amenizado pela natureza profundamente amorosa e afetuosa da minha filha, que dificilmente se parecia com os autômatos humanos retratados por Leo Kanner, o criador do modelo clássico do autismo. Rapidamente, descobri que se mencionasse o autismo para amigos ou profissionais, arriscava ser considerada apenas mais uma “mãe neurótica”, aprendi a guardar minhas hipóteses para mim mesma, desenvolvi uma pele dura e continuei buscando respostas. Foi o ensaio de Oliver Sacks sobre a, agora, célebre cientista autista Temple Grandin, “Um Antropólogo em Marte”, que finalmente me deu o momento “aha!” que estive procurando por toda a minha vida. Depois disso, liguei para a *NSW Autism Association*. Jamais esquecerei a conversa

telefônica que mudou minha vida e confirmou que realmente se falava de um tipo novo e mais brando de autismo, chamado Síndrome de Asperger. E, refletindo mais, pude ver que eu também tinha muitas características.

Com base nesse trecho, podemos perceber partes do trajeto construído por Singer até que ela chegasse à descrição da síndrome de Asperger. Além disso, é lícito demarcar a queixa da autora referente à forma como poderia ser vista por amigos e profissionais — uma “mãe neurótica” (Singer, 2017, p. 12), em que a expressão “neurótica” foi usada em tom pejorativo e não a partir do prisma psicanalítico. Tal comentário traz à tona pontos de tensão entre os estudos sobre o autismo, a posição das relações parentais e as consequências de uma sociedade alicerçada em moldes patriarcais (Lopes, 2020), como já mencionado.

E, a despeito de considerações sobre a pertinência ou não do caminho que Singer traçou até essas descobertas, buscamos demarcar, principalmente, seu papel enquanto mãe e pesquisadora e, também, as reverberações que serão ocasionadas a partir de suas próprias elaborações acerca do autismo (Singer, 2017). Passemos, propriamente, às considerações teóricas mencionadas por Singer (2017) sobre a neurodiversidade e o movimento a ela correspondente.

Como já foi citado, a perspectiva da neurodiversidade versa sobre a existência de *diferentes* conexões cerebrais para explicar algumas condições humanas (Vidal; Ortega, 2019). A partir desse referencial, argumenta-se que todo cérebro humano é único e tem seu próprio funcionamento e, portanto, a neurodiversidade englobaria todas as pessoas (Abreu, 2022).

Entretanto, algumas pessoas apresentariam um padrão de funcionamento cerebral considerado “socialmente esperado”, enquanto outras destoariam de tal expectativa. Os desvios a essa “norma cerebral” são as chamadas “neurodivergências”, as quais explicariam as condições já mencionadas, a exemplo do autismo e do TDAH. Por conseguinte, quem

apresenta tais “neurodivergências”, no geral, intitula-se “neurodivergente”, “neurodiverso” ou “neuroatípico”. A contraposição desses termos seria a expressão “neurotípico”, que indicaria a existência de um funcionamento cerebral “socialmente esperado” (Caitité, 2017; Singer, 2017).

Sobre esse cenário, Vidal e Ortega (2019, p. 206), ao discutirem sobre a neurodiversidade, corroboram com nossa explicação e afirmam:

. . . Indivíduos nessa extremidade do espectro [referindo-se aos considerados “autistas de alto funcionamento”] acreditam que sua condição não é uma doença a ser tratada e, se possível, curada, mas uma especificidade humana que precisa ser respeitada como tal. Eles serem diferentes dos “neurotípicos” deriva, em seu ponto de vista, de “uma conexão” cerebral que é diferente, mas não anormal.

A perspectiva da neurodiversidade relaciona-se, por sua vez, ao Movimento pela Neurodiversidade. Acerca de tal relação, traremos algumas considerações a seguir, inclusive, relativas às influências que contribuíram para a emergência de tal mobilização.

Ainda referenciando-nos ao trabalho de Singer (2017) para tratarmos sobre a neurodiversidade e o movimento correspondente a ela, é importante destacar as influências citadas em sua pesquisa que contribuíram para as elaborações construídas ao longo de seus trabalhos. Simultaneamente à aproximação da autora a associações compostas por pessoas consideradas autistas, Singer (2017) interessa-se pelos estudos sobre o modelo social das deficiências e, também, pelas perspectivas feministas e emancipatórias em pesquisas sociais. Esses dados têm importância para elucidarmos a forma como será pensado o conceito de neurodiversidade e em que contexto isso foi possível de acontecer.

Nesse sentido, ao comentar sobre sua percepção acerca das organizações impulsionadas pelos chamados “autistas de alto funcionamento”, Judy complementa que almejava o surgimento de um novo movimento social protagonizado por pessoas

“neurologicamente marginalizadas”, nos mesmos moldes que os grupos feministas, de homossexuais e de pessoas com deficiência. Esses protagonistas seriam pessoas, em sua maioria, diagnosticadas com síndrome de Asperger, chamados, à época, de “aspergers” ou “aspies” (Singer, 2017), e “mereciam o direito de serem reconhecidos como minoria alvo de opressão” (Abreu, 2022, p. 18).

Considerando os argumentos relativos às “diferenças neurológicas humanas”, Singer advogava em prol do reconhecimento de que o mundo precisava de um “movimento de neurodiversidade” (*Neurodiversity Movement*) (Singer, 2017, p. 22, tradução nossa). Desse modo, consideramos pertinente elucidar as articulações com a perspectiva feminista, do movimento ativista de pessoas com deficiência e dos estudos relacionados às políticas identitárias na elaboração do conceito mencionado, formalizado por Singer (2017).

De forma similar ao que já foi apresentado antes, a perspectiva feminista apresenta-se na inquietação através da contestação de leituras clínicas sobre o autismo que colocavam a causa da condição, sobretudo, nas relações mãe-filho (Abreu, 2022).

No que se refere ao movimento ativista de pessoas com deficiência (PCDs), é relevante citar a concepção proposta pelo modelo social da deficiência, com a qual Judy trabalhou em sua pesquisa e que opera como forte argumento na legitimação da neurodiversidade como modelo compreensivo para o autismo. A leitura inspirada por esse modelo reposicionou o entendimento sobre as deficiências e atribuiu à sociedade a responsabilização pelas barreiras colocadas no acesso das PCDs à vida em comum (Caitité, 2017). Nessa direção, coloca-se em centralidade o debate sobre o capacitismo, que, de forma concisa, seria o preconceito direcionado às pessoas com deficiências (Hickel & Mörschbacher, 2022).

Já no que tange às políticas identitárias, nas produções de Singer (2017), podemos encontrar, pelo menos, duas análises. De forma sucinta, a primeira, apresentada no trabalho de 1998, refere-se a um cenário no qual:

À medida em que novas identidades, alianças e movimentos se formam e reformam, há sinais em todos os lugares de que estamos começando a nos dividir não apenas segundo as linhas familiares de etnia, gênero e deficiência, mas de acordo com algo novo: diferenças em “tipos de mente” (Singer, 2017, p. 28, tradução nossa).

A socióloga, à época de suas elaborações iniciais sobre neurodiversidade, atribui a formação dos grupos de pessoas “neurologicamente marginalizadas”, que veio, de certa forma, a ser o prenúncio da formação do que se conhece hoje como Movimento pela Neurodiversidade (Singer, 2017), ao sucesso das políticas de identidade, à disseminação da tecnologia do computador, à “marcha da ciência” (Singer, 2017, p. 28, tradução nossa) e à proposta do modelo social das deficiências.

Já a segunda análise, elaborada depois da repercussão do trabalho de conclusão de curso da autora, traz um pensamento reformulado, a saber:

Na época [referindo-se ao seu trabalho de graduação], minha imaginação não me levava além de um movimento baseado na “política identitária”, os primeiros passos infantis de todos os grandes movimentos sociais do século XX. A política de identidade se destacava na coleta de dados de opressão e vitimização, mas pode ficar atolada em oposições binárias simplistas entre opressores e oprimidos. No movimento de autodefesa dos autistas, nós naturalmente nos concentramos em todas as maneiras pelas quais fomos oprimidos, mas eu estava ciente de que havia muitos autistas de alto desempenho em posições de saber e influência. Muitas vezes, ouvimos falar de gênios autistas, mas raramente de vilões autistas. Eu tinha minhas teorias sobre alguns

deles, mas não tinha coragem de nomeá-los. Eu certamente espero nunca ter igualado autista/neurotípico com bom/mau (Singer, 2017, p. 24, tradução nossa).

No trecho acima, percebemos uma revisão da elaboração teórica que a autora propôs em seu trabalho inaugural. Importante destacar a menção feita por Singer (2017) acerca da união entre o “melhor dos dois mundos” (Singer, 2017, p. 43, tradução nossa) para pensar sobre o conceito de neurodiversidade: o construcionismo social — para argumentar sobre a construção da identidade autista — e o determinismo biológico — para argumentar sobre as conexões cerebrais humanas.

Ainda de acordo com a autora, a reunião dessas pessoas se baseia, inclusive, na percepção em comum de que “‘suas dificuldades de aprendizagem social’ estão em um *continuum* com o autismo clássico” (Singer, 2017, p. 28, tradução nossa), o que evidencia também as reverberações dos trabalhos de Lorna Wing citados anteriormente. Vale destacar um trecho escrito por Singer (2017, p. 31, tradução nossa):

Quero deixar claro que quando usei o termo “autista”, estou me referindo apenas a pessoas com o que se chama de Autismo de Alto Funcionamento (AAF) ou Síndrome de Asperger (SA), ou seja, pessoas que têm “inteligência normal a alta” (agora um termo cada vez mais contestado). Escolhi usar o termo “autista” genérico não apenas para facilitar a leitura, mas porque esse é o termo preferido por pessoas que se identificam como autistas de alto funcionamento para se descreverem.

Nesse contexto, ponderamos que, mesmo atravessada pelas reverberações das neurociências e das políticas identitárias, a perspectiva da neurodiversidade surge, a rigor, enquanto um conceito de cunho político, e não como uma verdade última acerca da etiologia cerebral do autismo. Abreu (2022, p. 17) menciona que “apesar da ideia lhe parecer clara, Judy Singer chegou a afirmar, anos depois, que era difícil para as pessoas compreenderem corretamente o conceito de neurodiversidade”. E acrescenta: “desde meados de 2013, Judy

Singer tem se queixado do uso equivocado do termo ‘neurodiversidade’” (Abreu, 2022, p. 66), propondo reformulações.

No entanto, a despeito de como a socióloga pensou o conceito quando da sua formalização teórica, a forma como ele repercutiu nas discussões sobre o autismo não estava em seu domínio. Assim, notamos que tanto o conceito de neurodiversidade, quanto o Movimento, tomaram proporções ainda mais significativas nos anos subsequentes ao trabalho inicial de Singer (2017).

Embora o trabalho da socióloga seja considerado como o pioneiro na formalização do conceito de neurodiversidade e a própria autora argumente sobre a criação desse termo e sobre seu desejo de formação de um movimento social protagonizado por membros de uma “minoría neurológica”, propomos fomentar uma reflexão a partir de considerações foucaultianas sobre modos de contar a história (Foucault, 2008), na tentativa de reposicionar a ideia de uma “origem” e de analisar alguns aspectos a fim de termos mais elementos que possibilitem apreender as condições de emergência do Movimento, ao final dos anos 90, e que também corroboraram com a argumentação conceitual construída por Judy.

Tendo em vista as considerações mencionadas ao longo de nosso texto até o momento, inclusive sobre a incidência das práticas neurocientíficas no campo social, é possível notar desdobramentos derivados da associação ao prefixo “neuro”, por exemplo.

Contextualmente, a década de 90, no Ocidente, tornou-se conhecida como a “década do cérebro”, dado o massivo fomento em pesquisas no âmbito das neurociências. Nesse cenário, proliferaram narrativas acerca do funcionamento cerebral e da importância do cérebro como órgão principal e essencial da existência humana, concentrando nele a humanidade, a personalidade, a identidade (Vidal & Ortega, 2019). A produção de legitimidade discursiva (Foucault, 2008) acerca do cérebro como “órgão-mor” do humano é um indício do *zeitgeist* no qual Singer (2017) formulou suas argumentações.

Sobre esse cenário, Vidal e Ortega (2019, 207), de forma crítica, ressaltam que o “o prefixo *neuro* e um vocabulário *neuro* normalmente impreciso servem para apresentar o autismo como um atributo positivo e demonstrar a legitimidade da experiência autista”. Adiante nas considerações, os autores acrescentam: “... a cerebralização, que, como vimos, é movida por uma busca de causalidade e ‘objetividade’, sustenta a subjetivação” (Vidal & Ortega, 2019, p. 207).

Consideramos que a busca por autorrepresentação, por lugar de protagonismo nas reivindicações pela garantia de direitos e de inclusão, deu o tom do Movimento. A partir disso, podemos notar certo reposicionamento de parte do ativismo autista, em que, impulsionada pelo Movimento, busca trazer à frente das discussões e das decisões as pessoas que receberam o diagnóstico de TEA, partindo da premissa “nada sobre nós sem nós”, lema que surgiu a partir do movimento de pessoas com deficiência (Caitité, 2017).

Vale salientar que o Movimento pela Neurodiversidade, com vistas ao empoderamento das pessoas que receberam o diagnóstico de TEA, preconiza e busca fortalecer a existência de uma “identidade autista”, mesmo para aqueles que não sejam militantes assíduos do movimento, mas que, em algum momento, receberam o diagnóstico de autismo (Ortega, 2009; Vidal & Ortega, 2019). Acerca disso, faremos alguns comentários a partir de agora.

Vidal e Ortega (2019, p. 206) destacam que “as alegações identitárias dos autistas avançaram de mãos dadas com a cerebralização de sua condição”. Os autores ainda mencionam que “tais reivindicações identitárias manifestam o que a ativista Judy Singer chamou de ‘autoconsciência neurológica’” (Vidal & Ortega, 2019, p. 206).

Assim, o autismo aparece em termos “neuro e identitários”, o que evidencia “um autismo cerebral, na base de uma identidade autista vivenciada com orgulho”, tal como Ortega (2009, p. 71) pondera. O autor, ao trazer uma perspectiva antropológica sobre o tema,

argumenta que esse cenário é um indicativo da emergência do “sujeito cerebral” e, além disso, essa mesma identidade parece circunscrever a verdade e a legitimidade de quem se é, após o diagnóstico de TEA. Nas palavras de Ortega (2008, p. 490), a expressão sujeito cerebral:

. . . resume adequadamente a redução da pessoa humana ao cérebro: a crença de que o cérebro é a parte do corpo necessária para sermos nós mesmos, no qual se encontra a essência do humano, ou seja, a identidade pessoal entendida como identidade cerebral.

Obviamente, o cérebro é um órgão vital, esse não é o ponto central da discussão; o aspecto destacado pelo autor e relevante para a pesquisa refere-se à trama discursiva na qual o cérebro ganhou centralidade enquanto órgão definidor de identidades.

Seguindo na esteira de Vidal e Ortega (2019, p. 216), tem-se que:

. . . a identidade autista é algumas vezes experimentada como fonte de orgulho, até mesmo um “dom”. O surgimento desse sentimento pode começar com uma sensação de tranquilização. Autistas de alto funcionamento têm frequentemente relatado o “conforto” que sentiram ao serem diagnosticados.

E, ainda de acordo com os autores, a perspectiva da neurodiversidade estaria ligada a uma identidade autista “naturalizada”, conforme a qual “se é quem se é” porque o cérebro está “conectado” de uma certa maneira (Vidal & Ortega, 2019). Neste ponto, reiteramos que não há um consenso no âmbito das neurociências — nem da psiquiatria, nem da psicologia ou de áreas afins — sobre tal afirmação, tampouco mecanismos de imagem ou similares que consigam apontar, precisamente, a existência do autismo no cérebro, causado, exclusivamente, por fatores neurais. O que existem são hipóteses cerebrais a partir das quais pesquisas são construídas (Evangelho et al., 2021).

Contudo, é nítido que a associação ao prefixo “neuro” tem efeitos sobre as concepções em voga acerca do autismo, bem como sobre essa emergente expressão identitária a qual estamos investigando. Adriano, Lugon e Aydos (2021, p. 03), ao refletirem sobre as complexidades relativas à neurodiversidade, mencionam: “ressaltamos que os argumentos acionados pelos autores que se dizem neurodiversos não necessariamente são aqueles considerados ‘argumentos neurocientíficos válidos’”, o que nos parece uma contradição apresentada por essa perspectiva.

Destacamos também que, embora a princípio a neurodiversidade tenha sido pensada em relação ao chamado “autismo de alto funcionamento”, hoje percebemos que ela passa a ser associada às variadas formas de “estar dentro do espectro” (Abreu, 2022). Inclusive, algumas pessoas que concordam com a perspectiva da neurodiversidade também se posicionam contra a divisão entre autismo de alto e baixo funcionamento (Adriano et al., 2021).

Essa ampliação da perspectiva da neurodiversidade não é sem consequências. E, assim como demarcamos outras divergências referentes ao autismo, também consideramos pertinente especificar que há pessoas consideradas autistas e mesmo ativistas e apoiadores da causa que não concordam com a concepção proposta pela perspectiva da neurodiversidade nem com o Movimento. Abreu (2022, p. 28) pondera:

Como é possível imaginar, o tema da neurodiversidade nunca foi consensual dentro da comunidade do autismo. Se nem as próprias pessoas autistas são unânimes quanto a esse conceito, aqueles que apoiam determinado modelo conceitual — e, conseqüentemente, o movimento, — podem ter entendimentos distintos sobre o que cada termo, de fato, significa. Mesmo vinte anos depois, a neurodiversidade ainda constitui uma questão periférica na maior parte dos países e seu debate fica limitado ao ativismo do movimento de autistas. Mas seus críticos, de forma geral, são

familiares, profissionais e até mesmo outros autistas.

Isto posto, apresentamos até aqui, ainda que de forma breve e parcial, o pano de fundo no qual emergiram o conceito de neurodiversidade e o Movimento. Por essa via, chegamos a um dos interesses centrais desta pesquisa: a identidade autista e neurodivergente.

É necessário pontuar que, partindo de um posicionamento ético de pesquisa, não nos interessa deslegitimar esses elementos citados, muito menos questionar a pertinência do Movimento e de diagnósticos de TEA. Interessa-nos, sobretudo, circunscrever a identidade autista e neurodivergente, a fim de articular, ao longo desta dissertação, uma discussão alinhada a contribuições da teoria psicanalítica para pensar sobre tal construção identitária.

Dito tudo isso, é importante delimitar um aspecto, entre todas as heterogeneidades que envolvem a temática do autismo, que chama nossa atenção, qual seja: a diferença entre a percepção do “autismo enquanto transtorno/psicopatologia” *versus* a concepção do “autismo enquanto diversidade-diferença/identidade”. Lima et al. (2017, p. 370) salientam:

A ideia, sustentada pela bandeira da neurodiversidade e defendida por grupos de autistas, de que o autismo seria parte do repertório de possibilidades de expressão do ser humano — não uma doença (ou uma condição relativa a transtornos e déficits) — testemunha, a um só tempo, transformações e a complexidade desse tema.

Assim, é notável que a mudança de perspectiva de um autismo considerado enquanto transtorno — muitas vezes, encarado em tom negativo — para um autismo concebido em termos de identidade, sendo, inclusive, celebrado e pautado enquanto motivo de orgulho, repercute nos campos social e político. Henriques (2021, p. 04), ao comentar sobre a obra de Ian Hacking, filósofo da ciência, menciona: “. . . as classificações psiquiátricas mudam as formas de pensar, sentir e agir das pessoas que são classificadas, as quais ressignificam sua história atual e pregressa, assim como suas projeções para o futuro, à luz dos novos significantes médicos (*efeito looping*)”. Tal colocação do autor, apoiada na obra de Hacking,

reitera a percepção acerca de como o diagnóstico de autismo pode impactar os campos mencionados. Aqui, consideramos pertinente trazer uma discussão sobre a perspectiva da neurodiversidade, justamente porque ela, de certa forma, aglutina tanto a concepção de uma identidade autista, quanto a positivação do autismo.

O diagnóstico de TEA, por sua vez, torna-se, a partir da referida perspectiva, menos algo ruim e mais algo a ser almejado, procurado. Muitas pessoas, como mencionamos no início de nossa escrita, estão em busca de respostas para si; o cenário contemporâneo, por sua vez, oferece possibilidades de ancoragem no campo sociopolítico, uma das quais seria através da afirmação de uma identidade autista e de seu reconhecimento.

Por outro lado, é importante ressaltar que também percebemos uma linha tênue entre o autismo concebido como identidade — como estratégia política para afastar-se de um discurso patologizante — e a proliferação e a banalização diagnóstica de TEA, falando-se, inclusive de uma “epidemia de autismo” (Abreu, 2017; Almeida & Neves, 2020). Essa turva fronteira elucida uma situação em que o autismo se apresenta, em algumas circunstâncias, enquanto uma “resposta diagnóstica” que explicaria alguns impasses inerentes ao viver a partir de um vocabulário oriundo, sobretudo, do campo psiquiátrico. Safatle (2021, p. 39) contextualiza o momento no qual se passou a perceber mudanças na forma como se falava sobre sofrimento psíquico e argumenta que, a partir do DSM III, houve um “processo de reconfiguração completa da forma de descrever o sofrimento psíquico” e que “essas modificações estruturais, no entanto, estão longe de ser neutras em relação a valores”.

Esses mesmos impasses, com frequência, não precisariam de uma nomeação diagnóstica para serem considerados legítimas expressões humanas; mas têm sido enunciados a partir de nomenclaturas sintomatológicas e diagnósticas ou, como coloca Abreu (2021, p. 150), a partir de “insígnias nosológicas”. O mesmo autor acrescenta: “o diagnóstico psicopatológico, ao invés de servir de orientação para clínica, funcionaria hoje como marca

identificatória, engendrando grupos que se organizam por identificações imagéticas” (Abreu, 2021, p. 150).

Nesse sentido, o documento elaborado pelo Ministério da Saúde, em 2015, intitulado *Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde*, cujo um dos objetivos é “contribuir para a ampliação do acesso e a qualificação da atenção às pessoas com Transtornos do Espectro Autista (TEA) e suas famílias” (Ministério da Saúde, 2015, p. 07), corrobora com nosso posicionamento frente à profusão de diagnósticos de TEA e alerta:

A banalização do diagnóstico psiquiátrico também tem se tornado um vício corriqueiro nos tempos atuais ... A ilusão de simplicidade e objetividade, favorecida pela mídia, tem propiciado que pacientes, familiares, leigos em geral e profissionais de outras áreas, como os da educação, usem as classificações psiquiátricas como se estas fossem meras listas de sintomas que devem ser marcadas e pontuadas para se chegar a um “diagnóstico”. Esse uso distorcido das classificações psiquiátricas gera um número enorme de diagnósticos falso-positivos e tem sido uma das causas das frequentes “epidemias” diagnósticas da atualidade. (Ministério da Saúde, 2015, p. 39).

Considerando todos os aspectos citados, bem como as problematizações deles derivadas, é possível perceber o entrelace de elementos a partir dos quais o conceito e o Movimento pela Neurodiversidade foram gestados. Os cruzamentos discursivos advindos da medicina, das neurociências, das políticas de identidade e dos movimentos ativistas das pessoas com deficiência (PCDs) podem ser considerados quando se pensa na emergência do Movimento ao qual estamos nos referindo.

A proposta de discursivização do autismo como efeito de conexões cerebrais tem, desde seu surgimento, efeitos sociais e políticos. E, embora como já exposto, a

neurodiversidade não tenha surgido enquanto proposta de ser uma única verdade sobre a etiologia cerebral do autismo, o que também se pode perceber é a produção de legitimidade do discurso da neurodiversidade e a cristalização de uma verdade acerca do que propõe o conceito: a produção e o posicionamento do autismo enquanto expressão de uma diferença cerebral humana, nos moldes de como são entendidas as diferenças étnicas e sexuais, mesmo que, paradoxalmente, a existência de tal diferença cerebral não seja um consenso, inclusive, no campo neurocientífico.

Os elementos citados nos fornecem substrato para pensarmos a forma como a perspectiva da neurodiversidade aparece atualmente, não apenas restrita aos outrora considerados “autistas de alto funcionamento”, mas, de forma ampliada, às pessoas que estariam “dentro do espectro”. A partir disso e de elementos advindos da arqueogenealogia foucaultiana, podemos perceber a difusão da própria neurodiversidade, aglutinadora de várias “nuances do autismo” e de alguns paradoxos em termos “neuro” e, também, políticos, como uma formação discursiva. Sobre essa noção, temos que:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (Foucault, 2008, p. 43).

A seguir, apresentaremos algumas considerações preliminares sobre neurodiversidade e formação discursiva.

Neurodiversidade e formação discursiva: apontamentos iniciais

Nesta subseção, fizemos um esforço teórico para apresentarmos algumas elaborações preliminares acerca de como podemos pensar a perspectiva da neurodiversidade enquanto

uma formação discursiva (Foucault, 2008). Os possíveis desdobramentos a partir da perspectiva da neurodiversidade e a produção de efeitos de verdade sobre o autismo nos interessa e nos intriga. Percebemos que a tomada do autismo como uma diferença cerebral humana, colocada no mesmo patamar das diferenças étnicas e sexuais, por exemplo, também tem produzido mudanças acerca do que se pode entender como autismo. Cunha et al., (2014, p. 192) comentam sobre a verdade na obra foucaultiana e afirmam:

Foucault localiza a verdade – e sua produção – como questão política, amplamente atrelada ao poder, às relações de poder, e que, conseqüentemente, recai sobre os processos de produção de saberes e unidades discursivas. Falamos, então, de verdades produzidas e legitimadas em determinado campo discursivo.

Tanto a perspectiva da neurodiversidade, quanto o Movimento surgem, por sua vez, como uma forma de questionar e resistir ao discurso biomédico e patologizante sobre a condição autística. No entanto, aproximam-se do mesmo substrato, qual seja, o biológico, para apresentarem suas inferências sobre a condição. O que nos coloca em posição de tentar desnaturalizar a ideia de neurodiversidade como “óbvia” e “verdadeira” explicação sobre o autismo e passar a também considerá-la como um efeito discursivo sobre o tema; como um acontecimento, e não como um fato.

Giacomoni e Vargas (2010, p. 122), discutem sobre a produção histórica a partir de Foucault e de sua arqueologia, e destacam

. . . uma forma de fazer história que eleva tudo aquilo que as pessoas disseram e dizem ao estatuto de acontecimento. O que foi dito instaura uma realidade discursiva . . . Nesta lógica, os sujeitos e objetos não existem a priori, são construídos discursivamente sobre o que se fala sobre eles.

Nesse sentido, algumas perguntas parecem insistir em nossa investigação, principalmente, durante a escrita desta seção: em que medida, ao tentar romper com os

discursos biomédico e patologizante, o discurso da neurodiversidade os reatualiza a partir de uma perspectiva bioidentitária acerca do autismo? De que forma o argumento sobre as diferenças cerebrais humanas pôde se constituir como verdade acerca do autismo? Como o discurso da neurodiversidade se tornou um discurso legítimo sobre o autismo?

Colocar essas questões em pauta não significa que iremos respondê-las neste texto, e não é essa a nossa pretensão. Por outro lado, entendemos que a formulação de perguntas sobre esse recente movimento mobiliza a busca por outros vestígios que possibilitem acessar o modo como a neurodiversidade tem se projetado enquanto um discurso possível e legítimo sobre o autismo; discurso entendido como “um conjunto de enunciados na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (Foucault, 2008, p.132).

E, ainda de acordo com Giamononi e Vargas (2010, p. 128), elucidamos que

. . . nem toda formação discursiva poderá se constituir em um discurso científico.

Nem por isso esta mesma formação será diminuída de sua positividade, ou seja, da capacidade da prática discursiva de formar objetos, enunciações, jogos conceituais e escolhas temáticas e teóricas visando à construção de proposições (com ou sem coerência), descrições, verificações e teorias.

Portanto, com essas considerações dos autores baseadas no trabalho de Foucault (2008), percebemos que a ausência de consenso científico sobre a etiologia cerebral do autismo não impede que se constitua uma formação discursiva que considere a hipótese cerebral e que se constitua como um discurso, produzindo transformações na forma como o autismo tem sido apresentado. E, apesar de se reportarem a argumentos provenientes das neurociências, pessoas que compõem o Movimento aproximam-se dele de formas diversas, seja com ou sem o diagnóstico formal de TEA, por exemplo, mas movidas pela identificação com o discurso da neurodiversidade. Dessas duas maneiras, não há uma explicação neuronal exata e definitiva sobre o autismo.

O Movimento, como mostramos anteriormente no texto, não “precisa” se reportar a “argumentos neurocientíficos válidos” (Adriano et al., 2021, p. 03) para se construir, muito embora percebamos o entrelace da perspectiva da neurodiversidade com o campo neurocientífico. E, sobre essa situação, como já mencionamos, a circunscrevemos como um exemplo de contradição.

Considerando tudo o que foi mencionado, acreditamos que contribuímos com a proposta de historicizar a formação da perspectiva e do Movimento pela Neurodiversidade. Além disso, entendemos que conseguimos circunscrever a identidade autista e neurodivergente. Sobre tal ponto, compreendemos que a proposta de dialogar com a temática da identidade na teoria psicanalítica gera tensionamentos, já que o conceito de identidade não é propriamente psicanalítico (Cunha, 2000), como apresentamos em nossa introdução.

Vale ressaltar que propomos nossa investigação acerca da construção da identidade autista, uma vez que não se trata de uma identidade posta e “natural” desde o início da vida. Parece-nos que é, principalmente, no período seguinte ao diagnóstico que essa identidade autista encontra possibilidades de ser constituída, afirmada e reconhecida, principalmente se considerarmos, nas narrativas em primeira pessoa aos quais voltaremos nossa atenção nesta pesquisa, a transformação de perspectiva antes e depois do diagnóstico de TEA.

Disponíveis para contribuir com essa discussão e cientes dos possíveis limites e pontos de tensão que possam aparecer ao longo de nosso percurso investigativo, passemos às nossas elaborações articuladas à psicanálise.

Identidade e Psicanálise: Um Diálogo Possível?

Após a retomada de alguns pontos da história do autismo, bem como a apresentação acerca da perspectiva da neurodiversidade e do movimento a ela correspondente, nesta seção, intencionamos trazer à discussão as contribuições da teoria psicanalítica para pensarmos acerca das identificações e da construção identitária, especificamente, no que tange à identidade autista e neurodivergente, como já apresentamos.

Com esse intuito, de início, buscaremos apresentar alguns aspectos para situarmos a questão da identidade no cenário contemporâneo, apoiando-nos em autores que discutem a temática em outros campos de saber. Como já expusemos, é indispensável o diálogo com outras áreas para nosso trabalho e isso se dá considerando o mencionado contexto no qual a identidade não é, propriamente, um conceito psicanalítico.

Inclusive, em outros campos de saber, a exemplo das Ciências Sociais, há o debate acerca da difícil definição do conceito de identidade, dados os diversos tensionamentos e divergências quando esse tema entra em pauta. Hall (2006, p. 08) afirma: “. . . o próprio conceito com o qual estamos lidando, ‘identidade’, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova”. Reiteramos que, nesta dissertação, objetivamos articular teoricamente o debate sobre tal questão a partir do referencial teórico da psicanálise, sem perder de vista os limites que encontraremos ao sustentarmos tal proposta.

Tendo isso em consideração, retomaremos elementos da teoria freudiana sobre os processos de identificação e da constituição do Eu para traçarmos nosso percurso teórico alinhado à teoria psicanalítica. Em seguida, agregaremos ao debate contribuições lacanianas sobre o tema, bem como traremos elaborações de autores contemporâneos do campo da psicanálise que também investem na discussão sobre identidade e acerca da construção identitária ao longo deste tópico. Consideramos, portanto, que alguns conceitos oriundos da

teoria psicanalítica nos auxiliam no debate teórico-crítico sobre a emergência da identidade autista e neurodivergente. Passemos, pois, a tais elaborações, a começar por situar o debate acerca da identidade.

Situando a identidade

De acordo com Gomes (2018, p. 43), a etimologia da palavra identidade surge da palavra, em latim, *identitate* e significa:

Primeiro: qualidade daquilo que é idêntico; segundo: conjunto dos caracteres próprios de uma pessoa, tais como nome, profissão, sexo, impressões digitais . . . o qual é considerado exclusivo dela e, conseqüentemente, levado em conta, quando ela precisa ser reconhecida; consciência que uma pessoa tem de si mesma.

Em diversos textos que têm como tema central a identidade — ou a crítica à identidade —, apresentam-se questionamentos muito pertinentes na escrita, dois dos quais são: “Desde quando se começou a pensar em identidade?”, “Em qual contexto histórico a identidade passou a ganhar centralidade?”. Muitos textos vieram antes deste que está sendo escrito, muitos trabalhos e muitas argumentações sobre o tema da identidade vieram antes desta dissertação no campo das Ciências Sociais, da Lógica, da Psicologia e da Filosofia, por exemplo (Fingermann, 2018).

Consideramos pertinente fazermos referência aos trabalhos anteriores, primeiro porque não se escreve um trabalho acadêmico sem considerar o que foi anteriormente produzido e, segundo, porque, aqui, trabalhamos a partir do prisma psicanalítico, e apostamos em indicações freudianas e lacanianas quanto a considerarmos como outros campos de saber podem contribuir com o avanço da psicanálise e com o que a psicanálise pode contribuir com essas outras áreas. Assim, também apresentaremos nosso percurso, este apoiado nesses ditos

trabalhos anteriores ao nosso, a fim de contribuirmos com as possíveis respostas para as duas perguntas acima mencionadas e situarmos a questão da identidade em atuais discussões.

Ressaltamos que as elaborações as quais mencionaremos a partir de agora, nesta subseção, estão simplificadas e resumidas, pela própria dimensão que o trabalho de uma dissertação de mestrado consegue alcançar. Entretanto, são considerações pertinentes para situarmos ao leitor a questão da identidade no contexto ocidental.

Em que pese a corrente circulação do termo “identidade” no cotidiano, parece não existir um consenso teórico sobre como definir o que esse termo significaria, como já expusemos brevemente. Cunha (2009, p. 19), ao considerar o trabalho realizado pelo sociólogo Stuart Hall, comenta:

... ao apresentar uma discussão sobre a questão da identidade cultural na contemporaneidade, Stuart Hall tem o cuidado de esclarecer que, no próprio campo das Ciências Sociais, a ideia de identidade é pouco precisa e sua conceituação sujeita a uma série de críticas ...

Tampouco parece existir um pensamento único acerca de quando começou a se discutir teoricamente sobre identidade e de quando essa noção passou a ocupar um lugar central no campo social. Temos algumas pistas a partir das quais podemos juntar peças de um quebra-cabeça histórico em que a identidade faça parte. Tentemos remontá-lo, ainda que não completamente.

Dito isso, o aparecimento da questão da identidade tal como conhecemos hoje, no Ocidente, remeteria ao período da Modernidade. O pensamento moderno, tendo um de seus principais nomes René Descartes, trouxe, durante o século XVIII, a racionalidade como chave para compreensão do mundo e das relações humanas. A conhecida frase cartesiana “Penso, logo sou” reverberou em diversos âmbitos, e foi retomada, inclusive, por Lacan em seu Seminário 9, *A identificação* (Lacan, 1961-1962/2003).

Historicamente, a racionalidade moderna, que apresentou a razão como resposta e como verdade, propiciou o movimento de pensar o “indivíduo”, este enquanto elemento central da humanidade e como detentor do saber. Esse novo pensamento emergiu em contraposição ao pensamento religioso, à fé, como resposta única para as perguntas que se apresentavam. Da Silva (2018, p. 70) menciona: “O indivíduo é uma noção de pessoa institucionalizada na modernidade que se tornou um dos fundamentos da economia capitalista e suas apropriações teóricas neoclássica e neoliberal”. O autor continua:

Enquanto noção de pessoa institucionalizada, o indivíduo se torna uma unidade básica de pensamento, deliberação e responsabilidade e, nesse sentido, não pode ser pensado como uma simples palavra que denomina a amostra individual da espécie humana, sem que as raízes etimológicas do termo sejam deveras elucidativas. Tais raízes datam no séc. [sic.] VI e apontam para o adjetivo “*individuos*”, que, em latim, significa “indivisível” . . . É, contudo, somente no séc. [sic.] XVII que ocorre o início da substantivação e posterior institucionalização do indivíduo. Sem dúvida o pensamento cartesiano é determinante nesse processo . . . O indivíduo cartesiano, assim, se faz da encarnação do “*cogito ergo sum*”, ou seja, “penso, logo, sou”, uma das máximas centrais do racionalismo e que estabelece a noção de pessoa como consciência livre (Da Silva, 2018, pp. 70-71).

Cunha (2009, p. 27) acrescenta que ao utilizar o termo modernidade, não se referia apenas a um período histórico, mas também:

. . . a um tipo específico de organização social fundado em certa compreensão do mundo e da natureza e em um posicionamento específico do homem diante de si mesmo, do outro, desse mundo e da natureza. Organização, compreensão e posicionamento radicalmente diferentes do que teria havido anteriormente, em um mundo outro, pré-moderno, ou tradicional.

A associação entre identidade e Modernidade parece ser um elemento importante para considerarmos os desdobramentos e os questionamentos oriundos das questões identitárias no cenário contemporâneo, em que vemos emergir a identidade autista e neurodivergente, por exemplo. Na direção em que expõe Cunha (2009, p. 17), “uma interrogação da identidade transforma-se assim rapidamente num questionamento da nossa experiência contemporânea, nessa fronteira entre a modernidade e seu depois”. O autor acrescenta em sua argumentação:

Interessamo-nos então pela identidade ou, sendo mais rigoroso, pelas identidades, não só porque elas nos parecem fundamentais tanto na enunciação de nosso eu, do que nos acostumamos a definir como nosso si mesmo, quanto no nosso posicionamento enquanto indivíduos, diante dos outros e do mundo em que vivemos; como também porque tal noção, em seus inúmeros desdobramentos, parece ter se tornado uma figura emblemática do pensamento ocidental contemporâneo, capaz, portanto, de funcionar como eixo explicativo de uma série de movimentos subjetivos e sociais (Cunha, 2009, pp. 17-18).

Em outras palavras, a identidade aparece enquanto possibilidade de explicação e de afirmação de “si mesmo”⁷ no cenário contemporâneo, “para termos e oferecermos uma ideia clara de nós mesmos, mas talvez seja preciso pensar em que medida tal clareza é possível” (Cunha, 2009, p. 16), sobretudo considerando a discussão sobre o tema articulada à teoria psicanalítica. Nessa direção, não podemos deixar de mencionar que se corre o risco de que as chamadas políticas identitárias, quando esvaziadas do vigor transformativo e revolucionário, e não implicadas em uma possível construção identitária emancipatória, caiam em armadilhas, chamadas, por Haider (2019), de “armadilhas da identidade”. Almeida (2019, p. 07), no prefácio do livro *Armadilhas da identidade: raça e classe nos dias de hoje* (Haider, 2019), menciona:

⁷ “Si mesmo” entendido, nesse contexto, enquanto consciência irrefutável de si.

. . . como a identidade pode ser uma “armadilha” se dentro dela já inevitavelmente estamos? E é esse o ponto mais importante do livro: a identidade se torna uma armadilha quando se converte em uma política, ou, mais precisamente, em “política de identidade” ou “identitarismo”.

O autor (Almeida, 2019, p. 10) prossegue em seus argumentos:

A identidade, demonstra-nos Haider com os exemplos revolucionários como as feministas negras do Combahee River, Malcolm X e os Panteras Negras, não é a armadilha em si. A armadilha antirrevolucionária apresenta-se quando a política se reduz à afirmação de identidades específicas . . . Em termos políticos, a política identitária acaba tendo como efeito a reafirmação da subjetividade colonial e não uma mudança estrutural efetiva.

Os trechos supracitados demonstram a dimensão da complexidade de se tratar sobre o tema da identidade, com toda as divergências e contradições que podem surgir nesse contexto. Assim, é pertinente trazeremos essas argumentações haja vista nossa constante tentativa de atentar aos possíveis pontos de tensionamento referente à temática, tal como buscamos mostrar durante toda a nossa escrita.

Prosseguindo com nossos comentários, em psicanálise, desde Freud (1915/2010), consideramos que há algo no sujeito que se apresenta enquanto indizível e que também há elementos aos quais não se pode ter acesso pela via da consciência. Quando pensamos nessa identidade que apresentaria tal “clareza” sobre o “si mesmo”, confrontamo-nos, inevitavelmente, com certas premissas da psicanálise; por outro lado, não pensar acerca da identidade e de seus efeitos também é problemático.

Dessa forma, cientes de que estamos em um terreno disputado e permeado por contradições e tensionamentos, e ainda apoiando-nos no trabalho de Cunha (2009, p. 119), pretendemos refletir sobre a construção de identidade e criticá-la “exatamente no

reconhecimento da sua eficácia”. Nesse sentido, seria ingênuo ou, até mesmo, leviano, posicionar a identidade enquanto uma ilusão ou algo que “não existe”; não é essa nossa pretensão.

Também seria leviano não reconhecer que é imprescindível que se deem os processos de identificação (Freud, 1921/2011; Lacan, 1949/1998) e, também, de identidade na constituição do Eu, instância que tem sua função, inclusive, enquanto lugar de ancoragem identitária. Dito tudo isso, passemos às nossas articulações conceituais à luz do referencial psicanalítico.

O conceito de identificação em Freud

Realizada a historicização acerca da perspectiva da neurodiversidade e do Movimento, e situada a temática da identidade, sobretudo, no que tange ao nosso problema de pesquisa, qual seja, a construção da identidade autista e neurodivergente, é imprescindível retornarmos a Freud quanto à pertinência de incluir os fenômenos sociais e políticos no rol de interesses da psicanálise. Desde suas primeiras investigações, o autor elaborou diversos escritos (Freud, 1914/2010, 1921/2011, 1930/2010) nos quais se observam cruzamentos entre a teoria psicanalítica e a proposição de uma leitura de fenômenos sociais (Rosa, 2004).

Além disso, nos mesmos textos acima mencionados (Freud, 1914/2010, 1921/2011, 1930/2010), encontramos considerações acerca da constituição do Eu, dos processos de identificação e da importância da relação com a alteridade (“não-eu”) — ainda que Freud não tenha tratado a alteridade enquanto um conceito em sua obra (Ravasio, 2016) —, que podem corroborar com a investigação proposta nesta dissertação. Retomemos alguns elementos fundamentais da obra freudiana para nossa pesquisa.

Em *Totem e Tabu*, Freud (1912-1913/2012, p. 140) traz as seguintes considerações ao comentar sobre as manifestações das pulsões sexuais:

As manifestações das pulsões sexuais podem ser observadas desde o começo, mas elas não se dirigem ainda para um objeto externo. Cada um dos componentes pulsionais da sexualidade trabalha por si na obtenção de prazer, e acha sua gratificação no próprio corpo. Esse é o estágio do autoerotismo, que é sucedido pelo da escolha do objeto.

O autor continua em sua exposição e afirma:

O prosseguimento do estudo mostrou ser pertinente, e mesmo indispensável, incluir um terceiro estágio entre esses dois ou, se preferirmos, decompor em dois o estágio do autoerotismo. Nesse estágio intermediário, cuja relevância cada vez mais se impõe ao pesquisador, as pulsões sexuais antes separadas já se juntaram numa unidade e encontraram um objeto; mas esse objeto não é externo, alheio ao indivíduo, e sim o próprio Eu, já constituído por esse tempo (Freud, 1912-1913/2012, p. 140).

Freud, ainda no mesmo texto, denomina esse “estágio intermediário” de narcisismo e acrescenta que se trata de um processo que não finda quando da formação do Eu e da possibilidade de investir em objetos do mundo externo. Nas palavras do autor: “a organização narcísica jamais será abandonada inteiramente. O ser humano continua narcísico em certa medida, mesmo depois de encontrar objetos externos para sua libido” (Freud, 1912-1913/2012, p. 141).

No texto *Introdução ao Narcisismo*, Freud (1914/2010) apresenta, de forma mais direcionada, suas elaborações sobre o conceito de narcisismo. O termo, tal como é sinalizado logo no início do texto, não foi fundado por Freud, mas sim cunhado pelo psiquiatra Paul Näcke, o qual associava o narcisismo a uma perversão. Por sua vez, as elaborações do psicanalista foram de encontro às de Näcke e trouxeram a perspectiva de que o narcisismo seria “o complemento libidinal do egoísmo do instinto de autoconservação, do qual justificadamente atribuímos uma porção a cada ser vivo” (Freud, 1914/2010, p. 15).

Em Freud, temos que o narcisismo seria mediador de dois momentos psíquicos. Um seria o autoerotismo, em que o bebê experimenta e usufrui de seu próprio corpo, estando as pulsões desordenadas e o Eu ainda não constituído enquanto instância psíquica, e, além disso, não há a diferenciação entre “interno” e “externo”. Já o segundo momento refere-se à escolha objetual, no qual existe a possibilidade de investir libidinalmente em objetos do mundo externo, o Eu já se encontra em desenvolvimento e há a formação de borda corporal, algum discernimento entre o “Eu” e o “outro”, o mundo externo. No mesmo texto, Freud (1914/2010) apresenta suas formulações acerca do narcisismo primário e do narcisismo secundário.

Resumidamente, o narcisismo primário refere-se a um momento em que toda a perfeição é atribuída ao bebê, este ocupando o lugar, nas palavras de Freud (1914/2010, p. 37), de “*His Majesty the Baby*”⁸, formulação importante para a definição do conceito de Eu Ideal. No entanto, essas circunstâncias não duram durante toda a vida e, quando o bebê se depara com restrições impostas pela cultura, pela vida em sociedade, teríamos a construção do segundo momento do narcisismo, o narcisismo secundário. Nele toda a perfeição que era atribuída ao bebê confronta-se com os limites impostos pelo contexto social, entra em cena o mecanismo do recalque e, assim, teríamos condições de abordarmos a emergência do Ideal do Eu. Em termos freudianos:

Dissemos que a repressão vem do Eu ... Para o Eu, a formação do ideal seria a condição para o recalque. A esse Eu ideal dirige-se então o amor a si mesmo, que o Eu real desfrutou na infância. O narcisismo aparece deslocado para esse novo Eu ideal, que como o infantil se acha de posse de toda preciosa perfeição. Aqui, como sempre no âmbito da libido, o indivíduo se revelou incapaz de renunciar à satisfação

⁸ Sua Majestade o Bebê (tradução nossa).

que uma vez foi desfrutada. Ele não quer se privar da perfeição narcísica de sua infância, e se não pode mantê-la, perturbado por admoestações durante seu desenvolvimento e tendo seu juízo despertado, procura readquiri-la na forma nova do ideal do Eu. O que ele projeta diante de si como seu ideal é o substituto para o narcisismo perdido na infância, na qual ele era seu próprio ideal (Freud, 1914/2010, pp. 39-40).

Ressaltamos que o narcisismo, por sua vez, é essencial na constituição do Eu (Freud, 1914/2010). No contexto dessa discussão, Freud (1914/2010, p. 18), ao colocar a pergunta “que relação há entre narcisismo, de que agora tratamos, e o autoerotismo, que descrevemos como um estágio inicial da libido?”, argumenta, em seguida, que:

. . . uma unidade comparável ao Eu não existe desde o começo no indivíduo; o Eu tem que ser desenvolvido. Mas as pulsões autoeróticas são primordiais; então deve haver algo que se acrescenta ao autoerotismo, uma nova ação psíquica, para que se forme o narcisismo (Freud, 1914/2010, pp. 18-19).

Ainda na linha de argumentação apresentada em *Totem e Tabu*, Freud (1912-1913/2012) afasta-se de um entendimento a partir do qual o Eu estaria dado *a priori*, bem como da ideia de que o Eu seria uma instância “natural”. Para o autor (Freud, 1914/2010), portanto, é preciso que haja uma experiência formadora do Eu, intrinsecamente relacionada ao narcisismo.

A revisão acerca do narcisismo, bem como as novidades que o autor acrescentou ao conceito, trazidas no texto de 1914, fomentaram o enunciado de Freud sobre o *descentramento do eu*, o que reverbera na forma de pensar as identificações e a noção de identidade. Zana (2013, p. 40) comenta:

A introdução do conceito de narcisismo levou ao maior descentramento do eu, que é então formulado como instância psíquica regulada pelo princípio do prazer, de modo

que as pulsões do eu passam a ser consideradas pulsões sexuais. A função adaptativa e autônoma do eu é colocada em questão, e a libido ganha o primeiro plano, sendo o investimento realizado no eu ou nos objetos, em função das demandas de satisfação (Birman, 1997).

O referido descentramento do Eu diz respeito, portanto, ao deslocamento proposto pela psicanálise para que se suponha a existência do Inconsciente enquanto premissa elementar do campo psicanalítico; a proposição de que há algo que difere da consciência e da existência autônoma do Eu. Nesse sentido, a perspectiva de uma identidade que revelaria um “Eu” *totalmente consciente de si mesmo* confronta-se com a aposta psicanalítica na existência do Inconsciente; aí verificamos pontos de tensionamento.

No texto *O Eu e o Isso*, de suma importância para as possibilidades de entendimento da formação do Eu, na segunda tópica freudiana, Freud (1923/2011) reconhece que existe, no Eu, uma parcela que é também inconsciente, corroborando com sua emblemática frase de que o Eu não é senhor de sua própria morada (Freud, 1917/2014). De forma sucinta, a partir de tais considerações freudianas, tem-se que o Eu passa a ser pensado como objeto de investimento libidinal, composto por uma parcela inconsciente e, também, que as identificações produzem efeitos sobre o Eu, processos que perduram durante a vida (Souza & Danziato, 2014).

Além disso, ainda no texto de 1923, Freud (1923/2011, p. 20) menciona: “formamos a ideia de uma organização coerente dos processos psíquicos na pessoa, e a denominamos o Eu da pessoa”. Ao posicionar o Eu enquanto instância coerente, pode-se argumentar que essa coerência se relaciona ao estabelecimento de uma imagem de si, a partir da qual se pode construir uma ideia de *quem se é*, assunto sobre o qual trataremos com mais ênfase ao longo desta dissertação. Contudo, é importante ressaltar que tal senso de coerência não significa, a partir da psicanálise, um fechamento de sentido sobre quem se é. A perspectiva identitária,

por sua vez, parece estar aliançada a certo senso de coerência. No entanto, como tentamos demarcar aqui, a psicanálise se pretende alerta para que o sujeito não seja reduzido à instância do Eu nem à identidade totalizante.

Neste momento, vale retornar o texto *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, de 1921, que completou seu centenário recentemente (Freud, 1921/2011). Nele, a legitimidade de considerar os fenômenos sociais pela psicanálise é reafirmada e explicita-se a indissociabilidade entre o individual e o social. No mesmo escrito, é possível apreender alguns elementos importantes para se pensar, à luz da teoria psicanalítica, sobre questões referentes à identidade, são eles: as elaborações de Freud acerca dos processos de identificação e suas contribuições sobre o que forma um grupo e o que mantém um grupo unido (Freud, 1921/2011).

Ainda em *Psicologia das Massas*. . . , Freud (1921/2011) elabora um capítulo exclusivamente para expor suas considerações acerca dos processos de identificação. Depois de uma extensa exposição sobre os processos grupais, em que o autor parte das formulações de Gustave Le Bon e William McDougall a respeito da formação das massas, para, em alguma medida, questioná-las e refutá-las, Freud elucida seu entendimento de que, diferentemente da hipótese da sugestão, o que uniria as pessoas e possibilitaria a formação e a manutenção de um grupo seriam as identificações.

No capítulo mencionado, intitulado *A identificação*, o autor (Freud, 1921/2011) inicia sua exposição com a seguinte frase: “a psicanálise conhece a identificação como a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva a uma outra pessoa”. Logo depois, apresenta três mecanismos identificatórios, sobre os quais trataremos de forma resumida a seguir.

O primeiro caso apresentado por Freud (1921/2011) refere-se à identificação primária, a qual desenvolve um papel na situação pré-edípica. Na descrição freudiana, o garoto toma o pai como ideal, quer ser igual a ele e, simultaneamente a isso, com relação à mãe, o garoto

também empreende um investimento objetal. Há, portanto, um investimento objetal direto com relação à mãe e uma identificação ao pai, que é tomado como modelo. E, quando da emergência do complexo de Édipo, o garoto percebe, no pai, um obstáculo para acessar a mãe. Assim, a identificação ao pai, antes tomado como modelo, ganha um tom de hostilidade e deseja-se eliminá-lo.

Nesta ocasião, o autor pontua acerca da ambivalência da identificação, uma vez que ela pode ter tons de ternura e, também, de eliminação; ademais, tece considerações acerca das relações “ter o pai” x “ser o pai” (Freud, 1921/2011). A identificação primária, por sua vez, é que permite que todas as outras identificações se estabeleçam (Souza & Danziato, 2014).

Na segunda descrição de Freud, há o enfoque na identificação pela formação neurótica de sintoma. O exemplo apresentado é relativo a uma garota que adquire o mesmo sintoma de sua mãe, uma tosse torturante. Argumenta-se que ela apresenta uma vontade hostil de substituir a mãe e ter acesso ao pai, mesmo que seja por uma via dolorosa e permeada por culpa (Freud, 1921/2011).

Além da menção acima, Freud, ainda no segundo exemplo de processo identificatório, retoma o caso Dora, no qual Dora adquire o sintoma da pessoa amada, seu pai. O autor afirma que, nesse caso, “a identificação tomou o lugar da escolha de objeto, e a escolha de objeto regrediu à identificação” (Freud, 1921/2011, p. 63). Ademais, Freud traz um comentário muito importante ao final de sua exposição acerca deste mecanismo identificatório, a saber: “também nos chama a atenção que nos dois casos a identificação seja parcial, altamente limitada, tomando apenas um traço da pessoa-objeto” (Freud, 1921/2011, p. 64).

Já o terceiro exemplo elucidado por Freud no referido capítulo diz respeito à identificação por via da “infecção psíquica”, em que a identificação não considera a relação objetal com a pessoa “copiada”. Nesse caso, a cena que serve de exemplo refere-se a uma moça, moradora de um pensionato, que recebe uma carta de amor de seu admirador secreto e

apresenta uma reação a essa carta. As outras moças moradoras do pensionato também têm a mesma reação. Nas palavras de Freud (1921/2011, p. 64): “o mecanismo é aquele da identificação baseada em querer ou poder colocar-se na mesma situação. As outras também gostariam de ter um amor secreto, e sob o influxo da consciência de culpa também aceitam o sofrimento que ele envolve”.

Nessa direção, Freud relaciona a formação e manutenção de grupos a tal explicação do mecanismo identificatório, em que a identificação:

. . . pode surgir a qualquer nova percepção de algo em comum com uma pessoa que não é objeto das pulsões sexuais. Quanto mais significativo esse algo em comum, mais bem-sucedida deverá ser essa *identificação parcial* [ênfase adicionada], correspondendo assim ao início de uma nova ligação (Freud, 1914, p. 65).

Consideramos pertinente mencionar esses trechos da obra freudiana, uma vez que, a partir deles, temos condições de elaborarmos um exercício teórico para pensarmos, articulada à teoria psicanalítica, acerca da construção da identidade autista e neurodivergente. Tais contribuições freudianas nos oferecem direções possíveis para prosseguirmos com o estudo proposto. E, nesse sentido, ao tratar sobre a noção de identidade para o campo da psicanálise, Lima (2014, p. 03) afirma:

Na psicanálise, o principal conceito que responde a esse problema é a identificação, já que por meio dela o sujeito configura seu próprio Eu, e o faz à semelhança de um objeto tomado como modelo. Portanto, é por intermédio do mecanismo identificatório que a identidade é processada.

Na esteira dessa discussão, tomemos o trabalho de Cunha (2000, 2005, 2009) acerca do questionamento da identidade a partir da articulação com a teoria psicanalítica. Tanto em sua tese de doutorado (Cunha, 2005), quanto em seu livro intitulado *Indivíduo singular plural — a identidade em questão* (Cunha, 2009), o autor traz à tona questionamentos em torno da

perspectiva identitária na modernidade e no cenário contemporâneo que são relevantes para pensarmos acerca da construção da identidade autista e neurodivergente atualmente.

Vale salientar que o autor dedica-se a um mapeamento do uso do termo “identidade” na obra freudiana e sustenta o posicionamento a partir do qual, mesmo que o conceito de identidade não pertença à terminologia psicanalítica e sua introdução no campo da psicanálise acarrete problemáticas relativas aos planos teóricos e clínicos, “esses problemas, ..., precisam ser encarados de frente e debatidos com seriedade, pois ainda que a noção de identidade seja estrangeira ao campo psicanalítico, essa presença parece-me absolutamente necessária” (Cunha, 2005, p. 210).

Derivado do mapeamento realizado pelo autor supracitado, encontra-se o cenário em que, mesmo Freud tendo usado o termo identidade — sem tanto rigor — em alguns de seus escritos, não está presente uma conceituação sobre identidade em sua obra (Cunha, 2005). Nessa perspectiva, Cunha (2000, 2005) aponta um momento específico na obra freudiana em que o autor (Freud, 1941[1926]/1992) põe-se a falar para uma comunidade judaica e evoca a dimensão de sua própria identidade enquanto um judeu. O uso, por Freud (1941[1926]/1992), dessa noção de identidade íntima, de familiaridade, na perspectiva de Cunha (2000, p. 222), estaria “em um sentido muito próximo do que usamos hoje ao nos interrogarmos e colocarmos em foco as chamadas questões identitárias”.

Cunha (2000, p. 222) prossegue em suas considerações acerca da referida alocação (Freud, 1941[1926]/1992) e salienta:

. . . Mas é o sentido geral da fala de Freud que mais impressiona, pois nela fica claro que o que lhe garante essa familiaridade e esse reconhecimento íntimo é a possibilidade de ser acolhido como igual, e é essa acolhida que vai lhe permitir afirmar a sua diferença . . . O reconhecimento de uma identidade está aí tão e simplesmente na possibilidade de falar e ser escutado.

Embora não haja uma consistente conceituação sobre identidade, “isso não significa, contudo, que não sejam deixadas pistas significativas e indicações bastante interessantes sobre um possível uso da noção de identidade no campo da teoria psicanalítica, e dos problemas que esse uso acarreta” (Cunha, 2000, pp. 221-222). Cunha (2000) ainda argumenta sobre a pertinência de recorrer a outros campos de saber para acessar a problemática relativa às questões identitárias no contexto contemporâneo.

Aqui, destacamos as possíveis relações entre a perspectiva identitária e a reivindicação por reconhecimento. Nesse sentido, propomos um paralelo entre a fala de Freud (1941[1926]/1992) para a sociedade B’nai B’rith, na qual há, de forma mais direta, uma alusão à identidade por parte do autor, e as discussões sobre as contemporâneas expressões identitárias, a exemplo da identidade autista e neurodivergente, para fins de nossa pesquisa. Em ambos os casos, resguardadas as devidas especificidades, percebemos a relevância de sentir-se parte de algo, do reconhecimento entre pares e da diferenciação com “outras identidades” a fim de afirmar a própria. A relação com a alteridade, ao passo em que possibilita pensar sobre “quem eu sou?”, também oferece indícios sobre “quem não sou”.

Considerando o modo de organização social oriundo da modernidade, em que há uma valorização de uma consistência de si e de uma coerência interna, Cunha (2009) retoma a obra de Anthony Giddens, a partir da qual articula direta e necessariamente a “a era moderna e a força que a ideia de identidade exerce tanto no pensamento ocidental quanto em nossa vida cotidiana” (Cunha, 2009, p. 27). O autor expõe, então, impasses contemporâneos em que persiste uma noção de identidade entendida como:

. . . uma narrativa estruturada do eu, capaz de estabelecer a continuidade entre passado, presente e futuro e capaz de garantir a integridade psicológica do indivíduo, fornecendo-lhe o mínimo de segurança ontológica necessária para enfrentar o contexto de risco que caracteriza o mundo atual (Cunha, 2009, p. 27).

Na esteira dessa discussão, Knudsen (2022), em uma fala intitulada *A identidade em Freud elucidada as armadilhas do identitarismo?*, durante o 1º Seminário Mal-Estar Colonial, transmitido *online* via plataforma YouTube, coloca em pauta a discussão sobre identidade a partir da teoria psicanalítica e resgata elementos da obra freudiana — incluindo a alocação já mencionada — para pensar sobre o assunto. Além de também fazer menção às possíveis problemáticas relativas a pensar a identidade no campo psicanalítico, tal como já alertado por Cunha (2000; 2009) e por Soler (2018), a professora Patrícia Porchat Knudsen posiciona-se enfaticamente a favor de tratar sobre o assunto em articulação à psicanálise.

Considerando as especificidades de cada temática, nos referimos à fala da autora, haja vista que aspectos elencados por Knudsen (2022), partindo da alocação proferida por Freud (1941[1926]/1992), podem nos auxiliar para pensarmos sobre a construção da identidade autista e neurodivergente. Existem dois pontos apresentados pela psicanalista que valem ser considerados em nosso percurso argumentativo, a saber: a) afirmação de uma identidade por diferenciação em relação a outras, que são negadas; b) reconhecimento de pertencimento. Ademais, a psicanalista também traz à tona um debate sobre a dimensão de verdade que parece acompanhar a noção de identidade; a identidade experienciada enquanto uma convicção sobre quem se é (Knudsen, 2022).

Nesse sentido, destaca-se a relação entre verdade e ficção implicada na noção de identidade. Para Patrícia Knudsen (2022, 32:01), “a identidade pode ser uma ficção, porque ela precisa de um outro para reconhecê-la”. Embora aparente um paradoxo, a natureza da verdade identitária seria, nesse sentido, ficcional, haja vista que demanda reconhecimento, demanda que outros acreditem nela (Knudsen, 2022). Podemos argumentar também que essa conjuntura demarca a associação com o aspecto mencionado acima referente à afirmação de uma identidade por diferenciação a outras tantas, já que, nessa experiência, há a intrínseca relação com a alteridade na constituição identitária.

Rosa et al. (2009, p. 499) corroboram com a discussão supracitada ao tomarem a identidade enquanto “ficção de si mesmo”. E, de uma forma bastante sensível, Martins et al. (2017) ampliam a discussão e ponderam acerca da diferença entre *fixar* e *ficcionar*, quando da relação com um diagnóstico psiquiátrico. Nesse sentido, os autores conduzem a argumentação na perspectiva de mover o “fixar em um diagnóstico” para um “ficcionar sobre si e deslocar modos de existir” (Martins et al., 2017).

Dessa forma, Knudsen (2022), ainda durante o evento mencionado, alerta sobre o cuidado necessário para que não se confunda o Eu com a identidade. Para a autora, questionar acerca de como se forma a identidade não seria a mesma coisa de questionar como se forma o Eu, assunto sobre o qual já tecemos alguns comentários a partir da obra freudiana. Contudo, são questões que se cruzam em alguns lugares, uma vez que é relevante e necessário pensar sobre a constituição do Eu quando se busca investigar sobre as construções identitárias (Knudsen, 2022).

Além disso, outro destaque apresentado por Knudsen (2022), a partir do referencial psicanalítico, refere-se à perspectiva de não pensar a identidade como totalidade do Eu, tampouco como a parte mais importante dessa instância psíquica. De acordo com a professora, sendo a identidade uma ficção necessária, como já mencionamos, vale refletir acerca de como ela é construída e qual função ela opera (Knudsen, 2022), posicionamento que corrobora com nossa proposta de pesquisa ao destacar a importância de investigar acerca da construção de identidade, em nosso caso, especificamente sobre a identidade autista e neurodivergente.

A autora, então, argumenta sobre pensar a identidade enquanto uma função-ficção. Tal função “tende à integração, . . . tende à totalização, paradoxalmente, integração e totalização parciais” (Knudsen, 2022, 36:27), e acrescenta: “. . . a identidade funciona, então, na tensão entre verdade e ficção, pois sustenta-se na operação de reconhecimento que afirma

a identidade a si mesmo, e apenas a si mesmo por um lado, e, por outro lado, aos pares”
(Knudsen, 2022, 38:13).

Acerca desses comentários, salientamos o entendimento destacado pela autora sobre as paradoxais “integração e totalização parciais”. Em nossos comentários sobre a obra freudiana, mencionamos que o autor trouxe alguns alertas referentes à parcialidade das identificações, sobretudo em seu *Psicologia das Massas...* (Freud, 1921/2011). É importante ter em consideração que nem as identificações, nem a identidade se confundem com a “totalidade” do Eu, tampouco dirão respeito à dimensão do sujeito do inconsciente; por outro lado, reiteramos que isso não significa que as identificações e a constituição da identidade são prescindíveis (Souza & Danziato, 2014).

Cunha (2005, p. 04), em sua tese, retoma as perguntas “quem sou eu?” e “quem é você?” e as possíveis respostas para elas, ambas bastante esmiuçadas por autores que se dedicam às questões identitárias, e as contextualiza da seguinte forma:

Saber a resposta a cada uma dessas perguntas, ter na ponta da língua as palavras que porão fim às interrogações e à dúvida (ou mesmo a angústia, grande ou pequena, que, já sabemos, acompanha a dúvida, esse não saber), é ter ainda uma garantia, mesmo que mínima, da nossa própria existência, e também da existência do outro diante de nós; saber que estamos realmente ali, de uma forma ou de outra, face a alguém, que nos testemunha e dá provas do nosso existir, para além da nossa imaginação, vivos. E presentes, tão presentes agora como imaginávamos estar antes, de alguma forma iguais a nós mesmo, e assim capazes de nos reconhecer, donos de um passado, como, imaginamos, donos de um futuro.

O autor acrescenta em sua argumentação (Cunha, 2005, pp. 05-06):

Diante do “quem é?”, respondemos com o que nos acostumamos a chamar de nossa “identidade”, ou a do outro . . . Nos acostumamos assim a ter uma identidade, ou,

mais do que isso, várias identidades. E a despeito da dor que possamos sentir a cada vez que nos defrontamos com a angústia de, por algum motivo, não sabermos nos enunciar para o outro, por um instante que seja, continuamos a contar com elas, e esperamos que assim, a cada vez que nos perguntarem quem somos, alguma identidade venha em nosso socorro, colocar-nos diante do outro, de um modo que eles nos reconheçam. Ou, dito de outra forma, o que chamamos de identidade nos parece hoje a nossa melhor resposta às perguntas que nos interrogam enquanto indivíduos e sujeitos no mundo em que vivemos, e que de maneira muito particular nos coloca tais interrogações. Mas tal resposta traz consigo uma série de implicações, de problemas, de consequências em princípio não imaginadas, de ocultamentos e revelações.

Diante das considerações de Cunha (2000, 2005, 2009), Lima (2014), Soler (2018) e Knudsen (2022), percebemos tanto a importância de se pensar a identidade no campo da psicanálise, quanto a pertinência de traçar um percurso teórico a partir do conceito de identificação. A fim de alcançarmos nossos objetivos com essa pesquisa, consideramos basilares as indicações freudianas acerca das identificações e do modo como elas se constituem, estruturam e produzem efeitos sobre o Eu, bem como os elementos trazidos por comentadores da obra de Freud. Por essa via, argumentamos que a identidade, construída a partir de processos identificatórios, relaciona-se diretamente com o processo de constituição do Eu, instância psíquica organizadora da noção de unidade e sede das identificações.

Nessa direção, tal como apresentamos no início de nossas elaborações, também recorreremos à teoria lacaniana para pensarmos acerca das construções identitárias.

Apresentaremos, a seguir, nossas contribuições a partir do estudo de Lacan.

Contribuições lacanianas para a discussão sobre as construções identitárias

Realizado um percurso teórico que considerou as indicações freudianas acerca da constituição do Eu e das identificações que o constituem, seguiremos com os estudos de Lacan sobre esses temas, principalmente no que se refere às identificações imaginária e simbólica. Por essa via, tentaremos elencar elementos que possam auxiliar em nossa investigação acerca da construção da identidade autista e neurodivergente.

É com essa intenção que recorreremos a, principalmente, três títulos a fim de desenvolvermos nossas contribuições a partir da obra desse autor. São eles: O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica (Lacan, 1949/1998); A tópica do imaginário, no Seminário 1 - *Os escritos técnicos de Freud* (Lacan, 1953-54/2009), principalmente no que se refere à articulação lacaniana a partir do “esquema do buquê invertido”; e elaborações do psicanalista apresentadas ao longo do Seminário 9, *A identificação* (Lacan, 1961-62/2003).

A escolha por esses três principais títulos se deu considerando elementos necessários para pensarmos sobre as identificações na teoria lacaniana. A ordem cronológica dos textos não implica que os trataremos “linearmente”, como se um texto “superasse” teoricamente o outro; procuraremos atentar a este ponto e trabalhar com as elaborações trazidas pelo autor de forma articulada. Dada a complexidade da obra de Lacan, reafirmamos nosso compromisso em traçar um caminho possível e coerente alinhado às contribuições do autor. Não pretendemos trazer nossas reflexões enquanto únicas nem finalizadas, por considerarmos que sempre há algo a se apreender de tais textos; a cada leitura, novas percepções. Dito isso, iniciemos nossos comentários.

Primeiramente, vale situarmos que o contexto no qual foi pensado o Estádio do Espelho estava marcado pelo momento teórico em que Lacan se encontrava: após a escrita de

sua tese, interessado sobre os estudos acerca da paranoia, os caminhos teóricos o levaram ao estudo sobre o Eu e sobre o Imaginário (Faustino & Falek, 2014).

Assim, em 1949, durante o XVI Congresso Internacional de Psicanálise, em Zurique, Lacan inicia sua fala a partir da rememoração sobre suas considerações anteriores, em 1936, acerca do Estádio do Espelho. O psicanalista também situa, de início, a experiência da psicanálise oposta a “qualquer filosofia oriunda do *Cogito*” (Lacan, 1949/1998, p. 96) e, durante o Seminário 9 (Lacan, 1961-62/2003) reitera essa afirmação ao tecer críticas acerca da formulação cartesiana e de alguns de seus desdobramentos, tal como veremos adiante.

Aqui, vale fazermos uma breve, mas imprescindível explicação acerca da tradução da obra lacaniana para a língua portuguesa, principalmente quanto ao uso do termo “Eu”. Em francês, existem os vocábulos *je* e *moi*, ambos traduzidos para o português como “eu”. Nos *Escritos* (Lacan, 1998), livro no qual está contido o texto acerca do estágio do espelho, há uma nota explicativa sobre essa questão, na qual foi adotada a seguinte estratégia: quando Lacan usou *je*, utilizou-se a escrita “[eu]”, na tradução brasileira, para fazer referência ao *sujeito do inconsciente* e “eu”, grafado sem colchetes e com inicial minúscula, para traduzir *moi*.

A observação acima é de extrema relevância justamente porque situa os argumentos lacanianos acerca da distinção entre o Eu e o sujeito do inconsciente. Nas citações diretas do texto, manteremos a escrita do termo “eu” ou “[eu]” assim como está nos *Escritos*. Em momentos de citação indireta e de considerações de nossa autoria, utilizaremos “Eu”, em referência ao *moi*, e “sujeito do inconsciente” em referência ao *je*.

No breve texto, a explanação de Lacan (1949/1998) direciona-se à descrição do encontro do bebê humano com sua respectiva imagem no espelho; esse bebê ainda está envolto em certa prematuração motora e dependente de cuidados de outros. Além disso, o autor posiciona a compreensão do “estádio do espelho como uma identificação, no sentido

pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem . . .” (Lacan, 1949/1998, p. 97).

Destacamos a indicação lacaniana de que, no estágio do espelho, acontece uma transformação, tal como apresentado na citação supracitada. Podemos argumentar que essa transformação se relaciona justamente à assunção de uma imagem, essa formada a partir da relação com a alteridade. Lacan (1949/1998, p. 97) acrescenta:

A assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem nesse estágio de *infans* parecer-nos-á, pois, manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação como o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito.

Percebe-se, então, o estabelecimento da relação com a alteridade na formação do Eu e do sujeito do inconsciente. Aqui, fazemos um parêntese para elucidar que, de acordo com Ravasio (2016), existem algumas modalidades de *outrem* na obra lacaniana; a autora complementa:

A alteridade para a psicanálise lacaniana não está posta somente no outro, como aquele que é diferente, mas como sujeito cindido que apresenta a estranheza que habita em si . . . ou seja, a alteridade não é algo que se põe no outro, mas que emerge no sujeito pelo Outro que nos constitui (Ravasio, 2016, p. 163).

Essa estranheza está posta, no campo da psicanálise, desde Freud (1917/2014), quando o autor reconhece que o Eu não é senhor de sua própria morada, e é retomada na obra lacaniana também.

Prosseguindo com nossos comentários, Lacan (1949/1998, p. 100) elabora sua argumentação considerando que “a função do estágio do espelho revela-se para nós, por

consequente, como um caso particular da função da *imago*, que é estabelecer uma relação do organismo com sua realidade — ou, como se costuma dizer, do *Innenwelt* com o *Umwelt*".

Ressaltamos aqui a função antecipatória da *imago*. Esse destaque feito por nós pode ser inferido no texto (Lacan, 1949/1998) a partir dos exemplos apresentados pelo psicanalista acerca do caso da maturação da gônada da pomba, aspecto de ordem biológica: para que acontecesse a maturação do órgão da pomba, bastaria que o animal visse a *imagem* de um congênere, não importando de qual sexo; poderia ser a própria imagem refletida em um espelho, inclusive. É nesse sentido que se pode falar sobre uma função antecipatória da *imago*, a partir da qual a visão de uma imagem pode direcionar uma resposta no animal. Além disso, já percebemos na citação acima a inseparabilidade entre os registros Imaginário e Simbólico quando da discussão sobre formação do Eu, surgimento do sujeito do inconsciente e identificação.

Ao longo da exposição lacaniana (Lacan, 1949/1998), argumenta-se acerca da falta de coordenação motora no *infans*, como já mencionado, e, também, do despedaçamento do corpo, ou seja, a ausência de uma noção de totalidade corporal, a princípio, no bebê humano. Nas palavras de Lacan (1949/1998, p. 100):

Esse desenvolvimento é vivido como uma dialética temporal que projeta decisivamente na história a formação do indivíduo: o *estádio do espelho* é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação — e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica — e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental. Assim, o rompimento do círculo do *Innenwelt* para o *Umwelt* gera a quadratura inesgotável dos arrolamentos do eu.

No que se refere à constituição da imagem sobre a qual Lacan tece suas considerações, de acordo com Souza e Danziato (2014, p. 56), existe uma dimensão formativa na constituição da *imago*, já que ela opera de forma gregária, “permitindo a formação de algo a que o bebê pode se identificar. Essa operação, uma identificação imaginária, apesar de seu caráter de engano salientado pela própria inversão da imagem no espelho dá consistência ao corpo fragmentado do bebê”.

O Eu, portanto, pode ser entendido a partir do seu lugar de desconhecimento (Benigno, 2016). Isto é, mesmo que haja a tendência à sensação de completude, já é possível perceber, desde o Estádio do Espelho, que a imagem com a qual o bebê humano se identifica é invertida, evidenciando que a imagem especular, a imagem do corpo próprio, é marcada, desde seu surgimento, pelo aspecto ilusório. Benigno (2016, p. 44) nos diz: “Isso provoca uma modificação do lugar do Eu, pois este, antes visto como responsável pela percepção, pela consciência, passa a ‘funcionar’ num campo de desconhecimento e ignorância”. É também nesse sentido, que Cunha (2009) questiona em que medida é possível ter clareza sobre quem somos, considerando que tanto em Freud, quanto em Lacan, há a consideração de que o Eu não corresponderia nem à “totalidade da consciência”, nem ao sujeito do inconsciente, tal como já expusemos e reiteramos aqui.

Ademais, salientamos que as elaborações de Lacan em O estágio do espelho relacionam-se com derivações teóricas do autor considerando elementos freudianos acerca do narcisismo primário, comentado anteriormente; sendo a imagem especular basilar para a constituição do Eu ideal. Assim, a noção de completude associada à imagem especular estaria relacionada, na teoria freudiana, à experiência de *His Majesty The Baby*, a qual também apresenta seu caráter ilusório, principalmente na medida em que é confrontada com a cultura, aspectos sobre os quais já tecemos alguns comentários na subseção anterior. Essa imagem

unificada de si, formada a partir do olhar do outro, vincula-se à discussão sobre Eu ideal e ideal do Eu (Freud, 1914/2010; Castilho, 2009).

Importante ressaltar a indissociabilidade existente na formação do Eu e do sujeito do inconsciente, muito embora sejam noções radicalmente diferentes. Esse é um dos vários pontos importantes no Estádio do Espelho. No referido estádio, o surgimento de uma totalidade corporal, do Eu imaginário, fundado em uma imagem fornecida e reconhecida pelo outro, acontece associado à precipitação do “[eu]”, sujeito do inconsciente, tal como é colocado por Lacan (1949/1998). Em outras palavras, Eu (*moi*) e sujeito do inconsciente (*je*) surgem simultaneamente à identificação com uma imagem ofertada pelo outro, daí a indicação lacaniana de que o Estádio do Espelho seja compreendido como um marco na construção tanto do *moi* quanto do *je* (Lacan, 1948/1998).

Assim, para que um ser humano se diga enquanto “Eu”, é necessário, com base na teoria lacaniana, que haja a passagem pelo Estádio do Espelho; dizer-se “Eu” tem a ver com assumir uma imagem antecipada pelo outro, o qual oferta balizas para que um bebê humano se posicione na relação com a alteridade. Nesse sentido, Benigno (2016, p. 43) argumenta: “O homem só pode se considerar um Eu, então, pela identificação com o outro, seja pela imagem do outro, seja pela imagem no espelho, pois nenhuma delas corresponde de fato ao sujeito, a ele próprio”.

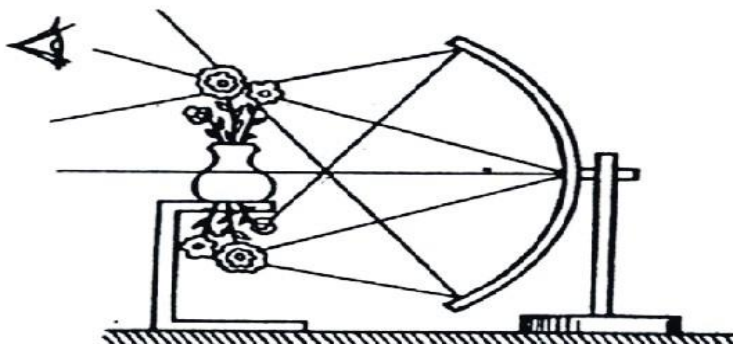
Em seu Seminário 1, *Os escritos técnicos de Freud*, precisamente no capítulo intitulado A tópica do Imaginário, a partir da apresentação de um esquema óptico, conhecido como experimento do buquê invertido, Lacan (1954/2009) retoma considerações sobre o que desenvolveu acerca do Estádio do Espelho, em 1949, e avança em seu ensino no que tange ao registro do Imaginário e à relação do sujeito à sua imagem. Tal esquema organiza-se de modo que um vaso é posicionado em cima de uma estrutura e um ramalhete de flores é colocado embaixo dela e, à frente de tal esquema, é posicionado um espelho côncavo. O esquema do

buquê invertido diz respeito a uma tentativa de demonstração; não se trata apenas do objeto espelho e de um jarro com flores em suas atribuições literais, mas da tentativa de apresentar o meio pela qual se pode pensar na formação do Eu a partir da relação com o outro cuidador, por exemplo.

No referido experimento, a partir de onde se olha, é possível que, em determinado ponto, uma imagem se forme, na qual se percebe a composição das flores no vaso, ou seja, há a ilusão de que as flores estão dentro do vaso. Caso o ponto de visualização seja outro, essa configuração é modificada e a ilusão visual da imagem especular não se mantém. Na figura abaixo, temos o esquema mencionado (Lacan, 1954/2009).

Figura 1

O experimento do buquê invertido.



Lacan (1954/2009) afirma que o Estádio do Espelho não se trata simplesmente de uma etapa do desenvolvimento e, embora extenso, consideramos pertinente mencionar o seguinte trecho:

Vocês sabem que o processo da sua maturação fisiológica permite ao sujeito, num dado momento da sua história, integrar efetivamente suas funções motoras, e aceder a um domínio real do seu corpo. Só que, é antes desse momento, embora de maneira correlativa, que o sujeito toma consciência do seu corpo como totalidade. É sobre isso

que insisto na minha teoria do estágio do espelho — a só vista da forma total do corpo humano dá ao sujeito um domínio imaginário do seu corpo, prematuro em relação ao domínio real. Essa formação é destacada do processo mesmo da maturação e não se confunde com ele. O sujeito antecipa-se ao acabamento do domínio psicológico, e essa antecipação dará seu estilo a todo exercício posterior do domínio motor efetivo. É a aventura original através da qual, pela primeira vez, o homem passa pela experiência de que se vê, se reflete e se concebe corpo outro que não ele mesmo — dimensão essencial do humano, que estrutura toda a sua vida de fantasia (Lacan, 1954/2009, p. 109).

De acordo com Scarano e Pertile (2012), o estágio do espelho poderia ser dividido em três momentos, os quais tentaremos apresentar de forma resumida. O primeiro momento refere-se ao contato primeiro do bebê humano com a imagem no espelho, estranhando essa imagem. O segundo momento “é caracterizado pela fase de transitoriedade; o terceiro é marcado pelo reconhecimento do próprio reflexo, este produzido pelo espelho ou pelos semelhantes humanos” (Scarano & Pertile, 2021, p. 03).

Souza e Danziato (2014, p. 56) contribuem com a discussão:

O estágio do espelho atesta uma identificação, uma transformação que se produz a partir da assunção de uma imagem (Lacan, 1998), uma identificação imaginária que antecipa o advento do eu e a instauração de um corpo, um corpo unificado pela imagem especular que lhe confere atributo de completude . . . Tal completude, no entanto se apresenta unicamente enquanto ficção, uma ficção do indivíduo, que fazendo função de antecipação da constituição do sujeito propriamente marca a relação de determinação que se estabelece com o âmbito social . . .

Para fins de nossa pesquisa, muito nos interessa a discussão acerca da constituição imaginária do Eu, que está relacionada à construção imaginária de uma totalidade da imagem

corporal. A reflexão sobre a construção de identidade nos leva a pensar também sobre a construção de uma coesão e estabilidade do Eu, conforme já discutimos anteriormente. A partir da teoria lacaniana, argumentamos que a orientação à certa coesão e estabilidade do Eu, encontrada nos processos de construção identitária, pode ser pensada considerando o processo de identificação imaginária, o qual demonstra certa tendência à integração e totalização, estas sempre parciais, tal como já argumentamos com Knudsen (2022).

Assim, elementos da teoria lacaniana (Lacan, 1949/1998, 1954/2009) referentes à identificação imaginária possibilitam a reflexão sobre a constituição da identidade autista e neurodivergente, sobretudo, quanto à forma como ela opera em termos de uma coesão e estabilização do Eu e, também, da (re)construção da história do sujeito a partir da criação ficcional; ficção, aqui, tomada enquanto invenção necessária para dar algum sentido ao vivido, forjar algum possível contorno, na esteira de Benigno (2016). Argumentamos que, no debate sobre construção identitária, é interessante pensarmos acerca da produção de sentido; sentido ficcional, na medida em que serviria enquanto possibilidade para narrar sobre quem se é e de construir um lugar no campo social.

Aqui, vale uma retomada da obra freudiana em articulação com as reformulações e os avanços propostos por Lacan. Como apresenta Benigno (2016), o Eu, na teoria freudiana (Freud, 1914), não está constituído desde o princípio, ele precisa ser formado. Nessa direção, a autora argumenta sobre a constante ameaça de desintegração que o Eu freudiano sofre, considerando que, em se tratando do Eu, fala-se sempre de uma *tendência* à integração, uma *sensação* de unidade, sendo estas, integração e unidade, sempre parciais, como já argumentamos. A autora (Benigno, 2016, p. 52) acrescenta:

O Eu está continuamente ameaçado em sua integração e estabilidade, posto que é algo da ordem do imaginário, algo que confere uma ilusão de unidade e apresenta uma parte inconsciente. Somos seres divididos, constituídos pela linguagem e,

paradoxalmente, alienados por ela. A questão que colocamos é como, em meio a tantas incertezas, inconstâncias e flutuações, o Eu pode ganhar contornos, manter-se minimamente coeso, podendo falar de si mesmo e chegar a afirmar “Eu sou...” . . . Encontramos, na obra de Freud e de Lacan, indicações de que ao se aventurar a completar tal frase, o sujeito contaria sua própria história, isto é, buscaria um lugar para si e construiria uma história de si mesmo . . . a hipótese [é] de que a construção dessa história dar-se-ia em forma de ficção, isto é, de algo que remete a uma invenção. Em outras palavras, propomos pensar a construção de uma ficção, de uma narrativa particular, como um caminho possível de conferir um mínimo de sentido e estabilidade ao Eu, para que não se sinta andando todo tempo na corda bamba, prestes a cair e desmontar.

Identificamos aí pontos interessantes para pensarmos sobre a construção da identidade autista e neurodivergente. Quando se diz “Eu sou autista e neurodivergente”, a partir da ideia de que essa seria a *verdade* sobre quem se é, deparamo-nos, à luz do que desenvolvemos teoricamente até o momento, com a construção de uma narrativa ficcional acerca da história do sujeito.

Que fique explícito: não advogamos pela invalidação das construções identitárias; reconhecemos, inclusive, sua função política e sua função enquanto ponto de ancoragem, a partir do qual passa a ser possível recontar histórias de vida, em que se narra: “eu fui..., eu sou...”. No entanto, como já mencionamos em momentos anteriores, não deixamos de atentar a paradoxos existentes, especificamente, na identidade autista e neurodivergente e no Movimento pela Neurodiversidade, um dos quais seria a construção identitária a partir de um diagnóstico o qual é almejado e recusado simultaneamente e que, em torno dele, constrói-se uma narrativa identitária que tem sido apresentada e, podemos dizer, vivenciada, enquanto

verdade irrefutável, um sentido fechado sobre quem se é. Souza e Danziato (2014, p. 57) também corroboram com nossa argumentação ao mencionarem que:

A exemplo da identificação à imagem pretensamente totalizante do espelho é imaginária toda identificação que busca uma identidade de completude, um fechamento de sentido. A identificação marcada no campo do imaginário fornece um ideal de identidade, aparece como uma identificação completa.

E como tentamos ressaltar até aqui, na esteira de Lacan, o Eu, instância imaginária, não corresponde ao sujeito do inconsciente. Neste ponto, vale avançarmos na teoria lacaniana para chegarmos ao Seminário 9, intitulado *A identificação* (Lacan, 1961-62/2003) e prosseguirmos com nossas considerações, sobretudo, quanto à identificação simbólica, esta que “faz furo, falta, vem como suplência à totalidade enganosa do imaginário” (Souza & Danziato, 2014, p. 57). Os autores prosseguem:

Onde o imaginário busca um fechamento de sentido, o simbólico aparece como abertura para a significação, onde a identificação imaginária pressupõe uma identidade permanente, a identificação simbólica é marcada pela substituição sucessiva numa série de identificações (Cruglak, 2001). Não pretendemos sugerir uma polarização e completa distinção entre identificações imaginárias e simbólicas, uma vez que para Lacan os três registros representam dimensões da experiência indissociáveis. No entanto isso não impede que possamos explorar os diferentes aspectos de ambos, do mesmo modo que na teoria psicanalítica nos permitimos falar em Real, Simbólico e Imaginário de forma distinta (Souza & Danziato, 2014, p. 57).

Concordando com a perspectiva dos autores citados quanto à exploração dos diferentes aspectos das identificações imaginária e simbólica, iremos tecer nossos comentários com base no Seminário 9, tal como já adiantamos.

Como o título aponta, esse Seminário foi dedicado às elaborações lacanianas sobre a teoria das identificações. A partir da crítica ao *cogito* cartesiano e às suas implicações, no âmbito da Filosofia Moderna, Lacan discorda da premissa do “idêntico a si mesmo”, em outras palavras, $A \text{ é } A$, $A = A$, formulação recorrente em contexto de discussão acerca da identidade. Diz Lacan:

Vou . . . enfatizar o que, na identificação, se coloca imediatamente como idêntico, como fundado sobre a noção do mesmo, e mesmo, do mesmo ao mesmo, com tudo o que isto traga de dificuldade. Vocês não deixam de saber, mesmo sem poder marcar muito rapidamente quais dificuldades isso nos oferece desde sempre ao pensamento, $A \text{ é } A$; se é tão igual assim, por que separá-lo dele mesmo, para tão depressa aí recolocá-lo? (Lacan, 1961-1962/2003, pp. 13-14).

O psicanalista prossegue sua argumentação e acrescenta:

. . . entremos nas relações da identidade do sujeito, e entremos aí pela fórmula cartesiana . . . É evidente que não é em absoluto questão de pretender superar Descartes, mas, sobretudo, de extrair o máximo de efeitos da utilização dos impasses cujo fundo ele conota para nós (Lacan, 1962-1963/2003, p. 18).

É a partir desse ponto, então, que Lacan vai colocar em questão a frase cartesiana “Penso, logo sou”. E, ao propor a crítica ao pensamento cartesiano, o psicanalista introduz a noção de inconsciente, de sujeito do inconsciente (Lacan, 1962-1963/2003).

Na esteira de Lacan, Starnino (2018) dedica-se a discutir sobre a identificação e acerca da identidade a partir do Seminário 9. Nesse contexto, corrobora com o que trouxemos:

. . . a finalidade de Lacan (SIX) [referindo-se ao Seminário 9] é traçar a passagem de uma concepção de sujeito concebido como ‘idêntico a si mesmo’ ($A = A$), tão difundido e bem demarcado na História da Filosofia, para outra concepção de

‘sujeito’ e ‘identidade’ suportada nas *identificações significantes* . . . (Starnino, 2018, p. 61).

Nessa perspectiva, o conceito de significante é central no Seminário mencionado. Para fins desta dissertação, entendemos que seria inviável traçarmos uma ampla discussão acerca de tal conceito. No entanto, vale situarmos que Lacan parte da teoria linguística de Ferdinand de Saussure, sobretudo acerca da relação entre signo e significante, e propõe reformulações radicais. De acordo com Starnino (2018, p. 37): “Se na linguística estrutural, fundada por Saussure, o conceito de signo é o algoritmo, na Psicanálise lacaniana é o significante o eixo elementar que articula as relações entre sujeito, linguagem e real”.

Assim, com as reformulações lacanianas, significante passa a ser elemento fundamental para pensar a constituição do sujeito e a identificação simbólica. Logo no início do Seminário 9, Lacan (1962-1963/2003, p. 26) já diferencia:

Assinalemos ainda, como um lembrete, que para nos atermos a uma oposição que seja para vocês um suporte suficiente, o que se opõe a esta, aquilo de que ela se distingue, que necessita que elaborem sua função, é que a identificação da qual ela se distancia é a identificação imaginária, aquela da qual, há muito tempo, eu tentava mostrar a vocês o extremo no plano de fundo do estádio do espelho, no que eu chamei de efeito orgânico da imagem do semelhante . . .

Nessa esteira, Lacan retoma o *einzigster Zug* freudiano para propor o conceito de traço unário, enquanto pura diferença do sujeito, contrapondo-se à perspectiva já citada de uma identidade que se referiria estritamente ao idêntico. Souza e Danziato (2014, p.55) auxiliam em nossa explicação ao comentarem que o traço unário: “marca o lugar singular do sujeito no campo da linguagem, é aquilo pelo qual cada um pode ser ‘um’, suporte da marca da singularidade, a um só tempo é sinal de identidade e da própria diferença”.

Os autores (Souza & Danziato, 2014, p. 56) prosseguem na argumentação: “Esse conceito é de fundamental importância na teoria lacaniana das identificações, uma vez que para Lacan é o traço unário que leva a cabo as três identificações apontadas por Freud”. Ou seja, Lacan parte das elaborações freudianas sobre a teoria das identificações, no entanto promove avanços e mudanças radicais em sua teoria, “conceituando as identificações propostas como imaginária e simbólica” (Souza & Danziato, 2014, p. 56).

Na compreensão de Nominè (2018, p.33), “. . . para Lacan toda identificação se faz por intermédio do traço unário. . .”, perspectiva a qual coaduna com o que argumentaram Souza e Danziato (2014). O que pretendemos com essa explanação acerca da identificação significativa é, dentre outros aspectos, situá-la ao nível do sujeito do inconsciente. Se podemos argumentar que a identificação imaginária forjaria uma sensação de completude, de fechamento de sentido, podemos considerar que a identificação simbólica não opera da mesma maneira, ainda que ambas estejam fundamentalmente articuladas.

Ao passo em que dizemos “Eu sou..., nós somos...” e narramos nossa história de vida a partir de tal lugar, ao considerarmos a teoria lacaniana, entendemos que há algo que ultrapassa os limites do “Eu sou...”, que diz respeito à impossibilidade de fechamento de sentido, mas que opera no sujeito à revelia do Eu. Nesse sentido, pensar a categoria identitária autista e neurodivergente, a partir da teoria psicanalítica, nos leva a considerar que ela não diz da verdade do sujeito, embora seja experienciada, muitas vezes, enquanto a verdade tão almejada sobre quem se é. Argumentamos que dizer “sou autista e neurodivergente” suscita um fechamento de sentido, na medida em que, inevitavelmente, restringe possibilidades de se apresentar no campo social a uma insígnia nosológica e identitária.

Ainda sobre a distinção entre as identificações propostas na teoria lacaniana, D’Agord et al. (2006, p. 120) colaboram com nossa explicação ao mencionarem:

É imaginária a identificação que faz sentido para o sujeito, é simbólica a identificação que opera no sujeito. Ambas provêm do exterior, por isso dizemos que são oferecidas. Mas, se a primeira é aparentemente total como a imagem devolvida pelo espelho, a segunda será sempre falta, hiância, abertura para significância, no sentido de que um traço é repetidamente substituído, mas o que causa essa substitutibilidade é a vacância, a falta. Pois o sujeito não é seu nome, assim como ele não é nenhuma das suas imagens. Ele sempre será mais do que seu nome e mais do que suas imagens.

Neste momento da dissertação, vale indicarmos que outros conceitos poderiam estar presentes na discussão sobre a construção identitária, porém entendemos os limites de uma dissertação de mestrado. Um outro conceito relevante para esse debate é a nomeação. A teorização sobre a nomeação está presente em vários momentos da obra lacaniana. Castellani (2019) dedica-se a resgatar momentos dos seminários proferidos por Lacan em que o autor expõe suas elaborações; ademais, a autora também argumenta sobre a relação entre identificação, nomeação e os efeitos subjetivos do recebimento de um diagnóstico médico. Em sua tese (Castellani, 2019), a autora menciona também as querelas que envolvem o debate sobre nomeação no campo da psicanálise.

Com o objetivo de situarmos brevemente o debate sobre nomeação nos estudos sobre as identificações, consideramos pertinente mencionar o que diz Castellani (2019, pp.171-172) a esse respeito:

. . . o conceito de identificação e a noção de nomeação andam em parceria nas teorizações de Lacan . . . A noção de nomeação percorre um longo caminho que se inicia na época do *Seminário 1*, passa pela relação com a linguística, pelo uso das palavras, pela função do significante que vem do Outro, pelo processo de identificação e pelo Nome-do-Pai, para mais tarde desembocar nos estudos topológicos que

ressaltam os nós borromeanos e a articulação de seus três registros – Real, Simbólico e Imaginário – chegando até o *Seminário 23*.

Nomear seria, portanto, uma das atribuições do significante Nome-do-Pai (Castellani, 2019). A autora acrescenta:

. . . [o Nome-do-Pai] é responsável por ser o suporte da função simbólica do sujeito, instaurando a lei universal do Outro. Conseqüentemente, a constituição subjetiva é produzida pela transmissão de significantes que ainda não são do sujeito, mas, sim, do Outro, dos quais o sujeito deve se apropriar para torná-los seus. Nesse sentido, existe uma passagem da constituição subjetiva, de um momento de oferecimento de significantes e entrada na linguagem para um tempo em que o sujeito se posiciona como sujeito de fala e escolhe seus próprios significantes, posicionando-os numa cadeia para criar seu processo de nomeação (Castellani, 2019, pp. 177-178).

Não teremos condições de abordar todos esses conceitos neste trabalho, mas ponderamos ser pertinente citá-los a fim de apresentarmos o cenário conceitual no qual esta pesquisa se insere.

Prosseguindo com nossos comentários sobre as identificações, a partir dessa diferenciação proposta entre elas e considerando as elaborações apresentadas sobre a identificação significativa, argumentamos, didaticamente, que a identificação imaginária estaria diretamente articulada à noção de Eu (*moi*), enquanto a identificação significativa estaria relacionada à noção de sujeito do inconsciente (*je*). Embora saibamos que as identificações estão inevitavelmente articuladas, assim como argumentam Souza e Danziato (2014), tal diferenciação implica, por sua vez, a possibilidade de refletir acerca de uma possível inflação das identificações imaginárias em detrimento da identificação significativa no caso da construção da identidade autista e neurodivergente, por exemplo.

Essa compreensão se dá quando consideramos alguns pontos acerca da identidade mencionada, a saber: a construção de um sentido e de uma sensação de coerência para o Eu que se reconhece enquanto autista e neurodivergente, a sensação de completude que é vivenciada quando se chega ao diagnóstico de autismo e a possibilidade de narrar, a partir da construção identitária, elementos da história do sujeito que antes pareciam “desconexos”, “mal explicados”, a exemplo de uma constante sensação de desencaixe e de estranheza nas relações. Esses dois últimos aspectos serão elucidados de uma melhor forma na seção seguinte, quando nos debruçaremos sobre as análises das narrativas em primeira pessoa para tentarmos associar o que conseguimos achar teoricamente aos trechos narrados por pessoas que receberam o diagnóstico de autismo, se reconhecem enquanto autistas e neurodivergentes e (re)narram suas respectivas histórias a partir dele.

Ou seja, a produção de um sentido, de uma coerência, estaria articulada, prioritariamente, ao registro Imaginário, a partir de nossas inferências baseadas na teoria lacaniana. Quando se fala em sujeito do inconsciente, é válido atentar para um certo rompimento com o sentido, com a coerência, com a ordem, ainda que essas instâncias (Eu e sujeito do inconsciente) operem simultaneamente e de forma não excludente.

Dito tudo isso, argumentamos em prol do reconhecimento de que identificações imaginária e simbólica possam ser compreendidas em suas especificidades a partir da teoria lacaniana, tentando não cair em um reducionismo ou em uma simplificação exacerbada do que o autor propôs. Intencionamos com esta seção garantir subsídios teóricos tanto em Freud, quanto em Lacan, para pensarmos sobre a construção da identidade autista e neurodivergente e consideramos que construímos um caminho teórico alinhado à psicanálise.

Ainda que uma resposta para o questionamento “quem eu sou?” surja respaldada no diagnóstico de autismo e venha ao encontro de algumas narrativas como forma de ancoragem no campo social, entendemos, a partir da matriz freudolacanianana, que o sujeito do

inconsciente não é redutível a certezas e a fechamentos de sentido. Isto é, mesmo que a possível resposta “sou autista e neurodivergente” direcione a construção de sentido para algumas pessoas, consideramos que o questionamento sobre “quem se é” reincide, não cessa. Ele reincide justamente porque não conseguiríamos respondê-lo de forma completa; a construção de sentido carrega, irremediavelmente, a marca da falta. A mobilização para responder à pergunta mencionada parece insistir enquanto houver vida e, conseqüentemente, possibilidades de identificação, essas aliançadas a significantes, sendo tanto imaginárias, quanto simbólicas.

Tudo isso de forma alguma anula ou descredibiliza a movimentação política derivada do Movimento pela Neurodiversidade e das pessoas que tomam o autismo como causa pela qual lutam politicamente. É fato que ainda há muito a se construir do ponto de vista das políticas públicas e da garantia de direitos para as pessoas que precisam de suporte para conviver de uma forma mais confortável socialmente.

Nesse sentido, quando consideramos as narrativas que serão apresentadas na seção seguinte, observamos que muitas pessoas parecem encontrar novas formas de narrar suas experiências e uma nova possibilidade de dizer sobre quem são e acerca de como se relacionam a partir do diagnóstico de autismo. Tudo isso, todas essas novidades, aparentemente alicerçadas na construção da identidade autista e neurodivergente, a partir da qual esse diagnóstico passa a ocupar centralidade nas narrativas posteriores a ele.

Sigamos com a análise dos trechos selecionados nas obras escolhidas para compor esta dissertação. A intenção, portanto, é de elucidar como podemos pensar acerca da construção de tal identidade no cenário contemporâneo, marcado profundamente pelas narrativas diagnósticas e suas implicações, em diálogo com o que desenvolvemos teoricamente.

Narrativas em Primeira Pessoa: A Construção da Identidade Autista e Neurodivergente

Finalizado a segunda seção, a partir da qual tecemos nossas considerações sobre elementos da teoria psicanalítica relevantes para refletirmos acerca da construção da identidade autista e neurodivergente, passemos às narrativas em primeira pessoa que demonstram indícios sobre como tal construção identitária opera em pessoas que receberam o diagnóstico de autismo. Vale dizer que a intenção não é a de “comprovarmos” a teoria a partir dos relatos em primeira pessoa, mas sim buscarmos elementos que dialoguem com o que propomos teoricamente a partir da psicanálise. Estamos cientes dos limites que essa escolha coloca à pesquisa e tentaremos desenvolver nossas considerações tendo isso em vista. Assim, iremos contextualizar o porquê de estarmos trabalhando com a noção de “narrativas” e quais aspectos são pertinentes nessa discussão.

A construção metodológica desta dissertação se deu de forma bastante desafiadora. Desde o início do percurso no mestrado, buscamos o diálogo com pessoas que receberam o diagnóstico de TEA a fim de encontrarmos vias de compreensão acerca da construção identitária citada. No entanto, tratar diretamente com tais pessoas, ouvi-las a partir de entrevistas, mostrou-se inviável pelos limites temporais que um curso de mestrado impõe. Priorizamos realizar um estudo teórico consistente para refletirmos sobre o problema de pesquisa proposto, uma vez que não se trata de uma temática reiteradamente debatida no campo da psicanálise ao qual temos acesso. Porém, insistimos na procura de formas possíveis para acessarmos os relatos dessas pessoas, considerando a relevância de tais narrativas para compreendermos como opera a construção da identidade autista e neurodivergente.

Dessa forma, ponderamos sobre a existência de várias obras já publicadas, nas quais pessoas que receberam diagnóstico de autismo relatavam suas histórias, sobretudo, as ressignificações produzidas a partir do seu reconhecimento como autista e neurodivergente.

Como já mencionamos, houve mudanças no cenário político em torno do autismo ao longo das últimas décadas, tanto no cenário mundial, quanto no brasileiro; se antes havia a quase unânime presença de pais e profissionais à frente da luta política, hoje percebemos muitas pessoas que receberam o diagnóstico de TEA impulsionando o ativismo pela causa. Daí o porquê da relevância de tratarmos dessas narrativas em primeira pessoa, a fim de acompanharmos, inclusive, as mudanças em torno da luta política acerca do autismo.

Temple Grandin e Donna Willians, já citadas, tornaram-se fortes nomes da luta política por autorrepresentação e reconhecimento no campo de discussões sobre o autismo. Foi considerando esse movimento em busca de autorrepresentação que chegamos à decisão de tomarmos narrativas em primeira pessoa como ilustrativas de uma época, na qual a identidade autista e neurodivergente tem destaque; fenômeno que suscita, entre pessoas que receberam tal diagnóstico, um movimento de discorrer e compartilhar suas experiências como modo de afirmação identitária.

A construção de identidade, fundamentada nos processos de constituição do Eu e de identificação, como tentamos desenvolver teoricamente, ao mesmo tempo em que é articulada à dimensão da alteridade, também tem um caráter singular, e, nos relatos em primeira pessoa, podemos perceber sutilezas que dão indícios dessas singularidades, ao passo em que também percebemos o diagnóstico de autismo como um ponto de articulação entre as histórias narradas e construção de sentido para a história de cada um.

A pesquisa nos trouxe desafios metodológicos importantes. Diante deles, entendemos que as pistas não estavam tão nítidas sobre os caminhos a serem seguidos. Realizamos, então, um trabalho de construção metodológica explorando possibilidades e tecendo costuras para que o trabalho pudesse seguir com o rigor necessário. Percorremos nosso trajeto metodológico com base em indicações encontradas na obra freudiana e em textos de comentaristas que embasaram suas pesquisas nas elaborações do psicanalista.

Nesse sentido, tratar de narrativas a partir de um diálogo com a teoria psicanalítica implica a reflexão sobre o que é uma narrativa e como ela se estrutura. E, para construirmos esse processo de análise, partiremos de elementos da teoria freudiana, como mencionamos, a fim de prosseguirmos com a reflexão citada.

Em um breve texto publicado em 1909, intitulado *O romance familiar dos neuróticos*, Freud (1909/2015) tece suas considerações sobre fantasia construída pela criança acerca dos lugares ocupados por ela e por seus pais na trama familiar. Um elemento relevante desse escrito a operar como pista metodológica para este trabalho refere-se à ênfase dada por Freud na atividade imaginativa da criança, esta produtora de uma ficção através da qual um sentido para as relações familiares é construído (Freud, 1909/2015). Podemos, em diálogo com a teoria lacaniana, argumentar que tal romance familiar estaria investido fortemente da dimensão imaginária (Lacan, 1954/2009).

A partir de considerações sobre o texto mencionado, Lo Bianco et al. (2010, p. 21) afirmam que é justo pelo fato de a criança desconhecer o lugar por ela ocupado na cadeia familiar que o romance terá de ser construído individualmente, “e é nessa construção que cada um poderá fazer o seu lugar”. A construção desse romance familiar permite a criança encontrar um lugar para si na família. O que interessa sublinhar do romance familiar é justo essa produção de um lugar articulado a uma narrativa sobre si e sobre a alteridade. Essa narrativa, tal como argumentam Lo Bianco et al. (2010) a partir de Freud (1909/2015), estaria centrada no Eu.

Rivera (2016, p. 41), ao abordar a dimensão da fantasia presente em *O romance familiar*. . . (Freud, 1909/2015), aponta para a “indicação inequívoca de sua estrutura narrativa ficcional”, e acrescenta:

. . . Nessa ficcionalização necessária à própria vida, não se trata exatamente da produção de versões subjetivas que se acrescentam aos fatos, mas sim, mais

radicalmente, de apontar que o fato vivido só se torna experiência graças a alguma ficcionalização. O sujeito dele deve se apropriar, tomando-o em narrativas complexas e múltiplas que permanecem em parte implícitas e não correspondem a um enredo simples e fixo.

Além disso, a autora nos adverte para não reduzir essa narrativização a uma “afirmação egóica”, posto que ela coloca em cena também a consideração do Inconsciente em toda essa trama (Rivera, 2016).

Vale destacar que, nesta pesquisa, o termo ficção está sendo usado para indicar uma construção necessária a partir dos elementos que configuram uma história, esta que, muitas vezes, pode não corresponder “à realidade dos fatos”, mas que corresponde à realidade psíquica do sujeito, constituída pelas suas percepções e construções, mas também pelo que lhe foi repassado em sua história familiar. Ficção, portanto, não é algo que surgiu “do nada”, é, sobretudo, a possibilidade de criação de uma trama subjetiva e, ademais, é elemento central da construção de uma narrativa que possa dar sentido ao vivido.

Worcman e Costa (2017) realizaram um trabalho bastante interessante acerca de narrativas de histórias de vida e, a partir das elaborações da psicanalista Ana Costa, constroem seus argumentos referentes ao que seria uma narrativa. As indicações dos autores são muito pertinentes para a nossa proposta; eles afirmam que a construção de uma narrativa sobre si implica colocar o outro enquanto testemunha da existência do Eu (Worcman e Costa, 2017).

Nessa esteira, Ana Costa como citado em Worcman e Costa (2017, p. 338) afirma: “No entanto, cabe assinalar que essas construções não são completamente ‘livres’. Dependem como toda relação que se cria no campo humano, de um determinado encontro da história individual com as construções coletivas”. Os autores complementam: “a necessidade de ficção como narração de si é uma forma de tornar possível uma relação com o outro,

construindo determinações que são inapreensíveis para o indivíduo” (Worcman e Costa, 2017, p. 338).

Apresentados esses aspectos acerca d’*O romance familiar...* (Freud, 1909, 2015), bem como contribuições de comentadores da obra freudiana acerca de como pensar as narrativas em diálogo com a psicanálise, consideramos necessário mencionar que não as trataremos como se fossem “exemplos” de tal cenário apresentado por Freud. A análise que teceremos em diálogo com os trechos dos livros selecionados levará em consideração os elementos citados anteriormente e inferidos a partir do texto freudiano e dos textos de seus comentadores, isto é: a narrativa enquanto uma construção ficcional e necessária para a constituição de um lugar para si no campo social, e a relação fundamental com a alteridade nesse contexto, aspectos cruciais para a reflexão acerca da construção identitária autista e neurodivergente.

Isto posto, passemos à caracterização do material narrativo que utilizaremos ao longo desta seção e que compõe a pesquisa. A escolha das obras seguiu os critérios de inclusão: a) narrativas de pessoas que se reconheçam enquanto autistas; b) narrativas que pautem o autismo enquanto uma diferença cerebral; c) narrativas que apresentem as trajetórias dessas pessoas e suas relações com o diagnóstico de TEA; d) narrativas que tragam situações que remetam a um “antes e depois” do diagnóstico de autismo. Como critérios de exclusão, tivemos: a) narrativas escritas, exclusivamente, por genitores e/ou familiares de pessoas autistas; b) narrativas que pautem o autismo enquanto uma doença; c) outras narrativas que não se enquadrem nos critérios de inclusão acima mencionados.

Vale mencionar que optamos, metodologicamente, por não colocarmos idioma como critério de exclusão. Isso se deu porque há uma obra de suma importância para a pesquisa que não foi escrita em português, mas que traduzimos para que compusesse esta dissertação; no entanto, priorizamos textos em português.

Assim, buscamos obras que apresentassem narrativas em primeira pessoa e que evidenciassem os relatos de quem recebeu o diagnóstico de autismo, esses articulados à noção de neurodiversidade. De início, dez obras foram lidas na íntegra, porém apenas três corresponderam aos critérios mencionados, as quais foram selecionadas. As outras sete obras foram desconsideradas por não se articularem à discussão proposta nesta dissertação, ainda que o tema principal fosse o autismo.

Dessa forma, chegamos aos seguintes títulos: *Neurodiversity: the birth of an idea*⁹ (Singer, 2017); *Guia prático para autistas adultos: como não surtar em situações do cotidiano* (Sales, 2019) e *Camaleônicos: a vida de adultos autistas* (Silva, 2019). Apresentaremos brevemente as obras a seguir, antes de nos determos nos trechos selecionados.

No que tange à obra *Neurodiversity: the birth of an idea* (Singer, 2017), esta foi traduzida por nós com vistas a compor a dissertação. Destacamos a importância desse escrito para o nosso estudo tanto pela narrativa em primeira pessoa de Judy acerca do autismo, quanto por suas elaborações teóricas acerca da perspectiva da neurodiversidade, sobre as quais já fizemos nossos comentários, principalmente, na seção 1. Consideramos esse livro duplamente importante para nosso estudo e, por essas razões, foi fundamental debruçarmos sobre o que Judy disse acerca de sua trajetória de reconhecimento enquanto autista, de sua relação com o diagnóstico e de como opera a identidade autista e neurodivergente em sua narrativa.

No *Guia Prático para autistas adultos: como não surtar em situações do cotidiano* (Sales, 2019), temos a narrativa, em primeira pessoa, da história de Daniela, que recebeu o diagnóstico de autismo aos 42 anos. Em seu texto, a autora narra momentos anteriores e posteriores ao diagnóstico de TEA. Em algumas passagens, Sales (2019) traz seu

⁹ Neurodiversidade: o nascimento de uma ideia (tradução nossa).

entendimento acerca da possibilidade de ressignificar toda a sua vida depois de saber sobre o diagnóstico de autismo. Ademais, também traz a concepção de ter podido entender qual era sua “verdadeira identidade” após o diagnóstico.

Já no que se refere ao livro *Camaleônicos: a vida de adultos autistas* (Silva, 2019), esse foi organizado por Silva (2019) e, diferentemente das duas obras mencionadas acima, nesse livro, temos uma pessoa narrando sobre sua trajetória de reconhecimento de si enquanto autista e neurodivergente a cada capítulo. Baseada na exclamação: “Este livro é um espelho. Reconheça-se!” (Silva, 2019, p. 15), a obra apresenta um compilado de narrativas em primeira pessoa e, assim, possibilita acessarmos algumas das experiências que envolvem o diagnóstico de autismo.

A partir da referida obra, acolhemos relatos oriundos de cinco capítulos, quais sejam: Enquanto houver desconhecimento, haverá sofrimento (Magnani¹⁰, 2019); Eu entendo a sua angústia (Julian, 2019); Uma variável diferente das diferentes (Castro, 2019); Ser autista é o que me faz ser quem sou, do jeito que sou (*Myriam Letícia*, 2019); A inclusão é o espaço das diferenças (Moreira, 2019). Em cada um desses capítulos, encontramos histórias de pessoas que receberam o diagnóstico de autismo, reconhecem-se enquanto autistas e neurodivergentes e discorrem sobre a identidade autista.

Ressaltamos que, a partir da proposta de trabalho com narrativas em primeira pessoa, não nos interessa realizar algum tipo de interpretação selvagem (Freud 1910/2013) sobre o conteúdo dos livros. Partindo das indicações de Moraes et al. (2021), elementos da teoria psicanalítica operam como instrumental para a leitura dos textos selecionados e para a reflexão a partir deles. A proposta é refletir sobre a construção da identidade autista e

¹⁰ Quando das citações de capítulos do livro *Camaleônicos: a vida de adultos autistas* (Silva, 2019), optou-se por apresentar a autoria de cada capítulo a partir do sobrenome de cada autor(a). Especificamente no capítulo referente à narrativa de Myriam Letícia, notou-se a ausência de sobrenome da autora, fato que nos fez manter seu nome nas citações, e não seu sobrenome, dada a relevância do texto para a dissertação.

neurodivergente a partir de ferramentas conceituais da psicanálise, conceitos esses desenvolvidos na seção anterior.

Trata-se de um recorte muito específico da vida daqueles que se dispuseram a escrever sobre suas respectivas trajetórias relacionadas ao diagnóstico de autismo e, por isso, é necessário reconhecer os limites da nossa análise e tratar com o devido cuidado as narrativas publicadas. Inclusive, um dos limites é o fato de que, até uma obra ser publicada, ela passa por uma série de ajustes e de edições a fim de compor um livro, então, atentaremos a esse aspecto.

O que nos mobiliza é a possibilidade de levantar pontos que colocam em questão o debate sobre a construção de identidade e como podemos contribuir para o avanço da discussão articulando a teoria psicanalítica e as narrativas em nossa pesquisa. Ademais, como já mencionamos algumas vezes ao longo desta dissertação, estamos cientes de que encontramos e encontraremos limites em nosso percurso; não pretendemos — nem teríamos condições — de esgotar o assunto, tampouco objetivamos reduzir toda uma história de vida aos trechos selecionados nos livros mencionados. O que buscaremos a seguir é articular os elementos apresentados para construir este trabalho e esclarecer nossos questionamentos acerca da construção da identidade autista e neurodivergente.

Após a leitura na íntegra dos títulos selecionados, construímos três eixos analíticos para abordarmos nesta seção: a) a experiência de desencaixe e a busca por respostas; b) o diagnóstico de autismo: reconhecimento de si e construção identitária; c) identidade autista e neurodivergente: ficções do Eu e a possibilidade de ressignificação.

A experiência de desencaixe e a busca por respostas

“Desde que me entendo por gente, me sinto muito diferente das outras pessoas”, é assim que Sales (2019, p. 08) inicia a escrita sobre a sua trajetória de vida, no tópico

intitulado “Minha vida de autista”, de seu livro. Desde o início, a perspectiva apresentada por Sales (2019) já descreve a quem lê suas palavras a sensação de estranheza experienciada por ela, uma sensação também nomeada como “desencaixe”, “estranhamento” e “exclusão”, significantes recorrentes nas narrativas. Singer (2017, p. 58, tradução nossa) por sua vez, questiona-se: “por que eu nunca me encaixei em lugar nenhum?” e discorre sobre a angústia associada ao que estamos chamando de “experiência de desencaixe”, uma vez que se sentia, de alguma forma, deslocada em suas relações e não conseguia achar justificativas para esse sentimento tão presente em sua vida.

Ainda com Singer (2017) percebemos que a autora descreve essa sensação em seu texto e diz da sua busca por “parecer” com “normais” a fim de ser validada socialmente. Nas palavras da socióloga:

Essa palavra Neurodiversidade não surgiu do nada, mas foi o culminar da minha pesquisa acadêmica e de uma vida inteira de experiências pessoais de exclusão e invalidação como uma pessoa que luta numa família afetada por uma “deficiência oculta” que nem nós, nem a sociedade reconhecíamos o que era. No entanto, com certeza sabíamos como nos proteger do olhar “neurotípico” crítico e desenvolvemos muitas estratégias para tentar passarmos por normais (Singer, 2017, p. 13, tradução nossa).

Tanto na escrita de Daniela Sales (2019), quanto na de Judy Singer (2017) há uma retomada narrativa de suas respectivas vidas, dos períodos em que ainda não tinham recebido o diagnóstico do que, atualmente, seria compreendido como TEA. Durante os relatos sobre sua infância e adolescência, Sales (2019) menciona suas dificuldades em se relacionar com familiares e da sensação de ser incompreendida em suas necessidades e solicitações.

Por sua vez, Moreira (2019) descreve sua sensação de desencaixe e de incompreensão a partir das diferenças de expectativas entre ela e as pessoas com as quais conviveu,

sobretudo em referência aos relacionamentos amorosos que teve ao longo da vida. Menciona Moreira (2019, p. 168):

. . . Hoje [posteriormente ao diagnóstico de autismo] eu sei que o sentimento deles vinha em parte da minha dificuldade de entender a percepção e expectativa do outro e de inferir o que eles queriam, sem que fosse dito de modo direto, além da linguagem corporal atípica que não comunica de modo evidente o afeto, e a linguagem verbal formal, que não traduz automaticamente carinho, dentro do padrão de linguagem neurotípico.

Os marcos nas histórias dos autores que os fizeram buscar respostas que explicassem seus comportamentos e suas dificuldades variam bastante a cada relato. Porém, algo que aparece em todas as narrativas é a procura por algum sentido, por alguma resposta para as dificuldades de socialização, da sensação de exclusão e de incompreensão por parte das outras pessoas com as quais os autores conviviam. Sales (2019, p. 08) acrescenta em seu texto: “. . . mas além de me sentir um E.T., era maltratada e ridicularizada todos os dias”, referindo-se, principalmente, às suas vivências durante a adolescência.

Na trajetória de Singer (2017), a busca pelo seu diagnóstico, como já mencionamos na seção 1, se deu a partir da procura de compreender o modo como sua filha agia; aqui vale ressaltar a centralidade das comunidades *online* nesse processo de busca por respostas. A socióloga afirma: “. . . A *Internet* me capacitou a me lançar mais plenamente no ‘mundo real’ e me trouxe um nível de reconhecimento que eu nunca havia experimentado antes” (Singer, 2017, p. 18, tradução nossa).

Em outras narrativas, também é possível notar o lugar central que as informações sobre autismo disponíveis na *Internet* ocuparam na busca dos escritores por explicações para seus questionamentos sobre o que sentiam e sobre quem são. Como já mencionamos, o

Movimento pela Neurodiversidade ganhou notoriedade e muita força política, a princípio, no meio virtual, através das redes sociais *online* (Chimura, 2020).

Magnani (2019) pontua que fez um teste *online* cujo resultado apontou para a *probabilidade* do diagnóstico de autismo; além disso, menciona que leu vários *blogs* escritos por pessoas que receberam o mesmo diagnóstico quando adultas e a forte identificação com os relatos à medida que lia as informações. No entanto, Magnani (2019) buscou o diagnóstico formal apenas anos depois. Após situações em que pessoas de sua convivência comentaram que o professor não olhava nos olhos, a busca pelo diagnóstico retornou; Magnani (2019) foi diagnosticado com autismo aos 32 anos, por uma psicóloga e, aos 34, por um psiquiatra. Sobre o debate acerca de diagnósticos no meio virtual, Ortega et al. (2013, p. 129) já argumentavam: “. . . as comunidades online não são produtos passivos na internet, mas exercem posição ativa na construção de diagnósticos . . . , bem como no modo como essas condições são experienciadas e compreendidas socialmente.”

Outra narrativa que também situa a *Internet* como meio inicial de busca por respostas é a de Julian (2019). Ela narra sobre a sua experiência de desencaixe e acerca de um questionamento feito por outra pessoa se ela teria autismo. A partir disso, Julian (2019) buscou informações sobre autismo e menciona que encontrou um canal na plataforma de vídeos *Youtube*, a partir do qual começou a identificar-se cada vez mais com os relatos sobre autismo, ainda que não tivesse certeza sobre o diagnóstico. A busca pelo diagnóstico formal se deu posteriormente a uma interação via rede social, na qual uma pessoa que já tinha recebido o diagnóstico de autismo lhe disse: “eu entendo a tua angústia”; a partir disso, Julian (2019, p. 106) afirma: “tomei coragem e decidi seguir em frente até encontrar quem eu realmente sou”.

A partir dos trechos citados até agora, é oportuno demarcar que a busca por explicações para como os autores se sentiam e agiam já era uma realidade anterior à procura

pelo diagnóstico de autismo. No entanto, os questionamentos acerca da experiência de desencaixe, como nomeamos e como os próprios autores fazem referência em suas narrativas, parecem ter sido direcionados e amenizados quando o diagnóstico de autismo surgiu enquanto uma possibilidade. O que não deixa de chamar a atenção, uma vez que, em alguns relatos, é possível notar uma busca anterior de cuidados em saúde mental.

Em algumas das narrativas, há referência a várias buscas por profissionais ao longo da trajetória de vida de quem escreveu e, simultaneamente, mencionam certo descontentamento com profissionais por não terem chegado ao diagnóstico de autismo em um primeiro momento, este aparecendo em anos posteriores. Podemos perceber isso no relato de Castro (2019, p. 119), a partir do qual ela relata que travou: “. . . embates significativos e desgastantes por demais com a comunidade médica, com docentes universitários, com familiares, com colegas, com agentes sociais em geral para que me fosse concedida a permissão de me designar uma autista”.

Já a narrativa de Moreira (2019) apresenta um certo descontentamento com experiência anterior relacionada a um percurso de seis anos em terapia. Diz Moreira (2019, p. 169):

No processo de diagnóstico, os testes neuropsicológicos apontaram que minhas habilidades sociais tinham sido aprendidas e que eu tinha disfunção executiva. Isso explicou muito da minha própria vida e que a terapia que eu fazia há seis anos não dava conta de explicar.

Magnani (2019, p. 93) é ainda mais enfático em sua opinião sobre a busca por profissionais quando se trata de autismo e menciona os casos em que profissionais desorientam “a pessoa que está na busca pela sua própria identidade de modo bastante leviano, já que você [referindo-se aos profissionais] não se propôs a ser especialista no

assunto”. Esse último trecho evidencia que a busca por um diagnóstico tem sido vivenciada, inclusive, enquanto uma busca por identidade, por saber quem se é.

Diante das passagens selecionadas, é pertinente destacarmos a nítida mudança na forma como o diagnóstico de autismo passou a ser considerado no campo social. Se antes havia certo temor em relação ao diagnóstico de autismo, nos últimos anos, esse temor parece ter sido atenuado e a busca pelo diagnóstico pode ser um exemplo dessa transformação.

Soler (2009), em uma conferência intitulada *Os nomes da identidade*, argumenta sobre o que denomina de “nomes de indignidade”, estes que seriam impostos ao sujeito e que serviriam para lhe maldizer, e acerca dos “nomes de competência”, que seriam socializadores e inscreveriam o sujeito no laço social. A partir dessa conferência, Souza e Danziato (2014, p. 60) mencionam:

Se os nomes de indignidade são impostos e marcam o nomeado como um estigma as nomeações de competência fazem parte das modalidades de se fazer laço com o outro e inserem o nomeado nas matrizes da organização social, como uma identidade relativa a um papel que desempenha na cultura.

Mencionamos essas elaborações de Soler (2009), uma vez que questionamentos se apresentam neste momento: seria possível pensar em uma “transição” entre o nome de indignidade para o nome de competência, a partir das considerações feitas pela psicanalista? A designação “autista”, que em algum momento foi bastante investida de estigmas, estaria tornando-se uma designação socializadora e almejada, daí a relação com a busca pelo fortalecimento da identidade autista e neurodivergente? Ainda que não tenhamos respostas para tais questões, consideramos relevante trazê-las para a discussão proposta.

Como sugere Cunha (2005), a possibilidade de ter uma resposta para dizer sobre quem se é parece ser um pilar da construção identitária e, também, para a construção de um lugar no campo social. Como observamos, em todos os contextos das narrativas em primeira

peessoa selecionadas, o diagnóstico de autismo aparece como uma possível explicação para a experiência de estranheza citada pelos autores.

Dito isso, passemos às circunstâncias em que há o recebimento do diagnóstico de autismo e, a partir dele, o reconhecimento de si enquanto autista. Com bases nos trechos que serão apresentados na subseção seguinte, articularemos teoricamente as narrativas ao que desenvolvemos acerca da construção identitária com as contribuições da psicanálise de matriz freudolacanianana.

O diagnóstico de autismo: reconhecimento de si e construção identitária

A partir do que tentamos situar na subseção anterior, em referência aos momentos precedentes ao recebimento do diagnóstico de autismo, aqui, buscaremos refletir acerca da construção da identidade autista e neurodivergente, com base nas articulações teóricas apresentadas na seção 2. Para isso, vale dizer que encontramos diversos trechos em que há a descrição relativa a reconhecer-se como autista no mapeamento realizado nas narrativas.

Para Sales (2019, p. 23), “a partir daquele diagnóstico [referindo-se ao diagnóstico de autismo] tudo o que eu sempre busquei teria um nome”. A autora narra de forma bastante detalhada o percurso que fez até o dia em que recebeu o diagnóstico de autismo, incluindo suas passagens por psiquiatras, neurologistas e psicólogos anteriormente ao processo diagnóstico (Sales, 2019). De forma bastante parecida, Julian (2019, p. 107) relata sua trajetória em busca de respostas, e diz: “. . . avaliou o meu caso [referindo-se à avaliação médica] e confirmou o diagnóstico: sou autista. Agora sei quem eu sou. Abandonei a velha busca por ser igual aos outros”.

Sales (2019, p. 25) escreve sobre as possíveis transformações causadas pelo recebimento o diagnóstico de autismo e afirma: “um diagnóstico desse pode e vai mudar sua vida completamente . . . Toda culpa que eu carregava por me sentir diferente e por não me

encaixar saíram naquelas lágrimas”. A escritora acrescenta: “. . . um laudo médico, um pedaço de papel não te define, mas na minha opinião o diagnóstico ajuda a explicar quem você é para si mesmo e para quem mais seja importante saber” (Sales, 2019, p. 30).

O relato de sentir alívio após o recebimento do diagnóstico de autismo é bastante recorrente nas narrativas em primeira pessoa que foram selecionadas para esta pesquisa. Judy Singer (2017), em seu texto, também escreve sobre o alívio proporcionado pelo recebimento do diagnóstico. A autora explicita: “Ofereço esse relato autobiográfico de como é viver com um ‘problema sem nome’ para enfatizar por que as pessoas afetadas pela deficiência oculta do autismo recebem a oportunidade de rotular a si mesmas ou a família com tanto alívio” (Singer, 2017, p. 51, tradução nossa). Vale lembrar que o Movimento pela Neurodiversidade se articula fortemente às perspectivas do modelo social das deficiências e da luta anticapacitista, assuntos sobre os quais já discutimos anteriormente; daí a menção de Singer (2017) ao autismo enquanto uma “deficiência oculta”.

Castro (2019, pp. 120-121) também nos diz sobre essa sensação de alívio após o diagnóstico:

Não sofri a fase do “luto” pós-diagnóstico . . . Comecei a flutuar mentalmente encaixando todos (sic.) as minhas problemáticas sociais na profundidade autista. Finalizei 80% de minhas autopunições pelo meu desencaixe, bem como cerca de 70% de minha necessidade de “fazer amigos” enquanto obrigação social.

Esse trecho retoma a discussão realizada na subseção anterior acerca da experiência de desencaixe e mostra que a sensação de alívio viabilizada pelo diagnóstico de autismo refere-se, entre outros aspectos, à possibilidade de nomear experiências anteriores marcadas por angústia enquanto derivações do que seria o autismo, este compreendido a partir da hipótese cerebral relacionada ao Movimento pela Neurodiversidade. O alívio relatado pós-diagnóstico também aparece na narrativa de Sales (2019, p. 30):

Antes do diagnóstico, eu me sentia culpada por não ser sociável, por estar sempre irritada com o barulho do vizinho ou com a voz alta e irritante da colega de trabalho, por estar sempre inquieta e impaciente, por às vezes sentir raiva do mundo e até mesmo das pessoas que mais amo nessa vida. Eu me questionava e quanto mais fazia isso, mais frustrada e deprimida ficava e então para me punir eu comia até passar mal, sempre inconsciente. Eu tentava me encaixar, ser igual a todo mundo e não entendia por que ficava tão mal por isso. Meu cérebro é rápido demais, não desliga e estou sempre cansada. Tenho dificuldades para dormir, para me socializar, sou naturalmente ansiosa e impaciente . . . Entender que sou assim [referindo-se a *ser autista*] tirou um peso enorme das minhas costas. Não preciso mais justificar para mim mesma que num sábado à noite um monte de gente vai estar num barzinho com música alta se divertindo e eu vou preferir ficar em casa sozinha lendo um livro, por exemplo. Eu aceitei o diagnóstico, me aceitei e foi um alívio.

A explicação em termos cerebrais para a condição autista permite que toda uma vida seja ressignificada, ressignificação sobre a qual nos deteremos na subseção seguinte, e que a *sensação de culpa* seja atenuada. Além disso, o diagnóstico formal de autismo parece fornecer delineamentos para que se possa falar em identidade autista e neurodivergente, esta que tem sua construção fortalecida depois da formalização diagnóstica e que passa a operar como modeladora do futuro, aspectos sobre os quais também buscaremos tratar ao longo desta seção.

Acerca da justificativa cerebral para o autismo, retomamos as contribuições de Vidal e Ortega (2019) quando argumentam sobre a construção da identidade autista estar diretamente relacionada à cerebralização da condição, isto é, da aceitação de hipóteses cerebrais para explicar o autismo, estas, muitas vezes, consideradas incontestáveis. Percebemos a incidência das hipóteses cerebrais sobre o autismo, bem como a menção direta

à perspectiva da neurodiversidade, em vários momentos das narrativas. Ponderamos que, em algumas ocasiões, os termos “eu” e “meu cérebro” parecem ser usados enquanto sinônimos, algo que também chama atenção em algumas narrativas; enquanto em outras, parecem ser distanciados, ainda que a hipótese cerebral prevaleça.

Sales (2019, p. 06), ao apresentar o objetivo de sua escrita e do compartilhamento de suas experiências antes e depois do diagnóstico, diz a quem lê seu livro: “entenda como meu cérebro autista funciona na prática”. Já em outro momento do texto, referindo-se a situações anteriores ao diagnóstico, a autora menciona: “. . . então, meu cérebro autista criou um padrão . . . foram muitos padrões criados e crenças limitantes que EU (sic.) me impus por toda uma vida” (Sales, 2019, p. 09). Nesses momentos da narrativa de Sales (2019), consideramos que há certa sobreposição entre “eu” e “meu cérebro”, na qual ambos os termos se emaranham no relato da autora e, podemos argumentar, se emaranham em suas experiências posteriores ao diagnóstico. *Ter autismo* ou *ser autista?*, eis a questão que, implicitamente, parece ainda emergir nas narrativas.

De outra forma, Moreira (2019, p. 179), em dado momento de sua narrativa, parece estabelecer alguma distância entre “eu” e “meu cérebro”, o que repercute em seu relato sobre as formas que encontrou para conviver socialmente:

É importante esclarecer que desenvolver habilidades compensatórias não fez o meu cérebro menos autista. E não diminuiu o esforço que é, para mim, realizar muitas tarefas, principalmente as que me exigem atenção seletiva, inibição, memória de trabalho, planejamento e flexibilidade.

Em tais narrativas, notamos a centralidade que o diagnóstico de autismo passa a ter nos relatos de quem o recebeu. Podemos argumentar, a partir disso, que a construção da identidade autista e neurodivergente é fortalecida quando se sabe o diagnóstico através de profissionais. Tal realidade, no entanto, não implica que o recebimento desse diagnóstico seja

encarado totalmente de uma forma “positiva”. Sua assunção no campo social gera inquietações, não obstante predomine a busca por uma coesão identitária e a construção de um lugar no mundo a partir dela.

Isso é possível perceber na narrativa de Magnani (2019, p. 93): “. . . talvez por situações assim, a verdade é que eu mesmo ainda luto para sedimentar o diagnóstico na minha cabeça. Quanto mais tenho conseguido, menos tenho me importado a respeito de as pessoas desacreditarem ou não”. Além de Magnani (2019), Moreira (2019, pp. 169-170) também menciona a sua resistência inicial quanto ao diagnóstico:

Eu fui muito resistente por muito tempo com essa questão de diagnóstico e laudo, por entender que pessoas são diferentes e que não se precisaria rotular, principalmente a infância. Isso até entender que o não rótulo de autista não impediria outros tantos rótulos, como esquisito, trouxa, sem noção, ingênuo, desastrado e muitos e muitos rótulos que a mim foram atribuídos ao longo da vida.

Esse trecho nos possibilita acessar algumas dificuldades que circundam a problemática diagnóstica, sobretudo, do diagnóstico de autismo na contemporaneidade para pessoas adultas. Chamado de “diagnóstico tardio”, nota-se um aumento no quantitativo de pessoas adultas que receberam o diagnóstico de TEA nos últimos anos. Ademais, há a consideração de que existe pouco interesse em fomentar o cuidado para pessoas que receberam o diagnóstico de autismo quando crianças, mas que já são adultas. A crítica incide justamente na perspectiva de que “só existe autismo na infância”. Ativistas pela causa do autismo, por sua vez, buscam chamar atenção para o fato de que crianças crescem, tornam-se adultas e, muitas vezes, continuam precisando de cuidados. Além disso, o trecho derivado da narrativa retoma a discussão feita na subseção anterior acerca da experiência de desencaixe narrada por muitas pessoas que receberam o diagnóstico de autismo e coloca a questão: seria

o autismo um nome mais sustentável socialmente do que todos os outros que Moreira (2019) apresentou em seu relato?

Apesar desse cenário descrito por Moreira (2019), ela pondera:

. . . Já era graduada, especialista e mestre em Direito, procuradora municipal e professora. Ainda assim, o diagnóstico me trouxe identidade e liberdade. Identidade de me perceber parte de um grupo que pensava e se comportava de uma forma parecida com a minha e livre para não ter que esconder e/ou camuflar meus comportamentos autistas que a mim eram tão naturais, embora causassem estranhamento aos outros (Moreira, 2019, p. 164).

A autora acrescenta, então: “decidi desconstruir meu próprio preconceito, me aproximando do movimento pela neurodiversidade, e entendendo a importância da construção de uma identidade autista para a nossa própria saúde mental” (Moreira, 2019, p. 170).

Aqui, chegamos a um ponto central de nossa pesquisa: a construção da identidade autista e neurodivergente observada nas narrativas que foram selecionadas. A partir da narrativa de Moreira (2019), de início, já atentamos para a construção identitária ser indissociável da relação com a alteridade. A própria autora pontua acerca da importância de se perceber como parte de um grupo e, além disso, de notar traços de similaridade entre suas experiências e as experiências relatadas por outras pessoas que também receberam o diagnóstico de autismo. Esse relato não se restringe à Moreira (2019). Singer (2017, p. 57, tradução nossa) também traz uma perspectiva similar em seu texto:

. . . Desta vez, eu finalmente sabia quem era meu povo, e desta vez eu não iria desistir. Aos 9 anos (2 anos depois de eu mesma ter descoberto) minha filha foi oficialmente diagnosticada com síndrome de Asperger. Agora eu tinha um ingresso para um novo

mundo de pessoas cujas lutas eram paralelas às minhas. Foi uma maravilha entrar em um mundo em que todos tinham mais ou menos a mesma história.

Ainda que, nesse primeiro momento, Singer (2017) esteja referindo-se ao diagnóstico recebido por sua filha e não ao que ela recebeu, não deixamos de notar a importância dada pela autora ao momento em que pôde participar de um coletivo que compartilhava experiências como as suas. Mais à frente em sua escrita, Singer (2017, p. 58, tradução nossa) em referência a sua relação com o diagnóstico, menciona:

. . . Entrei na *Internet* e participei de vários fóruns de e-mail, alguns para autistas, outros para pais e profissionais. Comecei a ver que a trajetória da minha vida se encaixava perfeitamente com a de outras pessoas no espectro autista. No ano passado, fui forçada, querendo ou não, a recontar a mim mesma a história da minha vida por meio de um novo filtro. Ao fazer isso, acrescentei uma perspectiva neurológica/biológica à minha antiga orientação sociológica/psicológica/espiritual e me senti tanto enriquecida quanto exausta pela plenitude de minha visão. Minhas lutas pessoais no meio de três gerações de mulheres “no espectro” fizeram parte do parto de uma nova categoria de diferença humana que vem à tona, uma nova maneira de perceber.

A autora acrescenta: “Com o advento dessas comunidades e recursos online, um forte senso de identidade autista está começando a emergir” (Singer, 2017, p. 62, tradução nossa). Nesses trechos, dentre outros aspectos, é possível notar a menção direta à perspectiva do autismo entendido como uma diferença humana, esta justificada por hipóteses cerebrais e alinhada ao Movimento pela Neurodiversidade, que estava em seu início em outros países, mas ainda não tão forte e presente no Brasil como se apresenta na atualidade.

Além disso, aspectos mencionados acima, tanto por Moreira (2019) quanto por Singer (2017), nos levam a refletir sobre como a construção identitária está associada à constituição do Eu, esta que, desde Freud (1914/2010, 1921/2011, 1923/2011), está intrinsecamente relacionada ao outro. Já a partir de Lacan (1949/1998), que buscou na obra freudiana elementos para formular sua teoria, retomamos a discussão sobre a constituição imaginária do Eu, essa também indissociável do Outro¹¹ e teorizada como uma identificação, argumento veementemente apresentado no texto sobre o estádio do espelho e que desenvolvemos durante a seção 2.

Percebemos a dimensão imaginária, de fechamento de sentido no seguinte trecho na narrativa de Julian (2019, p. 115), para quem:

. . . autistas são pessoas sinceras, éticas, falam sem rodeios, não usando artifícios de metáforas ou subtextos e, por conseguinte, também compreendem as falas no sentido literal da palavra. É claro que com o passar do tempo o Asperger aprende o significado das palavras, recebe alguma explicação e então passa a usá-las.

A partir desse trecho, não podemos deixar de notar a imbricação entre as nomenclaturas diagnósticas e uma dimensão moral para compreender quem são “os autistas”. Dizer que autistas são pessoas sinceras e éticas parece ultrapassar, inclusive, os critérios diagnósticos formais presentes nos manuais diagnósticos, levando a uma discussão que aparenta um cunho moral. Nesse contexto, sinceridade e ética parecem ter sido investidas de uma conotação diagnóstica ou, ao contrário, o diagnóstico de autismo parece ter sido investido de uma conotação moral. No limite, dizer que autistas são sinceros e éticos não se trataria de uma essencialização da condição, um fechamento de sentido? E, nessa direção, com base no que pudemos inferir teoricamente até o momento, a construção da identidade

¹¹ Na teoria lacaniana, há diferença entre outro e Outro. O primeiro refere-se ao outro semelhante, encarnado enquanto cuidador, mãe, pai, por exemplo. Já o segundo refere-se ao simbólico, à cultura.

autista e neurodivergente, por conseguinte, pode ser considerada em sua intrínseca relação com a identificação imaginária constitutiva do Eu.

O reconhecimento de si enquanto autista e neurodivergente vincula-se, portanto, a elementos ofertados no campo social para sua viabilização, inclusive da possibilidade construir um lugar para si no campo social que seja, dentre outras coisas, reconhecido por pares. Perez (2018, p. 37), ao introduzir o debate acerca das identificações a partir da teoria lacaniana, afirma:

A identificação é um processo que estabelece a constituição da individualidade e também, ao mesmo tempo, torna possível o amor, o laço social, a vida em comunidade, a política e a cultura. Isto é, a identificação é o processo de constituição do sujeito individual e coletivo e da realidade na qual ele habita. Assim, o sujeito pode ser individual ou coletivo, pode ser um *eu* ou um *nós*. Como já sabemos, desde o ponto de vista da psicanálise freudianolacanianana se trata do primeiro vínculo afetivo com o outro que permite a constituição do *eu*. Nesse sentido, o *outro* pode ser entendido como condição necessária da identificação que possibilita a experiência de se reconhecer como *eu* . . . A identificação implica relação-com e exclusão do outro.

Nessa direção, Julian (2019, p. 110) menciona: “. . .depois do diagnóstico, compreendi que vivemos em um mundo neurotípico feito para neurotípicos e que essas dificuldades não são só minhas”. A compreensão de que existe um “mundo neurotípico” que é distinto de um “mundo neurodivergente” e a oposição entre esses dois “mundos” também é um elemento a ser considerado no debate sobre a construção identitária.

Nesse sentido, em *Psicologia das Massas*. . ., Freud (1921/2011) argumentou acerca da formação de grupos opostos no que se refere à constituição das massas. Dadas as devidas proporções, sem cair em um anacronismo da obra freudiana, é válido pensar a partir de tais elaborações que um grupo se compõe, ao mesmo tempo, a partir da afirmação de uma

similaridade entre os membros e a partir da afirmação de uma diferença entre os que estão fora do grupo. A formação identitária de quem se reconhece como autista e neurodivergente está, portanto, relacionada ao sentimento de coletividade proporcionado pela união daqueles que receberam o diagnóstico de autismo em algum momento de suas vidas e que, por conseguinte, diferenciam-se dos “neurotípicos”, o que estabelece, de certa forma, as díades “eu-tu”, “nós-eles”.

Esse elemento da coletividade, de fazer parte de um grupo, parece ser determinante para a construção da identidade autista e neurodivergente alinhada a uma positivação da experiência de ser autista ou familiar. Conseguimos notar tal cenário nos trechos que mostram as dificuldades existentes para “aceitar” o diagnóstico e a posterior “aceitação” quando do contato com outras pessoas que também receberam o mesmo diagnóstico e que se posicionam frente a ele de uma forma a não o repulsar, ainda que persista um conflito em relação a assumir ou não tal diagnóstico e tal identidade. Singer (2017, p. 49, tradução nossa) compartilha seu relato sobre isso:

. . . E a vida “no espectro” requer palavras que ainda nem existem. Se a fronteira entre eu e o grupo se torna indeterminada, o que acontece com o pronome pessoal? Ao falar sobre a opressão das pessoas no espectro autista, me pego usando os pronomes “eles/nós” para expressar a indeterminação da minha posição “em algum lugar no espectro”. Parece uma apropriação cultural falar por aquelas cujas experiências estão mais longe da norma aceita do que a minha, mas, por outro lado, não estou disposta a abrir mão do reconhecimento por minha própria parte na dor da opressão.

É nítida uma certa hesitação quanto a dizer-se autista e neurodivergente nesse trecho da narrativa de Singer (2017). Tal passagem evidencia uma questão bastante delicada no campo político das discussões sobre o autismo e que normalmente repercute nos debates acirrados entre o ativismo de pais e profissionais e o ativismo protagonizado pelas próprias

peças que receberam o referido diagnóstico, qual seja: os diferentes contextos vivenciados a depender do nível de suporte necessário que pessoas diagnosticadas com autismo possam precisar. Com a descrição do autismo enquanto transtorno espectral, uma interpretação vigente é que, englobado no mesmo diagnóstico, existem múltiplas “expressões” de autismo, o que tem como consequência uma variedade de pessoas muito diferentes entre si, mas que receberam o mesmo diagnóstico e reconhecem-se e/ou são reconhecidas enquanto autistas.

Já Magnani (2019, pp. 87-88) expressa esse conflito referente ao diagnóstico de autismo da seguinte forma:

. . . Nesse período, eu ficava em dúvida entre confirmar a identificação que eu sentia com o Espectro, por um lado, ou, por outro, qualificar como uma espécie de fuga a busca por um diagnóstico sobre o qual nunca ninguém além de mim tinha pensado a respeito. Ou seja: eu tinha dúvida se estava no caminho correto ou no caminho oposto ao correto, que é a fuga. Em alguns momentos parecia que o melhor era deixar essa história de autismo para lá, que servia de desculpa para eu não enfrentar os meus problemas. Em outras, parecia que não ir atrás do diagnóstico era justamente fugir e deixar de enfrentar os problemas.

O professor traz sua opinião de que o autismo entendido enquanto um espectro fornece uma explicação mais robusta para a sua condição e acrescenta:

. . . É precisamente a partir disso que, enquanto autista adulto, consigo me ver mais pragmático em tentar resolver o que realmente é problema ou dificuldade – como hipersensibilidade à luz ou ao calor, por exemplo – me voltar menos para certas interpretações externas e do senso comum sobre o que dizem ou querem dizer certas atitudes minhas, pois agora há um contraponto (Magnani, 2019, pp. 94-95).

Tal contraponto apresentado por Magnani (2019) é justamente o diagnóstico de autismo, que opera enquanto explicação para a forma como se sentia e se sente atualmente.

Se antes a experiência de Magnani (2019, p. 94) era relatada da seguinte forma:

Você não cumprimenta? Você é mal-educado. Você não olha no olho? Você é inseguro ou mentiroso. Você encara demais? Você pode ser esquisito, quem sabe tarado, talvez perigoso. Você fala as coisas muito diretamente? Você só pode ser arrogante ou grosseiro. Você não come isso ou aquilo? Ou não gosta de calor? Ou de luz? Ou de muito barulho? Ou de gente falando alto? Você é fresco. Você demonstra certa instabilidade emocional? Você precisa se tratar. E assim vai. Tudo fica na sua conta e com esse julgamento cruel, inclusive.

Após o diagnóstico do autor, parece ter havido uma ressignificação desses rótulos investidos de uma conotação estigmatizante, que passaram a ganhar uma nova justificativa: o autismo. Myriam Letícia (2019, p. 161), por sua vez, afirma:

. . . na minha experiência, ser autista, por um tempo, significou sofrimento, inadequação, medo e vergonha. Por isso, durante um tempo, não quis aceitar. Hoje, com mais informação e menos preconceito, tenho autoaceitação maior e percebo que ser autista é simplesmente aquilo que me faz ser quem eu sou, do jeito que eu sou.

À revelia desses embates “internos” e “externos”, o diagnóstico tanto surgiu na trajetória dos autores citados quanto passou a ter centralidade em suas narrativas e possibilitou a construção identitária sobre a qual estamos tratando nesta dissertação.

Os processos de identificação, ainda que estejam relacionados à constituição do Eu e do sujeito, têm sua articulação à coletividade, na medida em que, ao falarmos em Movimento pela Neurodiversidade, estamos tratando sobre um movimento social no qual os membros reconhecem-se como autistas e neurodivergentes, como já argumentamos em momentos anteriores. Afinal, no campo social são engendradas as palavras e as imagens com as quais as

pessoas se identificam em busca de um lugar de reconhecimento. Nesse sentido, mais um aspecto que apareceu em algumas narrativas apresentadas merece destaque em nossa discussão, qual seja: a perspectiva de “tentar ser igual a todo mundo”, que surgiu em algumas narrativas referentes a momentos anteriores ao diagnóstico de autismo.

Com base nessa percepção, retomamos a argumentação de que a construção identitária autista e neurodivergente parece ser bastante investida da dimensão imaginária, quando se infere que há um “todo mundo igual” e que aquele sujeito o qual se sente diferente estaria no extremo oposto dessa igualdade preconcebida, fechando um sentido tanto sobre “os outros” quanto sobre “si mesmo”. Assim, surge o questionamento acerca do lugar ofertado para a singularidade nessas narrativas, isto é, haveria espaço para a consideração de que cada sujeito é radicalmente diferente do outro, não obstante as nomenclaturas nosológicas?

À medida que essa questão surge, emergem também indícios de que, sim, parece haver espaço para a singularidade, ainda que este seja muito rapidamente encoberto por uma identidade totalizante, muitas vezes. É possível notar isso quando Sales (2019) menciona que, em sua opinião, o diagnóstico não define quem se é, muito embora a autora utilize o diagnóstico em vários momentos de sua narrativa enquanto explicação para suas vivências e, também, enquanto baliza para seus projetos futuros. Moreira (2019, 184) parece ponderar na mesma direção, ainda que argumente sobre a importância do diagnóstico e da identidade autista e neurodivergente; diz a autora:

Numa sociedade ideal, eu entendo que não precisaríamos de diagnósticos porque haveria respeito (sic.) às várias maneiras de ser e estar no mundo, focando, independentemente da pessoa ser neurotípica ou neurodiversa, nos potenciais que superam qualquer discurso ou teoria de cada ser que habita esse mundo. Mas na realidade em que vivemos hoje, diagnóstico muitas vezes é libertador, traz

autoconhecimento e possibilidades melhores de ser e estar no mundo, *autistando* em paz, dentro de nossa própria identidade.

Já a narrativa de Castro (2019, p. 126) parece, de certa forma, transitar entre o fechamento de sentido e a abertura para a diferença radical. A autora menciona que ser autista é:

. . . ser única, ser díspar! Isto é, uma variável diferente das diferentes . . . Cada neurotípico possui sua singularidade, sendo diferente então, em algum aspecto dos demais. O neurodivergente está fora de toda essa diferença. É um universo diferente dos neurotípicos já diferenciados e, ainda assim, os neurodivergentes não são iguais uns aos outros. Logo o autista é o ser mais diferente com que se possa contar nessa dinâmica. Uma vez que nem dentro do grupamento, autistas podem ser igualados uns aos outros. Isso é incrível.

As percepções de Sales (2019), de Moreira (2019) e de Castro (2019) nos remetem à discussão sobre a identificação simbólica, tal como buscamos desenvolver a partir dos estudos de Lacan, principalmente, a partir de seu Seminário 9 (Lacan, 1961-62/2003). Tal identificação opera no sujeito e indica a falta e, também, a impossibilidade de dizer-se totalmente, em completude, considerando a premissa psicanalítica do sujeito cindido e as diferenças, para fins didáticos, na forma como cada identificação, imaginária e simbólica, atua no sujeito. Tal como argumentamos, a identificação simbólica opera à revelia do Eu e da tentativa de construção de um sentido totalizante.

Contrariamente à ideia totalizante apresentada de que autistas seriam sinceros e éticos, o que, de certa forma, estabelece um padrão sobre “como ser autista”, a identificação simbólica abre para a possibilidade de construção subjetiva para além do diagnóstico, para além das nomenclaturas apresentadas no DSM, por exemplo. O que o sujeito faz com o que ele carrega enquanto marca de sua radical singularidade? Que outras identificações operam

no sujeito para além dessa que coloca em centralidade um diagnóstico de autismo? Tais questionamentos parecem pertinentes no contexto de nossa pesquisa, muito embora percebamos a reiterada menção ao diagnóstico para dizer sobre si, para ressignificar experiências passadas e balizar vivências futuras. E, nesse sentido, consideramos pertinente refletir sobre as possibilidades de ficcionar sobre si e ressignificar a trajetória de vida, aspectos sobre os quais nos deteremos na próxima subseção.

Identidade autista e neurodivergente: ficções do Eu e a possibilidade de ressignificação

Benigno (2016), em sua investigação acerca do Eu, a partir da matriz psicanalítica freudolacaniana, argumenta que a instância do Eu não é suficiente para pensar a subjetividade humana, considerando a premissa da divisão do sujeito. A autora ainda menciona sobre os processos de identificação que acontecem ao longo da vida e que provocam mudanças de posicionamento subjetivo. Benigno (2016, pp. 01-02) nos diz:

. . . Diante de aspectos tão incertos, cambiantes e mutáveis, chegar a responder a pergunta “quem sou?” . . . torna-se ainda mais intrigante e desafiador, pois leva a questionar se essa resposta pode ser a mesma ao longo do tempo, já que parece não haver precisão ou exatidão quanto àquilo que dizemos de nós mesmos.

Com base na hipótese apresentada por Benigno (2016), de que o sujeito constrói uma ficção que dá contornos ao Eu e que tal ficção possibilita construir um lugar para si no campo social, consideramos tal argumentação alinhada às nossas elaborações. O diagnóstico de autismo e a construção identitária vinculada a ele viabilizam o processo de ficcionalização, este que tem um caráter necessário e que, com base nos trechos das narrativas as quais apresentaremos ao longo desta subseção, oportuniza a ressignificação de experiências a partir da dimensão diagnóstica e identitária.

Sales (2019, p. 25), sobre a circunstância em que soube de seu diagnóstico, menciona:

. . . Não esqueci de nada daquele momento. Foi o meu momento, como se eu estivesse nascendo de novo. Foi ali que eu entendi o que é o autismo. Ela [referindo-se à psicóloga] foi pontuando todos os momentos da minha vida que comprovavam que eu tenho um cérebro TEA e tudo foi se encaixando como um passe de mágica. Tudo, simplesmente tudo fazia sentido a partir daquele momento. Os 42 anos de dúvida e sofrimento agora tinham um nome . . . Para mim, o autismo sou eu, é a minha forma de ver a vida, de ver o outro, de ver e sentir o mundo.

A autora ainda acrescenta:

No dia do diagnóstico, um sábado de sol, ainda era de manhã quando cheguei em casa. Tudo estava diferente dentro de mim. Eu me sentia leve e totalmente livre! A sensação que tomava conta de mim, da minha mente e do meu corpo era libertadora. Olhei-me no espelho e disse: muito prazer, eu sou você. Finalmente eu me reconheci naquela imagem que via no espelho – estava conectada a ela. Durante 42 anos nunca houve essa conexão. Nunca soube conduzir meus atos, pensamentos e palavras com a minha verdadeira essência. O vazio que sempre senti durante todos os meus dias finalmente tinham um nome: autismo (Sales, 2019, p. 27).

Alguns aspectos inferidos com base nesses trechos selecionados da narrativa de Sales (2019) são muito relevantes para nossa pesquisa. O primeiro deles é a sensação de leveza e de liberdade após o diagnóstico, o que podemos articular aos nossos argumentos acerca da percepção de que há, de forma recorrente, a menção ao alívio pós-diagnóstico de autismo.

Outro ponto relevante que aparece no livro de Sales (2019) é que a autora, em determinado momento de sua vida, também menciona que recebeu os diagnósticos de Transtorno de Personalidade Histriônica e de Depressão, por exemplo, mas não os associa ao alívio e à sensação de liberdade decorrentes do diagnóstico de autismo nem faz referência à percepção de que esses outros diagnósticos diriam sobre quem ela *seria*. Pelo contrário, em

alguns momentos, os posiciona de forma antagônica e não “complementar”, tal como nesse trecho em que fala sobre seus conflitos enquanto “autista e histriônica”: “. . . Como autista, eu só queria paz e sossego, mas como histriônica eu queria ser o centro das atenções. Realmente complicado e eu simplesmente não sabia lidar com isso” (Sales, 2019, p. 16).

Em outra passagem de seu livro, Sales (2019, p. 28) comenta:

Eu fiquei quase vinte anos sendo tratada como depressiva ou ansiosa, mas na verdade esses eram os “sintomas”, as comorbidades do autismo. Durante todos esses anos fui acompanhada por inúmeros profissionais, psiquiatras, neurologistas e psicólogos e ninguém me diagnosticou corretamente como a Ana [referindo-se à psicóloga].

De algum modo, o diagnóstico de autismo parece estar sobreposto a todos os outros diagnósticos que a autora fez referência ao longo de sua escrita, de modo que eles passam a ser considerados por ela como sintomas do autismo ou, no caso do Transtorno de Personalidade Histriônica, como antagonista do “diagnóstico principal” de TEA.

Outro elemento merecedor de realce na narrativa de Sales (2019) é a resignificação que faz de sua história ao dizer que, depois de 42 anos, todas as suas dúvidas e seu sofrimento receberam um nome: “autismo”. O relato de Sales (2019) evidencia que foi possível um reposicionamento frente ao seu percurso de vida após o diagnóstico. Com o “oferecimento” desse novo significante, a autora (Sales, 2019) pôde construir uma nova ficção sobre seu Eu e acerca da sua história. Essas circunstâncias não deixam de chamar a atenção para a forte incidência das nomenclaturas nosológicas no campo social, na esteira do que argumentam Vidal e Ortega (2019), e Abreu (2017).

Ademais, ao narrar sobre a descoberta de sua “verdadeira essência”, a partir do diagnóstico de TEA (Sales, 2019), reiteramos nossos questionamentos acerca da essencialização do que seria o autismo e de quem seriam “os autistas”, o que parece se tratar de um emaranhado entre a dimensão diagnóstica e a dimensão moral. Vamos além: a

possibilidade de construção identitária autista e neurodivergente, ancorada na perspectiva da neurodiversidade, parece ter a ver com a assunção de um lugar, de uma morada para *quem se é*, um *ethos*.

A autora ainda é mais contundente em dado momento de sua escrita:

. . . O que acontece na maioria das vezes com o autista é que estamos o tempo todo tentando nos encaixar e muitas vezes copiamos comportamentos e pensamentos alheios por não entendermos qual é a nossa verdadeira identidade. É comum sairmos machucados disso tudo, pois fazemos e dizemos coisas que não fazem parte da nossa essência (Sales, 2019, p. 39).

Identidade, nesse trecho, imbrica-se com essência que, por sua vez, está diretamente relacionada a uma determinada compreensão do que seria o autismo a partir das hipóteses cerebrais. O que está implicado quando se diz que o diagnóstico de TEA possibilitou o acesso a uma “verdadeira essência”? Ao que parece, tal diagnóstico fornece um tipo de aval para que o sujeito tenha possibilidade de explorar outras formas de se colocar nas relações e de se apresentar no campo social, “sou autista e neurodivergente, essa é a minha verdadeira essência”, evidenciando a prevalência da dimensão imaginária nesse contexto e a função do diagnóstico enquanto suporte identitário.

O registro Imaginário, como buscamos desenvolver a partir de *O Estádio do Espelho*. . . (Lacan, 1949/1998; 1953-54/2003) é intrínseco à constituição do Eu, essa fundamentada na dimensão especular. Ainda com base na narrativa de Sales (2019), é muito interessante o modo como a autora descreve a cena em que se olha no espelho e apresenta-se para si mesma: “. . . muito prazer, eu sou você. Finalmente me reconheci naquela imagem que via no espelho – estava conectada com ela”, referindo-se ao reconhecimento de *ser autista*.

A possibilidade de conectar-se com a sua própria imagem no espelho depois do recebimento do diagnóstico de autismo aponta para a dimensão imagética que incide nesse

contexto. De forma literal ou não, apresentar-se para si mesma como quem se olha no espelho e, pela primeira vez, se reconhece enquanto “Eu” demonstra que o diagnóstico de autismo opera enquanto uma nova ancoragem subjetiva para Sales (2019), que passa a “assumir” tal diagnóstico enquanto uma convicção sobre quem ela é.

Com base no estágio do espelho, entendemos que Lacan (1949/1998) argumenta acerca da constituição do Eu no bebê humano, momento em que se funda a noção de unidade corporal e que permite a diferenciação entre Eu e o outro. Na cena narrada por Sales (2019), é justificado afirmar que já se deu a formação primária do Eu, associada ao estágio do espelho. Nesse sentido, coloca-se a possibilidade de haver uma reedição do Eu, associada ao diagnóstico de autismo e à construção identitária ancorada nesse diagnóstico.

Assim, argumentamos que parece haver a construção de uma nova *imago* para si a partir de novas balizas, que estariam vinculadas tanto à incidência do Movimento pela Neurodiversidade quanto às suas premissas circulantes no campo social sobre o que seria o autismo. Inclusive, o relato de Sales (2019, p. 25) remete a um (re)nascimento após o diagnóstico de autismo, “. . .foi o meu momento, como se eu estivesse nascendo de novo”. No entanto, apesar do cunho “libertador”, tais circunstâncias são associadas a sofrimento também; diz a autora (Sales, 2019, p. 53): “. . . o processo é forte, intenso e machuca, mas no final você se olha no espelho e entende tudo”.

Mas não apenas a narrativa de Sales (2019) faz menção a uma reedição do Eu e à possibilidade de ressignificação do vivido, tal como estamos argumentando. Moreira (2019, p. 169), nos diz:

Explicaram [referindo-se aos resultados dos testes neuropsicológicos realizados durante o processo diagnóstico] o sentimento de não-pertencimento, de se sentir estrangeira dentro do próprio país, de ter dificuldade de ficar no meio de muitas pessoas; a dificuldade de fazer coisas aparentemente simples como dirigir, cozinhar

ou fazer compras; a dificuldade com a atenção seletiva que quase me deixa extremamente estressada e confusa frente a lugares com muitos estímulos e barulhos. Explicaram também sobre o outro, sobre um mundo neurotípico a que eu não me atentava e que gerava desconforto e muitas risadas sempre que eu falava, devido à minha hipersinceridade. O diagnóstico me fez perceber como eu percebia, sentia e atuava no mundo e que era uma maneira bem peculiar. Assim pude olhar para o outro e entender cognitivamente como percebe, sente e atua no mundo e principalmente, que havia abismos na comunicação, principalmente na comunicação social.

A autora prossegue seu relato, agora, em menção a relação com sua mãe, que também recebeu o diagnóstico de autismo, e diz:

Perceber as dificuldades da minha mãe, que são ainda maiores que as minhas, me ajudou a ressignificar minha história com ela e a entender que o que eu também um dia li como falta de afeto era na verdade uma condição que a fazia manifestar seu amor de outras maneiras, como por meio de cuidado e rotina. Isso me fez ser mais amena na cobrança e me ajudou, sobretudo a entendê-la e a entender nossa relação (Moreira, 2019, pp. 175-176).

O relato de que houve significativas mudanças nas relações com as pessoas, sobretudo, familiares e amigos, é um elemento recorrente nas narrativas selecionadas. Tal cenário também é nítido no seguinte trecho da narrativa de Castro (2019, pp.124-125):

. . . ser deficiente apresentou outro cenário a eles, tendo em vista que tentavam frequentemente me enquadrar em algo esperado. Hoje, esse ato quase compulsório, já não pode ser feito contra mim; é como se eu tivesse jogado na mesa uma carta ‘branca’ com a inscrição ‘aqui não dá para vocês fazerem isso’. No geral, acabam por se dirigirem a mim com cautela ou com precauções, sabendo que certas negligências,

exigências com relação ao meu desenvolvimento psíquico e orgânico não serão mais aceitas e toleradas por mim.

Já Magnani (2019, p. 94) explicita as diferenças após o diagnóstico de autismo e comenta sobre a possibilidade de:

. . . Colocar certas coisas nos devidos lugares. Pelo menos para mim, já que não temos controle sobre os outros. No meu caso, digo isso no sentido de saber que existem outras interpretações para acontecimentos, reações, situações, impedimentos que vivi e que foram, na maioria das vezes, colocados em um plano de julgamento moral.

O professor ainda comenta sobre uma melhora em seu relacionamento conjugal, situação sobre a qual reflete: “. . . De um jeito muito interessante, percebo hoje que parte desses conflitos [referindo-se a conflitos com a esposa] – não todos, claro, derivam dos próprios desafios de comunicação entre um autista e um não autista. Mas só hoje consigo ver isso” (Magnani, 2019, p. 98).

Judy Singer (2017), em seu relato, articula diretamente a incidência do, à época, inicial movimento de pessoas diagnosticadas com síndrome de Asperger – o qual viria a se desenvolver como Movimento pela Neurodiversidade – ao que, aqui, estamos argumentando enquanto possibilidade de ficcionalizar sobre o Eu, sobre *quem se é*. A autora menciona que o: “movimento nascente tem o potencial de iluminar nossa compreensão de nossos ‘eus’ e nosso lugar no mundo social, talvez até acrescentando diferença neurológica às categorias analíticas de classe/deficiência/etnia/gênero” (Singer, 2017, p. 29, tradução nossa).

A partir dos relatos selecionados para a composição desta subseção, pudemos articular teoricamente acerca de como a ficcionalização sobre o Eu, sobre quem se é, está diretamente associada ao que tentamos desenvolver como bases conceituais para pensar a construção identitária. De fato, não podemos confundir os processos de identificação oriundos da teoria psicanalítica com a identidade; no entanto, como buscamos fazer ao longo da dissertação,

encontramos aspectos teóricos que dialogam e contribuem para o pensamento teórico-crítico de tal cenário contemporâneo.

A construção identitária autista e neurodivergente parece ter como fundamento a possibilidade de uma reedição do Eu, que ocorre a partir de um processo de ficcionalização. A formação primária do Eu, como vimos em Lacan (1949/1998), acontece durante o estágio do espelho. Contudo, isso não significa que não podemos pensar em reedições do Eu a partir dos processos de identificação que acontecem ao longo da vida. Precisamente no caso da identidade autista e neurodivergente, chama a atenção o fato de que o diagnóstico passa operar, muitas vezes, de forma totalizante. Se em um momento, o diagnóstico pôde ser pensado enquanto abertura para possibilidades de tratamento, podemos argumentar que ele tem funcionado também enquanto fechamento de sentido. Embora a construção de sentido seja necessária e reconheçamos a imprescindibilidade dela na constituição do Eu, notamos que o fechamento de sentido sobre quem se é, o aspecto totalizante dessa circunstância, pode acarretar impasses subjetivos.

Com tudo isso, reiteramos nosso posicionamento de não deslegitimar os diagnósticos nem as narrativas que apresentamos até o momento. Os trechos que selecionamos aqui são derivados de trajetórias marcadas pela notícia diagnóstica e pela convocação a fazer algo com essa informação. Sabemos que, em alguns casos, a notícia de um diagnóstico de autismo pode gerar sofrimento e angústia, e não uma sensação de liberdade e leveza tal como vimos em algumas passagens dos livros. Esse cenário requer sensibilidade por parte de pesquisadores e de pesquisadoras quando se deparam com tais querelas inerentes às discussões sobre autismo.

Ademais, é de suma importância mencionar os desdobramentos políticos da posituação do diagnóstico de autismo e da construção identitária sobre a qual tratamos neste trabalho. Em algumas narrativas, percebemos que o diagnóstico foi bastante mobilizador e

que proporcionou a criação de redes de apoio, por exemplo. E, sobre isso, consideramos pertinente apresentarmos algumas considerações.

A partir das narrativas em primeira pessoa, podemos identificar como derivações do pós-diagnóstico: a reconfiguração de algumas relações, a implicação com projetos sociais e com a perspectiva da neurodiversidade, e a própria disponibilidade para narrar sobre suas vidas e publicar em livros.

Quando Moreira (2019, p. 170) comenta sobre sua aproximação ao Movimento pela Neurodiversidade, após o diagnóstico, percebemos que a autora encontrou novos direcionamentos ao que, antes, era vivenciado enquanto sofrimento, a partir dos rótulos mencionados por ela, tais como “sem noção”, “trouxa” e “insensível”. Mas não apenas ela; de modo mais teórico, Myriam Letícia (2019, p. 160) afirma:

. . . eu compartilho do paradigma da neurodiversidade como definição de ser autista. Concebo o autismo como uma forma de ser, de se comunicar, de se expressar e de interagir, concebida geneticamente e neurologicamente, variando em intensidades diferentes dentro de um grande espectro de possibilidades. É uma neurodiversidade, ou seja, um funcionamento cerebral diferente do que a sociedade estipulou como sendo ‘normal’. Devido a essa normatividade das majorias (falando aqui de poder e representatividade social), a neurodiversidade acaba sendo acompanhada de muito sofrimento mental para a pessoa autista, que não se sente acolhida nem compreendida na sociedade, mesmo que inconscientemente (em casos que nem se sabe do próprio autismo, por exemplo). E esse sofrimento gera grande parte das características consideradas ‘prejudiciais’ e ‘negativas’ no comportamento autista.

O relato de Moreira (2019) evidencia, entre outros elementos, algo que já atentamos ao longo deste capítulo: o sofrimento que também pode estar vinculado ao diagnóstico de autismo. Ainda que a perspectiva da neurodiversidade preconize uma posituação do TEA e a

construção identitária como base para ancorar o movimento social, não seria factível conceber que o processo diagnóstico e suas reverberações estão isentos de angústia. No entanto, os direcionamentos para essa angústia podem ser os mais diversos, dentre os quais está a criação de projetos destinados ao apoio a pessoas que também receberam o mesmo diagnóstico.

Nessa direção, Sales (2019) descreve com muitos detalhes a criação do “Projeto Vida de Autista”, que se deu em momento posterior ao recebimento do diagnóstico de TEA. Entendido como uma *missão*, esse projeto foi criado por Sales (2019) para ajudar pessoas que também receberam o mesmo diagnóstico. Diz ela: “. . . minha história poderia sim ajudar milhares de pessoas que como eu sofriam sem saber *quem realmente eram* [ênfase adicionada]. E foi assim que decidi criar o Projeto Vida de Autista” (Sales, 2019, p. 32).

É notável que a criação de um projeto destinado a auxiliar pessoas que receberam o diagnóstico de autismo tem uma dimensão considerável na trajetória de Sales (2019), tal como a própria autora demonstra. Singer (2017) também narra sobre a sua aproximação com comunidades cujo tema que as unia era o autismo; podemos dizer que a aproximação à perspectiva da neurodiversidade dialoga fortemente com as alternativas posteriores ao diagnóstico de autismo, tal como estamos percebendo nas narrativas. A socióloga menciona:

. . . agora podemos habitar plenamente nosso status de minoria neurológica e desenvolver nossos próprios processos. Olhando para as comunidades animadas de “neurodivergentes” autodeclarados surgindo via mídia social e o grande volume de suas publicações, fica claro que isso já está acontecendo (Singer, 2017, p. 16, tradução nossa).

Mas não apenas a criação de projetos e a aproximação com movimentos sociais são possíveis desdobramentos perceptíveis nos relatos selecionados. É nítido nas narrativas que, com base no diagnóstico, houve mudanças consideráveis no posicionamento de cada autor

frente a questões as quais, anteriormente, eram encaradas de outra forma; a mudança aconteceu, portanto, após o “aval” que o diagnóstico de TEA parece oferecer a essas pessoas.

Julian (2019) menciona que, quando soube do diagnóstico, começou a se relacionar melhor com a família e com outras pessoas, porque passou a se aceitar e se respeitar. Nas narrativas, é recorrente a menção ao respeito quanto a determinadas características dos autores, aspectos esses vivenciados com angústia antes do diagnóstico. Sales (2019, p. 28) acrescenta em seu relato: “. . . mas hoje sabendo como meu cérebro funciona, evito situações que me causariam ansiedade sempre que possível”. E complementa acerca das mudanças que ela atribui ao momento após o diagnóstico de autismo:

. . . antes do diagnóstico, a cada novo resultado de exames de rotina minha saúde só piorava. Após o diagnóstico e o início da mudança do padrão mental, meus exames melhoraram muito! Ainda tenho um longo caminho pela frente, meus pensamentos muitas vezes ainda são negativos e ainda fico tensa e ansiosa às vezes, mas estou na luta pela mudança (Sales, 2019, p. 48).

Além disso, também há um indicativo de que um “novo ciclo” será iniciado; diz Magnani (2019, p. 99): “. . . é quase um início, um novo início, o início de um novo ciclo”. E, é na mesma direção que Sales (2019) comentou sobre a sensação de “renascimento” após o diagnóstico.

Apresentados todos esses trechos derivados das narrativas, é oportuno demarcar que nem todas as pessoas vivenciam o “pós-diagnóstico” da mesma maneira. Contudo, a partir das narrativas selecionadas, percebemos alguns pontos de similaridade quanto as perspectivas futuras de cada um dos autores e de como, nesse contexto, a construção identitária autista e neurodivergente oferece balizas para que as trajetórias de cada um sejam pensadas e projetadas no futuro, futuro esse que se delineia ancorado em tal identidade.

Portanto, o que pretendemos demonstrar ao longo de toda esta seção refere-se às possibilidades de articulações entre as narrativas em primeira pessoa, essas fundamentais na construção de um sentido para a trajetória de cada autor, e nossas elaborações teóricas oriundas da psicanálise de matriz freudolaciana. Consideramos que construímos um percurso alinhado à perspectiva teórica pretendida e almejamos contribuir com os estudos acerca da construção identitária, sobretudo ao que se refere à identidade autista e neurodivergente.

Considerações Finais

Esta dissertação percorreu um tema emergente e que se articula às discussões contemporâneas no campo de estudos sobre o autismo. Para isso, apostou-se em potenciais contribuições da psicanálise em seu uso enquanto teoria crítica para leitura de fenômenos sociais e considerou-se indispensável uma escolha interdisciplinar frente ao problema de pesquisa apresentado.

Em um primeiro momento, fizemos uma retomada histórica acerca de como o autismo foi entendido ao longo das últimas décadas, desde a descrição clínica de Leo Kanner, esta que, apesar de ser fortemente criticada hoje, ainda demarca um momento importante na historicização do autismo. Como buscamos demonstrar, a assunção de uma identidade autista e neurodivergente, tal como observamos hoje, não se deu desde os primórdios das definições de autismo. Muito aconteceu nos campos social, político e científico até que pudéssemos delinear essa construção identitária, tal como articulado ao longo da seção 1.

Em um segundo momento, a partir da consideração de que há, no contemporâneo, o fortalecimento da identidade autista e neurodivergente, buscamos, desde a obra de Freud (1912-1913/2012, 1914/2010, 1921/2011) e percorrendo pela obra de Lacan (1949/1998, 1954/2009, 1961-62/2003) e de comentadores, construir um percurso teórico que subsidiasse uma compreensão possível acerca de como se dá tal construção identitária a partir da teoria psicanalítica. Considerando que identidade não é um conceito próprio ao campo, lançamos mão do conceito de identificação e do estudo acerca da formação do Eu, fundamentais em nossa trajetória de pesquisa.

Já na terceira seção, apresentamos os referenciais a partir dos quais estávamos nos embasando para compreender os pilares de uma narrativa e descrevemos de forma mais robusta como se deu o processo metodológico utilizado para a análise das narrativas em

primeira pessoa. Posteriormente, passamos à articulação teórica entre o que produzimos ao decorrer das duas primeiras seções e os excertos dos livros selecionados.

Diante de todo o exposto até aqui, reconhecemos também que esta pesquisa apresenta alguns limites, estes inerentes a quaisquer trabalhos acadêmicos; conseguimos apontar alguns mais relevantes. O primeiro refere-se ao fato de que, ao tratarmos de narrativas em primeira pessoa, no caso da pesquisa, disponíveis em livros publicados, sabemos que existiram limitações ao acesso às impressões de cada autor e de cada autora, tendo em vista que, em geral, livros passam por edições, recortes e interferências na redação até que sejam publicados. Esse cenário nos coloca em atenção quanto às possíveis inferências do que foi escrito e, conseqüentemente, às articulações teóricas que pudemos fazer sem incorrer em interpretações equivocadas e selvagens, tal como Freud (1910/2013) há muito nos alertou.

O segundo limite refere-se aos percalços metodológicos enfrentados até que se chegasse a uma decisão rigorosa, exequível e adequada à proposta de pesquisa. Essa situação foi bastante desafiadora e, sem dúvidas, nos apontou limites os quais tentamos transpor ao decidirmos tratar os excertos dos livros como narrativas em primeira pessoa, atentando à construção de sentido a partir dos relatos selecionados.

Consideramos que esta dissertação apresentou uma possibilidade de compreensão do fenômeno apresentado; outras pesquisas, portanto, podem ser construídas a partir do que sinalizamos ao longo deste trabalho. Cientes disso, indicamos alguns caminhos possíveis para estudos futuros na intenção de que outras articulações possam ser feitas, a saber: a) considerar a perspectiva interseccional em diálogo com a teoria psicanalítica para o estudo da construção identitária autista e neurodivergente; b) ouvir, através de entrevistas, por exemplo, pessoas que receberam o diagnóstico de autismo e que se reconhecem enquanto autistas e neurodivergentes; c) aprofundar o estudo sobre a teoria lacaniana acerca das identificações a fim de suscitar novas articulações teóricas referentes à identidade autista e neurodivergente a

partir da psicanálise lacaniana. Diante disso, entendemos que esta dissertação, dentro de seus limites, pode fomentar novas possíveis pesquisas e contribuir para o avanço da teoria psicanalítica.

Referências

- Abreu, D. N. (2017). Psicopatologia e soluções identitárias: efeito das reconfigurações do imaginário na contemporaneidade. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 12(24), 113-122. http://www.isepol.com/asephallus/numero_24/pdf/10-psicopatologia_e_solucoes_identitarias.pdf.
- Abreu, D. N. (2021). Clínica, psicopatologia e laço social hoje. *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 16(32), 148-165. http://www.isepol.com/asephallus/numero_32/pdf/10%20-%20Douglas%20Abreu.pdf.
- Abreu, T. (2022). *O que é neurodiversidade?* Cânone Editorial. E-book.
- Adriano, L., Lugon, R., & Aydos, V. (2021). Autismo, deficiência e neurodiversidade: provocações para pensar um conceito disputado e seus efeitos em pesquisa no/a partir do sul global. *Anais do 45º Encontro Anual da ANPOCS*. Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais. https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=3654.
- Almeida, M. L., & Neves, A. S. (2020). A popularização diagnóstica do autismo: uma falsa epidemia? *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, 1-12. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/WY8Zj3BbWsqJCz6GvqGFbCR/?format=pdf&lang=pt>.
- Almeida, S. L. de. Prefácio da edição brasileira. In Haider, A. *Armadilhas da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. (pp. 6-17). Editora Veneta. E-book.
- American Psychiatric Association. (2014). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5* [Recurso eletrônico]. (5a ed.; M. I. C. Nascimento, Trad.). Artmed.

- Asperger, H. (2015). Os “psicopatas autistas” na idade infantil. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 18(4), 704-727.
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233043246008>
- Barroso, A. D., Silva, T. R., Viana, B. A., & Furtado, L. A. R. (2022) O projeto Água de Chocalho. In Furtado, L. A. R. (Org.). *O sujeito na entrada da estação: Estudos sobre o Caso Dick, a clínica psicanalítica e o autismo*. (pp. 226-250). Larvatus Prodeo Editora.
- Barroso, S. F. (2019). O autismo para a psicanálise: da concepção clássica à contemporânea. *Psicologia em Revista*, 25(3), 1231-1247. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v25n3/v25n3a18.pdf>.
- Benigno, L. de F. (2016). *Sobre o eu em psicanálise: a tecedura de uma ficção*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.
https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_46443114d9693c8c9885a29d3e048f1f.
- Caitité, A. M. L. (2017). *O autismo como diversidade: ontologias trazidas à existência no ativismo político, em práticas da psicologia e em relatos em primeira pessoa*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal Fluminense]. http://slab.uff.br/wp-content/uploads/sites/101/2021/06/2017_t_Amanda.pdf.
- Castellani, M. M. X. (2019). *Uma escrita psicanalítica da experiência do diagnóstico médico e seus tempos subjetivos: revelação, identificação e nomeação*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP.
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-24092020-200814/publico/castellani_do.pdf.
- Castilho, P. T. (2009). A palavra através do espelho. *Estilos da clínica*, 14(26), 174-191.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v14n26/11.pdf>.

- Castro, P. N. (2019). Uma variável diferente das diferentes. In Silva, S. S. (Org.). *Camaleônicos: a vida de adultos autistas*. (pp. 116-138). Manduruvá Edições Especiais.
- Chimura, W. (2020). Autismo e ativismo pela Internet: um relato de experiência do canal “William Chimura”. *Boletim do Instituto Saúde*, 21(1), 129-139.
<https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/36736>.
- Cunha, E. L. (2005). *Indivíduo singular plural — uma crítica psicanalítica das identidades*. [Tese de Doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/4722/1/Eduardo%20Leal%20Cunha-tese.pdf>.
- Cunha, E. L. (2009). *Indivíduo singular plural — a identidade em questão*. 7Letras.
- Cunha, A. C. M., Luzio, C. A., & Cruz, S. G. F de P. (2014). A arqueogenealogia como ferramenta de pesquisa no campo da Atenção Psicossocial. *R. Ci. Hum*, 48(2), 186-203. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2014v48n2p186/2853>
- Da Silva, D. P. (2018). Lógica identitária e economia capitalista. In Perez, D. O., Starnino, A. A. G. *Por que nos identificamos?* (pp. 69-81). Editora CRV.
- D'argod, M. R de L., Binkowski, G. I., & Chittoni, F. B. (2006). Classes interativas e identificação em psicopatologia. *Latin-American Journal of Fundamental Psychopathology on Line*, 6(1), 116-130.
<https://www.ufrgs.br/psicopatologia/classesinterativas.pdf>.
- Dias, S. (2017). O que o Asperger ensina sobre a insondável decisão do ser. In Escola da Letra Freudiana (Org.). *Autismo*. (pp. 383-408). 7Letras.

- Dunker, C. (2021). Epílogo – Crítica da razão diagnóstica: por uma psicopatologia não-toda. In Safatle, V., Silva Junior, N. da., & Dunker, C. (Orgs). *Psicopatologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico*. (pp. 317-351). Autêntica.
- Evangelho, V. G. O., Costa, F. da M. R., Castro, H. C., Bello, M. L., & Amorim, M. R. (2021). Autismo no Brasil: uma revisão sobre estudos em neurogenética. *Revista Neurociências*, 29, 1-20.
<https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/12440/8980>.
- Faustino, D. D., Falek, J. (2014). A originalidade e a origem do estágio do espelho em Lacan. *Estilos clin.* 19(3), 465-481. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v19n3/a06v19n3.pdf>.
- Foucault, M. (2008). *Arqueologia do Saber*. Forense Universitária.
- Fingermann, D. T. (2018). Prefácio. In Nominè, B. (2018). *Sobre identidade e identificações – Conferências (2014-2015)* (pp. 9-15). Blucher.
- Freud, S. (1992). Alocución ante los miembros de la Sociedad B'nai B'rith. In Freud, S. *Obras Completas Sigmund Freud*. Amorrortu Editores. (Trabalho original publicado em 1941[1926]).
- Freud, S. (2010). *Obras Completas, volume 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*. (P. C. de Souza Trad). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914-1916).
- Freud, S. (2010). O inconsciente. In Freud, S. *Obras Completas, volume 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*. (pp. 99-138) (P. C. de Souza Trad). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (2010). O mal-estar na civilização. In Freud, S. *Obras Completas, volume 18: O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos*. (pp.13-122). (P. C de Souza Trad). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930).

- Freud, S. (2011) *Psicologia das massas e análise do eu*. In Freud, S. *Obras Completas, volume 15: psicologia das massas e análise do eu e outros textos*. (pp. 13-113). (P. C. de Souza Trad). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (2011). *O Eu e o Id*. In Freud, S. *Obras Completas, volume 16: o Eu e o Id, “autobiografia” e outros textos*. (pp. 13-74). (P. C de Souza Trad). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923).
- Freud, S. (2012). *Totem e Tabu*. In Freud, S. *Obras Completas, volume 11: totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos*. (pp. 13-155) (P. C. de Souza Trad). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1912/1913).
- Freud, S. (2013). *Sobre psicanálise “selvagem”*. In Freud, S. *Obras Completas, volume 9: observações sobre um caso de neurose obsessiva [“o homem dos ratos”], uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos*. (pp. 250-258). (P. C. de Souza Trad). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1910).
- Freud, S. (2014). *A fixação no trauma, o Inconsciente*. In Freud, S. *Obras Completas, volume 13: conferências introdutórias à psicanálise*. (pp. 297-310). (S. Tellaroli Trad). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1917).
- Freud, S. (2015). *O romance familiar dos neuróticos*. In Freud, S. *Obras Completas, volume 8: o delírio e os sonhos na gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos*. (pp. 294-298). (P. C. de Souza Trad). Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1909).
- Furtado, L. A. R., (2011). *Sua majestade o autista: fascínio, intolerância e exclusão no mundo contemporâneo*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Ceará].
Repositório Institucional UFC. <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/22755>

- Furtado, L. A. R. (2012). “Cede-se com as palavras para logo ceder com as coisas”:
observações freudianas sobre alguns mal-entendidos em torno do autismo. *A peste*.
4(1), 65-75. <https://revistas.pucsp.br/a peste/article/view/22109/16218>
- Garcia, A. (2017). O autismo segundo Leo Kanner. In Revista Escola Letra Freudiana (Org.).
Autismo. (pp.17-22). 7Letras.
- Giacomoni, M. P., & Vargas, A. Z. (2010). Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação
Discursiva. *Revista de Estudos Linguísticos*. 14(2), 119-129.
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/veredas/article/view/25129>
- Gomes, A. A. (2018). Conceito de identidade e a identidade profissional docente. *Colloquium
Humanarum*. 15(3), 42-53. <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/2481>
- Haider, A. (2019). *Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje*. Editora Veneta.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A Editora.
- Henriques, R. da S. P. Classificação psiquiátrica: tensionamento atual entre realismo e
nominalismo. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 31(3), 1-18.
<https://www.scielo.br/j/physis/a/P6GF9RJxg5dCdBSsCVTbft/>.
- Hickel, N., & Mörschbacher, J. S. (2022). Deslizamentos nos modos de exclusão e a
emergência do capacitismo. *Revista Espaço Pedagógico*, 29(1), 15-42.
<http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/13442>
- Julian, G. P. (2019). Eu entendo a sua angústia. In Silva, S. S. (Org.). *Camaleônicos: a vida
de adultos autistas*. (pp. 105-116). Manduruvá Edições Especiais.
- Junior Sadzinski, A., Wayszceyk, S., & Wou, A. S. (2022). Neurodiversidade: levantamento
das produções nacionais. *Revista Humanitaris*, 2(2), 156-166.
<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/revistahumanitaris/article/view/429>

- Klein, T., & Lima, R. C. (2020). Mais além dos transtornos do neurodesenvolvimento: desdobramentos para a infância e a educação. *Movimento – Revista de Educação*, 7(15), 106-132. <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/42885/27754>
- Knudsen, P. P. P. da S. (2022, 13 de setembro). A identidade em Freud elucida as armadilhas do identitarismo? *1º Seminário Mal-Estar Colonial*. [Vídeo]. Youtube @Psilacs. <https://www.youtube.com/watch?v=1VRWut7pM1Q&t=1928s>.
- Lacan, J. (1998). O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In Lacan, J. *Escritos*. (pp. 96-103). Zahar (Trabalho original publicado em 1949).
- Lacan, J. (2003). A tópica do imaginário. In Lacan, J. *O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud (1953-1954)*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1954).
- Lacan, J. (2003). A identificação. *Seminário 1961-1962*. Centro de Estudos Freudianos do Recife. [Recurso eletrônico].
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm
- Lima, J. C. de S., Lima, R. G. de S., & Disitzer, S. (2017) Autismo, psicanálise, neurociências. In Revista Escola Letra Freudiana (Org.). *Autismo*. (pp. 369-382). 7Letras.
- Lima, R. C. (2014). A construção histórica do autismo (1943-1983). *Ci. Huma. e Soc. em Rev.*, 36(1), 15-129. https://www.researchgate.net/publication/348169211_A_construcao_historica_do_autismo_1943-1983_The_historical_construction_of_autism_1943-1983.

- Lo Bianco, A. C., Costa-Moura, F., & Solberg, M. C. (2010). A psicanálise e as narrativas modernas – a transmissão em questão. *Psic. Clin.*, 22(2), 17-25.
<https://www.scielo.br/j/pc/a/zHtqSt9dhBwpxp8QdvgQrCP/?lang=pt>.
- Lopes, B. A. (2020). Autismo, narrativas maternas e ativismo dos anos 1970 a 2008. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, 26(3), 511-526.
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/HsffYBhHfB8SrnfgrV9ZScD/?format=pdf&lang=pt>.
- Magalhães, L. C. O., Araújo, A. R. de., & Nunes, H. R. (2022). A função materna e o autismo: algumas considerações a partir da psicanálise. *Id on Line Rev.*, 16(63), 235-249. <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3585/5619>.
- Magnani, L. H. (2019). Enquanto houver desconhecimento, haverá sofrimento. In Silva, S. S. (Org.). *Camaleônicos: a vida de adultos autistas*. (pp. 84-105). Manduruvá Edições Especiais.
- Ministério da Saúde (2015). *Linha de Cuidado para a Atenção às Pessoas com Transtornos do Espectro do Autismo e suas Famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde*. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática.
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf.
- Moraes, A. V. P. M., Bialer, M. M., & Lerner, R. (2021). Clínica e pesquisa do autismo: Olhar ético para o sofrimento da família. *Psicologia em Estudo*, 26, 1-13.
<https://www.scielo.br/j/pe/a/QLHxBsqqcRpn8B3M4qJMsGP/?format=pdf&lang=pt>
- Moreira, F. C. dos S. (2019). A inclusão é o espaço das diferenças. In Silva, S. S. (Org.). *Camaleônicos: a vida de adultos autistas*. (pp. 163-184). Manduruvá Edições Especiais.

- Nadesan, M. H. (2005). *Constructing autism: unravelling the “truth” and understanding the social*. Routledge: Taylor & Francis Group.
- Nascimento, Y. V. S. do., Rodrigues, M. F. do N., Bezerra, A. L. G. & Furtado, L. A. R. (2022). O caso Dick e a psiquiatria contemporânea. In Furtado, L. A. R. (Org.). *O sujeito na entrada da estação: Estudos sobre o Caso Dick, a clínica psicanalítica e o autismo*. (pp. 98-148). Larvatus Prodeo Editora.
- Nominè, B. (2018). *Sobre identidade e identificações – Conferências (2014-2015)*. Blucher.
- Oliveira, B. D. C. de., Feldman, C., Couto, M. C. V., & Lima, R. C., (2017). Políticas para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 27(3), 707-726.
<https://www.scielo.br/j/physis/a/BnZ6sVKbWM8j55qnQWskNmd/?format=pdf&langt>.
- Ortega, F. (2008). O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. *Mana*, 14(2), 477-509.
<https://www.scielo.br/j/mana/a/TYX864xpHchch6CmX3CpxSG/?format=pdf&lang=p>.
- Ortega, F. (2009). Deficiência, autismo e neurodiversidade. *Ciência & Saúde Coletiva*. 14(1), 67-77. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100012>
- Ortega, F.; Zorzanelli, R.; Meierhoffer, L. K.; Rosário, C. A.; Almeida, C. A.; Andrada, B. F. C. C.; Chagas, B. S.; Feldman, C. (2013). A construção do diagnóstico de autismo em uma rede social virtual brasileira. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.*, 17(44), 119-32.
<https://www.scielo.br/j/icse/a/kYR5qND8NVsJ8JktBtVCK7n>.
- Perez, D. O. (2018). Identificação individual e coletiva. In Perez, D. O., Starnino, A. A. G. (Org.). *Por que nos identificamos?* (pp. 11-51). Editora CRV.

- Ravasio, M. H. (2016). Alteridade e psicanálise: as modalidades do outro em Lacan. *Barbarói*, 46, 153-165.
<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/8670>.
- Rivera, T. (2016). Ensaio sobre arte e testemunho: Rodrigo Braga e a invenção da experiência. *Psicologia USP*, 27(1), 41-48.
<https://www.scielo.br/j/psup/a/gJG3kzLqMvYfd8pzDLNwLMh/?format=pdf&lang=pt>.
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 4(2), 329-348.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000200008&lng=pt&tlng=pt.
- Safatle, V. (2019). A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In Safatle, V., Silva Junior, N. da., & Dunker, C. (Org.) *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. (pp.17-46). Autêntica.
- Sales, D. (2019). *Guia prático para autistas adultos: como não surtar em situações do cotidiano*. Dsete. E-book.
- Scarano, R. C. V.; Pertile, G. H. (2021). A identificação em *O estádio do espelho* e sua relação com a alteridade em Jacques Lacan. *Analytica*, 10(19), 01-21.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/analytica/v10n19/08.pdf>
- Silva, S. S. (2019). *Camaleônicos: a vida de adultos autistas*. Manduruvá Edições Especiais.
- Singer, J. (2017). *Neurodiversity: The birth of an idea*. Amazon Digital Services. E-book.
- Soler, C. (2009). Os nomes da identidade. *Trivium: Estudos interdisciplinares psicanálise e cultura*, 1(1), 171-177. (V. Pollo, Trad.). <https://appoa.org.br/uploads/arquivos/os-nomes-da-identidade.pdf>.

- Soler, C. (2018). *Rumo à identidade*. (S. C. Magalhães, Trad.). Aller Editora.
- Souza, L. B. de., Danziato, L. J. B. (2014). Das relações entre identificação e nomeação: o sujeito e o significante. *Revista Subjetividades*, 14(1), 53-61.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rs/v14n1/06.pdf>.
- Starnino, A. A. G. (2018). *Entre o couro e a carne: Jacques Lacan e a questão da identidade e identificação*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas].
Biblioteca Virtual da FAPESP. <https://bv.fapesp.br/pt/dissertacoes-teses/162346/entre-o-couro-e-a-carne-jacques-lacan-e-a-questao-da-identi>.
- Vidal, F., Ortega, F. (2019) *Somos o nosso cérebro? Neurociências, subjetividade e cultura*. (A. Martins, Trad.). n-1 Edições.
- Worcman, K., Costa, A. O. (2017). A construção do Eu nas narrativas de vida. *Comunicações*, 24(3), 331-354. <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/3594>.
- Zana, A. R de O. (2013). *Identidade e diferença na relação com a alteridade*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Repositório Institucional da UFRJ. <https://teopsic.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/06/Dissertacao-Augusta-Zana.pdf>